

MICHELLI MEDEIROS CABRAL RIBEIRO

**MODELOS DE REFORMA AGRÁRIA: EVASÃO E PERMANÊNCIA EM
ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DO TOCANTINS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2009

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

R484m
2009

Ribeiro, Michelli Medeiros Cabral, 1981-

Modelos de reforma agrária: evasão e permanência em
assentamentos rurais no Estado do Tocantins / Michelli
Medeiros Cabral Ribeiro. – Viçosa, MG, 2009.
xvii, 104f. : il. (algumas col.) ; 29cm.

Orientador: José Ambrósio Ferreira Neto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.
Inclui bibliografia.

1. Reforma agrária - Tocantins (Estado). 2. Brasil. [Plano
Nacional de Reforma Agrária (1989)]. 3. Assentamentos
Humanos - Tocantins (Estado). 4. Crédito agrícola -
Tocantins (Estado). 5. Agricultura e estado - Tocantins
(Estado). 6. INCRA. I. Universidade Federal de Viçosa.
II. Título.

CDD 22.ed. 333.31817

MICHELLI MEDEIROS CABRAL RIBEIRO

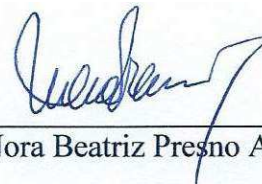
**MODELOS DE REFORMA AGRÁRIA: EVASÃO E PERMANÊNCIA EM
ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DO TOCANTINS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 10 de julho de 2009.



Willer Araújo Barbosa



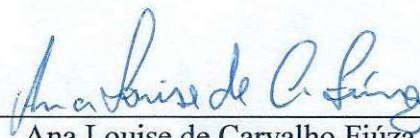
Nora Beatriz Presno Amodeo



Franklin Daniel Rothman



Marcelo Miná Dias
(Coorientador)



Ana Louise de Carvalho Fiúza
(Presidente da Banca)

Dedico o meu trabalho às pessoas que sempre acreditaram em mim:
meu pai, minha mãe, meu marido e minhas irmãs.
Dedico em especial ao meu filho “Gabriel”, minha razão de ser e existir.

*Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar do trigo o milagre do pão
E se fartar de pão*

*Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel
Se lambuzar de mel*

*Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra propícia estação
E fecundar o chão*

O cio da Terra
Milton Nascimento / Chico Buarque

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela presença diária na minha vida, como provedor do alimento da vida e como força vital para a conclusão deste trabalho.

Ao meu esposo, Rubens, maior incentivador de minha carreira profissional, pelo amor e pela compreensão nos momentos de ausência durante os dois anos de estudos.

Aos meus amados pais, George e Sônia, pelo incentivo aos estudos, por acreditarem em mim e pela compreensão da ausência durante o período do curso de mestrado.

Às minhas irmãs, Patrícia e Gabriela, pelas palavras amigas de amor, paz e força, que foram fundamentais para a continuidade desta caminhada.

A todos os demais membros da minha família que sonharam com o mestrado junto comigo e que também sofreram nos momentos difíceis.

Aos amigos da turma do mestrado, presentes nos melhores e também nos mais difíceis momentos do curso. Em especial, Ícaro, Simone, Willian, Janailton, Rafael e Palloma. Levo vocês comigo, pois já fazem parte da minha família.

Ao amigo Marcelo Miná, pelos momentos riquíssimos de aprendizado, pelo exemplo, pela dedicação, pela calma e pela presteza.

À minha querida e “grande” amiga Adriana, pelos momentos que compartilhamos; em especial, as rodadas de chimarrão.

À “tia” Leiliane, por ter cuidado tão bem do meu filho, e a Suca e a Dona Lúcia, por terem cuidado tão bem da minha casa, sem as quais esta conquista seria impossível.

À minha amiga Graça, por ter disponibilizado as primeiras informações sobre o mestrado, cujas palavras foram fundamentais para que eu percebesse que tinha possibilidade e capacidade para ingressar e realizar este sonho.

À amiga e secretária do DER Carminha, por ter sido esta pessoa tão especial na minha vida.

Ao meu orientador José Ambrósio, pela orientação, pela contribuição e pelo apoio durante todo o decorrer do curso de mestrado.

Aos meus coorientadores Marcelo Miná e Ana Louise, por cooperarem para o meu crescimento profissional e para a concretização deste sonho.

Ao CNPq, pelo auxílio financeiro para a realização do trabalho.

À Universidade Federal de Viçosa e ao Departamento de Economia Rural, pela oportunidade de realização do curso.

Ao Instituto Ecológica de Palmas, na pessoa da coordenadora Eliana Pareja, pelo apoio, pela contribuição e pelo suporte para a pesquisa. Aos amigos de Pium, Márcio e Marineide, pela presteza, pelo apoio e pela dedicação, auxiliando-me com os contatos nos assentamentos.

Aos amigos e colaboradores nos assentamentos Barranco do Mundo e Provi, que fizeram parte do dia-a-dia durante a pesquisa. A vocês que foram responsáveis pela ampliação de meus horizontes, através das conversas, reuniões, cafés, etc. Hoje, quando penso em trabalho e dignidade, penso em vocês.

BIOGRAFIA

MICHELLI MEDEIROS CABRAL RIBEIRO, filha de George Leda Cabral e Sônia Rosa de Medeiros Cabral, nasceu em 20 de dezembro de 1981, em Conceição do Araguaia, Pará.

Cursou o ensino básico no Centro Educacional Lobinho e o ensino fundamental e médio na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Média Acy de Jesus Neves da cidade onde nasceu.

Graduou-se em Agronomia pela Fundação Universidade Federal do Tocantins, campus de Gurupi, em 2004.

No período de 2004 a 2006, prestou serviços para a ONG Instituto Ecológica em comunidades urbanas e assentamentos rurais do município de Pium-TO.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE QUADROS	x
LISTA DE TABELAS	xi
LISTA DE FIGURAS	xii
RESUMO	xiv
ABSTRACT	xv
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Problema e objetivos	3
1.2. Material e métodos	4
1.2.1. Área de estudo	4
1.2.2. Coleta de dados	4
1.2.2.1. Detalhamento de coleta de dados no Barranco do Mundo	6
1.2.2.2. Detalhamento da coleta de dados no PRA Provi	7
1.3. Tabulação e análise dos dados	7
2. REFORMA AGRÁRIA E SEUS MECANISMOS DE EXECUÇÃO	9

	Página
2.1. A reforma agrária no Brasil	9
2.2. A reforma agrária no Estado do Tocantins	13
2.3. A reforma agrária: as ações do INCRA e os assentamentos rurais	18
2.4. Reforma agrária via mecanismos de mercado – RAM: os programas de acesso à terra	22
2.5. Evasão e permanência nos projetos de reforma agrária	28
3. A ANÁLISE DE DUAS TRAJETÓRIAS DE REFORMA AGRÁRIA: O PA BARRANCO DO MUNDO E O PROJETO PROVI	34
3.1. Caracterização dos projetos e população	34
3.1.1. Barranco do Mundo	34
3.1.1.1. Breve histórico	34
3.1.1.2. Caracterização da população	36
3.1.1.3. Sistemas de produção	41
3.1.1.4. Habitação	45
3.1.1.5. Abastecimento de água e energia elétrica	46
3.1.1.6. Serviços de saúde	47
3.1.1.7. Educação: ensino escolar	49
3.1.1.8. Estradas e transportes	51
3.1.1.9. Meios de comunicação	53
3.1.1.10. Organização social	54
3.1.2. Provi	54
3.1.2.1. Breve histórico	54
3.1.2.2. Caracterização da população	57
3.1.2.3. Sistemas de produção	60
3.1.2.4. Habitação	63

	Página
3.1.2.5. Abastecimento de água e energia elétrica	65
3.1.2.6. Serviços de saúde	66
3.1.2.7. Educação: ensino escolar	67
3.1.2.8. Estradas e transportes	68
3.1.2.9. Meios de comunicação	69
3.1.2.10. Organização social	69
4. EVASÃO E PERMANÊNCIA: OS NÚMEROS E AS CAUSAS	71
4.1. PA Barranco do Mundo	71
4.1.1. Evasão: a voz de quem está “dentro”	72
4.1.2. Evasão: a voz de quem “saiu”	76
4.1.3. Permanência: a voz de quem “ficou”	78
4.2. PRA Provi	84
4.2.1. Evasão: a voz de quem está “dentro”	85
4.2.2. A voz de quem “saiu”	89
4.2.3. Permanência: a voz de quem “ficou”	91
4.3. Análise comparativa das causas de evasão e permanência entre o PA Barranco do Mundo e o Projeto Provi	92
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	100

LISTA DE QUADROS

		Página
1	Síntese de significados e causas da evasão	32
2	Causas de evasão: PRA Barranco do Mundo e Provi, Pium, TO, 2008	93
3	Causas de permanência no PA Barranco do Mundo e Provi, Pium, TO, 2008	94

LISTA DE TABELAS

		Página
1	A conquista da terra no Brasil, 1979-2006	13
2	Mapa de concentração fundiária no Estado do Tocantins, 2009	14
3	Reforma agrária no Estado do Tocantins, 2008	17
4	Grau de escolaridade dos grupos familiares no PA Barranco do Mundo, TO, 2008	41
5	Grau de escolaridade dos grupos familiares no PRA Provi, Pium, TO, 2008	60
6	Diagnóstico da produção agrícola no Provi (2007): produtores, finalidade e renda	62
7	Produção animal realizada pelas famílias do Provi, 2008	63

LISTA DE FIGURAS

		Página
1	Moradia anterior à vinda para o PA Barranco do Mundo, Pium, TO, 2008	36
2	Atividades desenvolvidas pelos entrevistados, anteriormente à vinda para o PA Barranco do Mundo, TO, 2008	37
3	Faixa etária dos entrevistados, do PA Barranco do Mundo, TO, 2008	38
4	Faixa etária do grupo familiar no PA Barranco do Mundo, TO, 2008 .	40
5	Plantio de frutíferas, em quintal de lote familiar no PA Barranco do Mundo, TO, 2008	42
6	Área plantada, por espécie, por família, no PA Barranco do Mundo, TO, 2008	43
7	Pastagem mista (natural e plantada), no PA Barranco do Mundo, TO, 2008	44
8	Criação de animais, no PA Barranco do Mundo, TO, 2008	44
9	Vista parcial da agrovila do PA Barranco do Mundo, TO, 2008	45
10	Reservatório para abastecimento de água na agrovila do PA Barranco do Mundo, TO, 2008	46
11	Posto de saúde, no PA Barranco do Mundo, TO, 2008	48

	Página
12	Local de funcionamento da antiga escola do PA Barranco do Mundo, TO, 2008 50
13	Meios de transportes utilizados pelas famílias do PA Barranco do Mundo, TO, 2008 51
14	Guarita local de espera e passagem de transportes para os moradores do PA Barranco do Mundo, TO, 2008 52
15	Atividades desenvolvidas pelos entrevistados anteriormente à vinda para o PRA Provi, TO, 2008 56
16	Local de moradia dos assentados antes da chegada no PRA Provi, TO, 2008 57
17	Faixa etária dos entrevistados no PRA Provi, TO, 2008 58
18	Faixa etária dos grupos familiares no PRA Provi, TO, 2008 59
19	Plantação de mandioca, área de cultivo do Sr. Valdomiro, no PRA Provi, TO, 2008 61
20	Plantação de quiabo e milho, área do Sr. Valdomiro, no PRA Provi, TO, 2008 61
21	Vista parcial da agrovila do PRA, Provi, TO, 2008 64
22	Vista parcial de uma casa padrão construída para as famílias no Provi, TO, 2008 (à esquerda). Sr. Natividade posicionado em frente à área externa de sua casa (à direita) 65
23	Vista da represa e rede de energia elétrica, no PRA Provi, TO, 2008 .. 66
24	Creche Municipal Dona Dorzina, Pium, TO, 2008 67
25	Centro Educacional Antônio Propício Aguiar Franco, Pium, TO, 2008 67
26	Meios de transporte utilizados pelas famílias, no PRA Provi, TO, 2008 68
27	Razões para permanência das famílias, PRA Barranco do Mundo, Pium, TO, 2008 80
28	Razões para permanência das famílias que têm vontade de sair, PRA Barranco do Mundo, Pium, TO, 2008 82

RESUMO

RIBEIRO, Michelli Medeiros Cabral, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2009. **Modelos de reforma agrária: evasão e permanência em assentamentos rurais no Estado do Tocantins**. Orientador: José Ambrósio Ferreira Neto. Coorientadores: Ana Louise de Carvalho Fiúza e Marcelo Miná Dias.

O presente trabalho pretendeu verificar e analisar as causas que promovem a evasão ou permanência nos projetos de reforma agrária após a conquista da terra, tomando como referência distintas concepções de reforma agrária e garantia de acesso à terra: as ações do INCRA na condução do Plano Nacional de Reforma Agrária que se expressa na implementação de assentamentos rurais e, por outro lado, as ações da chamada reforma agrária de mercado formalizada pela criação dos empreendimentos do Crédito Fundiário. O trabalho foi realizado no assentamento Barranco do Mundo e projeto Provi, localizados no município de Pium na região Centro-Oeste do Estado do Tocantins. A coleta dos dados ocorreu em outubro de 2008 e janeiro de 2009, por meio da utilização de questionários estruturados e entrevistas semi-estruturadas. As informações coletadas no trabalho apontam melhores condições de vida para as famílias beneficiárias do projeto Provi criado pelo Banco da Terra e inferiores no assentamento Barranco do Mundo criado pelo INCRA. As causas de evasão constatadas apresentam ligação com as ações do órgão/programa responsável pela criação dos projetos estudados: o Barranco do Mundo a partir da falta ou precariedade de infra-estrutura não

viabilizada pelo INCRA e o Provi pelo modelo coletivo de produção, administrativo, econômico e social, imposto às famílias pelo Banco da Terra, assim como também a falta de origem das pessoas selecionadas pelo programa. As causas de permanência verificadas em ambos os projetos estão relacionadas à identidade com a roça, como local e modo de vida, mas por outro lado, relacionam-se à falta de opção de moradia em outros locais que proporcionem melhores condições de vida à família.

ABSTRACT

RIBEIRO, Michelli Medeiros Cabral, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, July, 2009. **Land reform models: evasion and permanence in rural settlements in the State of Tocantins.** Adviser: José Ambrósio Ferreira Neto. Co-advisers: Ana Louise de Carvalho Fiúza and Marcelo Miná Dias.

This work aimed to verify and analyze the causes that promote evasion or permanence in land reform projects after land grant, taking as reference distinct land reform concepts and guarantee to land access INCRA actions in carrying out the Land Reform National Plan expressed by the implementation of rural settlements and, on the other hand, the actions of the so-called market land reform made official through the creation of Crédito Fundiário enterprises. This work was carried out in the Barranco do Mundo Settlement and Provi Project located in the municipality of Pium in the central-western region of the state of Tocantins. Data collection was carried out from October 2008 to January 2009, by applying structured questionnaires and semi-structured interviews. The information collected showed better living conditions for the families participating in the Provi Project created by Banco da Terra and inferior living conditions for the families participating in the Barranco do Mundo settlement implemented by INCRA. The causes for evasion were found to be associated with the actions of the organ/program responsible for the creation of the projects studied.: Barranco do Mundo, due to poor infrastructure provided by Incra and Provi, due to the

collective production, administrative, economic and social model imposed to the families by Banco da Terra, as well as lack of origin of the persons selected by the program.. The causes for permanence verified in both the projects were related to identification with the rural environment, such as place and way of living, but, on the other hand, also to lack of housing options, which could provide better living conditions to the families.

1. INTRODUÇÃO

A reforma agrária no Brasil constitui parte da luta contra a concentração de terras improdutivas sob o domínio de uma minoria de proprietários. As ações que desencadeiam na realização da reforma agrária são possibilitadas por políticas públicas que geram os projetos de assentamentos, propiciando aos seus beneficiários passar da condição de sem-terra (ou com pouca terra) a assentado. Contudo, isso não ocorre de forma generalizada no país e o que existe são políticas e ações pontuais ainda distantes da demanda real. Para aqueles que conseguem alcançar o “sonho da terra”, e se tornarem beneficiários da reforma agrária trazem consigo expectativas sobre a conquista da terra deixando para trás um quadro de dificuldades dando lugar a um desejado recomeço (BRUNO; MEDEIROS, 2001).

Estudos sobre assentamentos rurais têm possibilitado a compreensão de questões como organização familiar e produtiva, relações mercantis, infraestrutura, qualidade de vida e problemas enfrentados pelos beneficiários. Tais questões levam a constatar que as famílias mesmo depois do acesso a terra ainda passam por uma série de adaptações à nova condição de vida. No entanto, essas adaptações nem sempre são bem sucedidas e acabam levando à evasão de 20 a 35% das famílias que são assentadas em projetos de reforma agrária e que por muito tempo sonharam e lutaram pela posse da terra (OLIVEIRA, 2007; SAUER; PEREIRA, 2006; ZINGA, 2004; BRUNO; MEDEIROS, 2001).

Após a vivência no cotidiano dos agricultores familiares no período de julho de 2003 a julho de 2006, em alguns projetos¹ de reforma agrária no Estado do Tocantins foi que surgiu o interesse em compreender melhor os aspectos ligados à vida das famílias beneficiárias. A vivência em cada projeto possibilitou a percepção de diferentes realidades, até então desconhecidas, destacando-se: hábitos alimentares e culturais; tipos de habitação; sistemas de educação; organização produtiva e social. Entre essas, a evasão de famílias após a obtenção da sonhada terra fez parte da realidade de todos os projetos visitados, assim, deixando de ser uma simples coincidência, passando a confirmar a existência de um problema. Diante da implicação social que envolve o tema, o presente trabalho, teve como foco o estudo das causas de evasão e da permanência das famílias beneficiárias de projetos criados a partir de duas concepções de reforma agrária no Estado do Tocantins: o projeto de assentamento (PA) Barranco do Mundo criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pela desapropriação de terras improdutivas; e o Provi² criado pelo programa Banco da Terra por meio da compra de terras.

Apresentamos esta discussão acerca das duas diferentes concepções de reforma agrária nessa dissertação que está dividida em cinco partes. A primeira parte consta da apresentação do trabalho contendo uma introdução, problema, objetivos e metodologia.

No segundo capítulo, buscou-se contextualizar o processo de reforma agrária, esboçando o marco da trajetória dessa luta pela democratização do acesso a terra no Brasil e no Estado do Tocantins. Especificamente são analisadas as ações da política de reforma agrária por desapropriação conduzida pelo INCRA e o mecanismo da política de aquisição de terras via mercado.

O terceiro capítulo apresenta a caracterização dos casos estudados, evidenciando as duas trajetórias de reforma agrária: o projeto de assentamento Barranco do Mundo criado pelo INCRA e o projeto Provi criado pelo programa Banco da Terra. Para tanto, foram abordados em ambos os projetos, o histórico de criação, perfil da população, sistemas de produção, habitação, infraestrutura, serviços de saúde e escolas e organização social.

¹ A vivência resultou da participação da autora como capacitadora do Pronaf nas temáticas Agroecologia e produção de mudas e Mulheres agricultoras ações afirmativas, nos seguintes projetos: Barranco do Mundo, Pericatu, União II, Astrar, Aprazul, Acopla I, Acopla II, Acopla III, Canedinho, Provi, Riozinho, União e Rio Vermelho (os três primeiros foram criados pelo INCRA e os demais pelo Programa Banco da Terra).

² Provi trata-se do nome do projeto de reforma agrária estudado neste trabalho, sendo a sigla da Associação Trabalho Vida e Prosperidade, a qual foi criada pelas famílias beneficiárias antes mesmo da obtenção da terra.

O quarto capítulo do trabalho, ponto central da pesquisa, apresenta e analisa as causas de evasão e permanência nos projetos Barranco do Mundo e Provi de forma individual e comparativa, com base nas informações dos atuais moradores, assim como também de pessoas que evadiram. A última parte do trabalho refere às considerações finais, em que são enfatizadas as questões que levaram à evasão e à permanência em ambos os projetos de reforma agrária, assim como as implicações das especificidades dos projetos nas decisões de ficar ou sair.

1.1. Problema e objetivos

Parte-se da evidência de que existe uma enorme demanda pela reforma agrária no Brasil por parte de famílias sem-terra (ou com pouca terra), envolvendo com isso um longo e desgastante processo de luta até a obtenção da terra. No entanto, a verificação de ocorrência da evasão de famílias beneficiárias em programas de reforma agrária pelos autores Oliveira (2007), Sauer e Pereira (2006), Zinga (2004) e Bruno e Medeiros (2001) em algumas regiões do Brasil, assim como a percepção com a vivência no cotidiano dos agricultores familiares no período de julho de 2003 a julho de 2006, em alguns projetos³ de reforma agrária no Estado do Tocantins nos conduz a no mínimo fazer um questionamento do porque após a travessia por longos e complexos processos até a conquista do tão sonhado pedaço de terra, essas famílias estão evadindo dos projetos de assentamentos rurais. Diante disto, pretendemos analisar as razões pelas quais após conquistarem a terra as famílias evadem. Quais as possíveis causas que influenciam a permanência e a evasão das famílias em projetos de reforma agrária?

Tal indagação tomou como referência distintas concepções de reforma agrária e de garantias de acesso a terra: as ações do INCRA na condução do Plano Nacional de Reforma Agrária que se expressa na implementação de assentamentos rurais e, por outro lado, as ações da chamada reforma agrária de mercado formalizada pela criação dos empreendimentos do Crédito Fundiário. Assim, com este trabalho buscou-se atingir os seguintes objetivos:

- Caracterizar as condições de vida e de produção entre as duas situações;

³ A vivência resultou da participação da autora como capacitadora do Pronaf nas temáticas Agroecologia e produção de mudas e Mulheres agricultoras ações afirmativas, nos seguintes projetos: Barranco do Mundo, Pericatu, União II, Astrar, Aprazul, Acopla I, Acopla II, Acopla III, Canedinho, Provi, Riozinho, União e Rio Vermelho (os três primeiros foram criados pelo INCRA e os demais pelo Programa Banco da Terra).

- Identificar as causas de evasão e de permanência no assentamento Barranco do Mundo e no projeto Provi; e
- Analisar comparativamente as causas de evasão e permanência entre um projeto de reforma agrária do INCRA e outro do Banco da Terra.

1.2. Material e métodos

1.2.1. Área do estudo

O trabalho foi desenvolvido nos projetos de reforma agrária Barranco do Mundo e Provi, localizados na região Centro-Oeste do Estado do Tocantins, no município de Pium, distante 120 km de Palmas.

A justificativa pela opção em desenvolver o estudo no município de Pium se deu pelo contato anterior da pesquisadora com o local, uma vez que já havia desenvolvido outros trabalhos⁴ nesta região. Outro ponto levado em consideração para a escolha foi o potencial do município para realização da reforma agrária por apresentar elevada concentração de terras, sendo que 11,34% dos produtores detêm aproximadamente 60% da área total dos imóveis rurais. Para a seleção dos projetos foi levada em consideração (além de contatos anteriores com as famílias) a época de criação, uma vez que se encontra entre os mais antigos nas mesmas modalidades de reforma agrária: o Barranco do Mundo criado pelo INCRA e o Provi criado pelo programa Banco da Terra.

1.2.2. Coleta de dados

Os instrumentos utilizados para a coleta dos dados foram questionários estruturados e entrevistas semiestruturadas. A aplicação de tais instrumentos ocorreu entre abril e junho de 2008. Foram elaborados dois modelos de questionários de forma a otimizar a coleta de informações.

- Um contendo 75 questões de âmbito geral, abordando temas como: dados do entrevistado e do grupo familiar; atividades desenvolvidas; condições de infraestrutura do lote (estradas, transportes, água e esgoto, energia elétrica), apoio do

⁴ A pesquisadora já havia desenvolvido atividades de assistência técnica e extensão rural em projetos de reforma agrária do município de Pium e educação ambiental para comunidade urbana.

estado; organização interna, apoios e alianças; renda das famílias; incentivos financeiros; e direcionamento de evasão e permanência.

- Outro contendo 28 questões, abordando temas ligados à infraestrutura dos projetos como: saúde; escola; estradas e transportes; água e esgoto e energia elétrica.

O primeiro modelo de questionário foi direcionado aos beneficiários legais de ambos os projetos de reforma agrária e em caso de ausência dos mesmos, foram entrevistados seus cônjuges ou filhos com idade superior a 21 anos (Anexo A). Já o segundo foi direcionado aos “informantes-chave”, lideranças e presidentes das associações, solicitando respostas com informações ligadas à história do projeto. A seleção de tais informantes ocorreu a partir da indicação de entrevistados participantes do primeiro questionário, que sugeriram informantes que pudessem caracterizar historicamente a trajetória de ambos os assentamentos. Participaram dois informantes-chave de cada projeto de reforma agrária: os presidentes de associações e beneficiários mais antigos em termos de tempo de moradia (Anexo B).

As entrevistas semiestruturadas elaboradas com o objetivo de levantar informações sobre causas de evasão e permanência foram direcionadas a dois públicos distintos: os moradores dos projetos⁵ e as pessoas que se evadiram⁶ (Anexo C). Além da coleta formal de dados com questionários e entrevistas, as conversas informais⁷ e a observação a partir do contato com as famílias serviram como instrumentos para compreender o universo no qual estão inseridos as ideias e os posicionamentos particulares sobre as condições de vida, evasão e permanência nos projetos.

A aplicação dos questionários e entrevistas foi realizada no mês de outubro de 2008. Em virtude da demanda por informações mais detalhadas, como alguns dados pessoais dos participantes, tornou-se necessária uma segunda incursão para coleta de dados em ambos os projetos, o que ocorreu no mês de janeiro de 2009.

⁵ No início da pesquisa, o objetivo era entrevistar apenas quatro pessoas de cada projeto, porém com a chegada ao campo, optou-se por entrevistar todas as pessoas que participassem do questionário geral.

⁶ Inicialmente a intenção era encontrar o máximo possível de pessoas evadidas dos projetos para realizar as entrevistas e aplicar questionários, porém devido à dificuldade para localizar essas pessoas estabeleceu-se a meta de duas pessoas evadidas por projeto.

⁷ Aqui denominamos “conversas informais” as que ocorreram durante o período em que estivemos presente nos projetos de reforma agrária, tendo sido fundamentais para o processo de sociabilização e geralmente ocorriam nas casas visitadas.

1.2.2.1. Detalhamento da coleta de dados no Barranco do Mundo

A orientação da rota de acesso ao assentamento ocorreu da seguinte maneira: da sede do município de Pium, foram percorridos 60 km até a cidade de Paraíso do Tocantins e desta deslocaram-se 80 km no sentido da cidade de Marianópolis do Tocantins, 40 km em sentido a “Café Quente” (povoado com nome antigo de Café da Roça), 20 km no sentido à Ilha do Bananal. E chegando à placa sinalizadora para entrada da Fazenda Ponderosa (Javaés), vira-se à esquerda e percorrem-se mais 20 km, neste ponto avistam-se as primeiras casas do Barranco do Mundo, localizado à esquerda da estrada.

Levando em consideração que as famílias já estavam sensibilizadas⁸ quanto à realização da pesquisa, chegando ao assentamento, iniciou-se um planejamento para coleta dos dados, com a finalidade de analisar a melhor forma de percorrer as estradas do projeto em busca dos informantes, já que as casas se localizam tanto na agrovila quanto nos lotes (pontos mais distantes). Com base nesta realidade, optou-se por uma amostragem que combina o tipo acidental, pelo encontro fortuito de informantes no assentamento, com a identificação de informantes-chave.

Num universo de 55 famílias atualmente residentes no assentamento, a amostra da pesquisa contemplou a aplicação de 21 questionários, correspondendo a 38,2% do total. Dessa forma, foram aplicados 21 questionários e realizadas 21 entrevistas. Quanto às entrevistas das pessoas que se evadiram, foi possível a localização de duas. Os horários e locais da aplicação dos questionários e das entrevistas variaram muito em função da disponibilidade das pessoas, sendo aplicados ora nas roças, em horário das atividades, ora em suas casas nos intervalos das atividades, ou à noite no período de descanso. Algumas famílias responderam aos questionários enquanto trabalhavam, se alimentavam ou até mesmo descansavam, parando a atividade que desenvolviam somente para responder ou serem entrevistados.

⁸ O processo de sensibilização quanto à realização da pesquisa nos dois projetos de reforma agrária aconteceu em dezembro de 2007 por meio de visitas de campo e em junho de 2008 no Provi através de telefonemas confirmando data prevista para viagem de coleta de dados.

1.2.2.2. Detalhamento da coleta de dados no PRA Provi

O deslocamento para o acesso ao Provi ocorreu da seguinte forma: percorrem-se 4 km pela estrada Transjavaés em direção à ilha do Bananal, entra-se à esquerda e percorrem-se mais 3 km em direção à estrada que dá acesso à Fazenda Santa Edwirges, depois avista-se ao lado esquerdo da estrada a placa que indica a entrada do projeto, onde se percorrem mais 2 km até chegar às primeiras casas da agrovila.

Posteriormente à sensibilização das famílias tanto pessoalmente quanto por telefone sobre a realização da pesquisa, nos dirigimos diretamente ao encontro dos possíveis informantes e pessoas de referência no projeto. A intenção inicial seria que participassem todas as 13 famílias que compõem o projeto, em virtude do tamanho da população, no entanto não foi possível entrar em contato com duas famílias, de modo que a amostra realizada representa 84,6% da população assentada.

A coleta dos dados ocorreu na segunda quinzena de outubro de 2008, tendo sido facilitada pela disposição das casas ao longo de uma única agrovila, com distância aproximada de 30 m entre elas.

1.3. Tabulação e análise dos dados

Os dados obtidos pela aplicação dos questionários foram utilizados para confecção de um manual de codificação, de maneira que são digitados e organizados por variáveis dentro dos temas investigados na pesquisa atribuindo um código para cada resposta. Posteriormente confeccionou-se uma planilha (no programa Excel) por meio da digitação de um código para cada resposta dentro das variáveis. Em seguida, a planilha recebeu o tratamento estatístico pelo programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). Nesta pesquisa, o SPSS foi utilizado para contagem de frequências nas diversas variáveis estudadas. A apresentação dos dados foi realizada na forma de porcentagem, sendo expressos na forma de gráficos.

Quanto à análise dos dados obtidos nas entrevistas que continham informações sobre evasão e permanência, ela foi possibilitada após sua transcrição para melhor utilização analítica.

O trabalho foi orientado por uma perspectiva metodológica de caráter comparativo e se justifica pela busca de fatos explicativos para as diferenças e/ou

semelhanças entre os projetos estudados em torno das causas de evasão e permanência levantadas.

Para análise de evasão, foi necessário estabelecer a utilização de um conceito para evidenciar a ocorrência em ambos os projetos. Neste sentido, considera-se evasão a saída das famílias dos lotes, abandono e desistência (BRUNO; MEDEIROS, 2001; MELLO, 2007), assim como também a venda ou troca de lotes, desde que o responsável pelo lote não resida no projeto.

Para a obtenção dos valores percentuais da evasão em ambos os projetos, foram consideradas saídas das famílias registradas no período posterior à formalização legal do projeto de reforma agrária (resolução ou portaria), que geralmente ocorre em data posterior à data da chegada das famílias a terra, da mesma forma como estabelecido na pesquisa de Bruno e Medeiros realizada em 2001. A obtenção do percentual de evasão em ambos os projetos foi baseada pelo cálculo da diferença entre os números de beneficiários assentados na criação do projeto a partir da relação de beneficiários inicial (RB_I)⁹ e o número destes beneficiários remanescentes (RB_R), resultando no total de beneficiários que evadiram projeto (RTB_E). Em seguida, pela aplicação da propriedade matemática da proporção obteve-se o percentual de famílias que evadiram (%E), conforme descrito nas equações (1) e (2).

$$RB_I - RB_R = RTB_E \quad (1)$$

$$\%E = \frac{RTBE * 100}{RBI} \quad (2)$$

As informações necessárias para o cálculo do percentual de evasão têm origem na relação de beneficiários fornecida pelo INCRA e Crédito Fundiário. Outra fonte de informação que transmite confiabilidade nos dados é a listagem de beneficiários cedida pelos presidentes das associações dos projetos em estudo, assim como também, os relatos de moradores mais antigos, dando veracidade aos nomes das famílias que de fato foram assentadas e as que permaneciam até a data da pesquisa.

⁹ A relação de beneficiários considerada neste trabalho como inicial, refere-se à primeira lista das famílias que de fato foram assentadas.

2. REFORMA AGRÁRIA E SEUS MECANISMOS DE EXECUÇÃO

2.1. A reforma agrária no Brasil

O tema da reforma agrária está presente no debate político e acadêmico brasileiro, de forma mais ou menos intensa, desde as primeiras décadas do século XX, assumindo, ao longo do tempo, formas e significados diferenciados (MEDEIROS, 2002). Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (2009), esta reforma estaria ancorada na justa distribuição das terras a fim de torná-las produtivas, implantando serviços públicos indispensáveis, a assistência técnica, social, educacional, à comercialização, ao cooperativismo rural, entre outros serviços.

Com base nos dados do censo Agropecuário 1995/96 do IBGE¹⁰ existe uma concentração de terra uma vez que apenas 11,4% dos estabelecimentos rurais (maior de 500 ha) ocupam 67,9% da área total desses imóveis. Por outro lado, os 85,2% de estabelecimentos (menor de 100 ha) ocupam apenas 30,5% da área total dos estabelecimentos rurais do país. Tal realidade reflete em um índice de GINI da ordem de 0,7, expressando uma alta concentração fundiária (FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – FAO/INCRA, 2008).

Com base nos dados da Apuração Especial do INCRA em 2005, a área de propriedades improdutivas passíveis de desapropriação era aproximadamente 222

¹⁰ Os dados do censo Agropecuário 2006 ainda não estavam disponíveis com detalhamento em nível municipal.

milhões de hectares. As grandes propriedades que ocupam apenas 2,8% do total de propriedades rurais brasileiras representam 60% da área total rural. Ainda a mesma fonte apresenta 59% da área das grandes propriedades como improdutivas, indicando além da concentração de terras uma porcentagem elevada de terras passíveis de desapropriação.

Ainda que haja intervenção estatal para que ocorram mudanças na estrutura fundiária do Brasil quanto à divisão de terras, através da criação de programas e ações por parte do governo que visem à realização da reforma agrária, o atual quadro remete à necessidade de reestruturação, uma vez que o território do latifúndio continua evidente, tornando o problema da concentração fundiária recorrente na realidade brasileira (INCRA, 2009).

A principal forma de resolução para concentração fundiária no país seria a execução da reforma agrária¹¹, que, segundo Veiga (1985), relaciona-se à modificação da estrutura fundiária de um país ou região, com vista a uma distribuição mais equitativa da terra e, indiretamente, da renda e do poder.

O tema da reforma agrária mantém-se presente na atualidade, devido aos debates e acontecimentos que ocorreram ao longo da história, em distintos momentos. Em 1934, setores “tenentistas” tentaram garantir condições para reforma agrária a partir da Constituinte, mas foram politicamente derrotados. Na década de 50, o debate acerca da reforma agrária ficou restrito a estreitos círculos intelectuais e políticos. Na década de 60, o debate ganhou força política através dos movimentos camponeses por intermédio das ações de resistência e manifestações. Já na década de 70, diante do clima de repressão, o debate foi abafado, mas não deixou de se fazer presente alcançando ao final da década 70 e início dos anos 80 maior força ao debate e visibilidade à questão fundiária no país, em decorrência do surgimento de novos personagens na luta fundiária (MEDEIROS, 2003).

Um marco importante ao longo da história aconteceu na década de 70 onde a intensa pressão dos demandantes de terra possibilitou o reconhecimento da necessidade de amparo legal e organizacional para realização da reforma agrária, tendo sido fundamental para criação do INCRA¹².

¹¹ Nos últimos anos, a controvérsia a respeito desta questão tem se ampliado, no entanto, neste trabalho, não entraremos no debate sobre a pertinência ou não da reforma agrária na sociedade brasileira contemporânea. Analisaremos apenas os instrumentos utilizados para sua realização.

¹² Atualmente o INCRA, órgão que tem, além da missão prioritária de realizar a reforma agrária manter o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais e administrar as terras públicas da União. Atualmente está implantado em todas os Estados da federação brasileira por meio de 30 Superintendências Regionais (INCRA, 2008).

Posteriormente à criação do INCRA, outro passo importante para a Reforma Agrária se deu pela criação do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em 1985, tornando o tema, pelo menos no plano dos discursos, uma das prioridades do governo da Nova República. Os pontos positivos e mecanismos de efetivação desta política são ressaltados por Medeiros (2003):

Destacava-se seu primeiro impacto positivo sobre o emprego, a renda, a produção e a oferta de alimentos, a desnutrição, as migrações, a questão urbana, e ressaltavam-se os custos sociais de sua não realização. Para implementá-la, a desapropriação por interesse social era considerada o principal instrumento de obtenção de terras, marcando uma ruptura com todas as propostas e medidas dos governos militares, que tenderam a encará-la como último recurso e poucas vezes a utilizaram. A indenização das terras desapropriadas seria feita com base no valor declarado para fins de cobrança do imposto territorial rural. Sendo este um preço reconhecido abaixo do vigente no mercado, a proposta assumia, de forma explícita, a concepção de desapropriação como uma penalização dos proprietários fundiários por não darem a terra uma função social (p. 34).

Visto por seus pontos positivos, a realização da reforma agrária através do PNRA estaria além da mera distribuição de terra, ela daria novo sentido à vida dos possíveis beneficiários pela geração de emprego, renda e moradia, e também de forma geral, para a população, pela ampliação da oferta de alimentos, por exemplo.

A criação do PNRA e a exaltação de fatores favoráveis à sua efetivação não foram suficientes para garantir a plena realização da reforma agrária no Brasil, suscitando significativos aumentos das ocupações de terra em praticamente todos os estados na década de 90. Também resultaram na ocorrência de casos de extrema violência¹³ no campo apontados como resultantes de conflitos agrários devidos à estagnação do processo de reforma agrária.

Tais fatos forçaram o governo a repensar o problema agrário no Brasil, trazendo de volta o tema à agenda política nacional, de forma que o Estado passou a intensificar os programas já existentes e a criar medidas para minimizar os conflitos e dar respostas à sociedade. A nova alternativa apresentada pelo governo como forma de contribuir para a solução do problema fundiário na década de 90 foi a criação de uma política pública de apoio à Reforma Agrária conduzida pelo INCRA que introduzia novos mecanismos que possibilitavam a aceleração no processo de obtenção de terras para realização de assentamentos rurais. Comumente conhecida como “reforma agrária de mercado (RAM)” ou “reforma agrária conduzida pelo mercado”, esta política

¹³ Alguns exemplos de casos de violência com repercussão nacional e internacional foram os massacres de Corumbiara, em Rondônia, em 1995, e de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996.

contava com apoio financeiro do Banco Mundial (BIRD), que já vinha testando esta experiência em países como Colômbia, México, Guatemala, Tailândia e Zimbábue (RESENDE; MENDONÇA, 2004).

Essa política de apoio, que será abordada posteriormente com maiores detalhes, ainda se encontra em vigor através do Programa Nacional de Crédito Fundiário juntamente com as ações do INCRA, cada uma atuando conforme suas competências e perspectivas quanto aos problemas referentes à reforma agrária no país.

Mesmo contando com um órgão responsável por realizar a reforma agrária e com outras possibilidades para aquisição de terras através do mercado, é perceptível uma enorme lacuna entre o reconhecimento da necessidade de realização de uma forte alteração na estrutura fundiária brasileira e sua efetiva realização. Os dados do Dataluta¹⁴, dispostos na Tabela 1, evidenciam uma evolução quanto ao acesso a terra no período de 1979 a 2006, em que a luta pela terra foi intensificada no Brasil, resultando em um total de 7.666 projetos de assentamentos, 913.046 famílias assentadas em área equivalente a 64.552.767 ha.

Observa-se que houve aumento significativo no número de famílias assentadas durante o primeiro mandato do Governo Fernando Henrique, a partir do ano de 1995, assim como também durante o primeiro mandato do Governo Lula, não havendo diferença em termos numéricos como mostra Girardi (2008):

Os dados de famílias assentadas mostram que quantitativamente não há diferença entre os governos de FHC e de Lula, pois durante os oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso foram assentadas 457.668 famílias e no primeiro mandato de Lula foram assentadas 252.019. O total de famílias assentadas no primeiro mandato de Lula contempla 63% das 400 mil famílias previstas no II PNRA para o período (p. 276).

Assim, a história mostra que independentemente do líder político no governo brasileiro até 2008, os números da reforma agrária retratam uma realidade fundiária deficitária para os olhos dos movimentos sociais de trabalhadores rurais que ainda não consideram a ocorrência de um efetivo processo de reforma agrária em um país como o Brasil (LEITE et al., 2004). Desta forma, em função da insatisfação gerada, caminhos alternativos são tomados ocorrendo conflitos como forma de pressionar o governo para a realização da reforma agrária no Brasil.

¹⁴ O DATALUTA é um banco de dados referente à luta pela terra no Brasil, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera), do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

Tabela 1 – A conquista da terra no Brasil, 1979-2006

Ano	Assentamentos criados	Famílias assentadas	Área dos assentamentos (ha)
1979-1987	436	105.778	7.247.245
1988	123	28.251	2.053.290
1989	115	12.136	696.200
1990	31	3.620	158.755
1991	87	15.464	774.640
1992	167	22.251	1.262.894
1993	74	5.513	196.473
1994	42	10.346	503.141
1995	409	63.622	2.957.220
1996	505	64.964	3.912.346
1997	710	92.296	3.645.960
1998	757	79.481	3.039.558
1999	599	51.379	2.215.473
2000	426	38.463	2.182.712
2001	475	35.606	1.833.080
2002	417	31.857	2.584.210
2003	327	29.553	5.290.618
2004	498	44.548	5.371.812
2005	1.056	124.040	14.523.107
2006	412	53.878	4.104.033
TOTAL	7.666	913.046	64.552.767

Fonte: Organizado pela autora, baseado em Girardi (2008).

2.2. A reforma agrária no Estado do Tocantins

Criado em 1988, pela Assembleia Nacional Constituinte, o estado do Tocantins é o mais novo dos 27 estados da Federação Brasileira, resultado da divisão do estado de Goiás. Localizado ao Norte e centro geográfico do país, faz limites com estados do Nordeste (Maranhão, Piauí, Bahia), Centro-Oeste (Goiás, Mato-Grosso) e o Norte (Maranhão e Pará). A área total do Tocantins é de 277.620,914 km², com população de aproximadamente a 1.243.627 habitantes, possui 139 municípios, sendo Palmas a capital (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2007).

Com base no mapa da concentração fundiária do Estado do Tocantins¹⁵, afirma-se que este estado possui alta concentração fundiária, fator que justifica a execução da reforma agrária, já que os imóveis com mais de mil hectares correspondem a 52% da área cadastrada no estado, ou seja, 15 milhões de hectares. Esses imóveis representam, no entanto, apenas 7% do número de propriedades, por outro lado, a maioria dos proprietários rurais (34,46%) possui imóveis com até 80 hectares, que representam somente 1,5% das terras cadastradas (Tabela 2).

Tabela 2 – Mapa da concentração fundiária no Estado do Tocantins, 2009

Tipo de propriedade	Número de propriedades	Área
Imóveis com mais de mil hectares	4.716 (7,26%)	15 milhões de hectares (52%)
Imóveis com até 80 hectares	22.382 (34,46%)	916 mil hectares (1,5%)

Fonte: Dados do INCRA, SR Tocantins, 2009.

A demanda pela criação de projetos de reforma agrária por parte dos movimentos sociais existe nesta área muito antes da criação do Tocantins, dada à concentração fundiária e o histórico de conflitos agrários, em especial, no norte do estado, na região conhecida como Bico do Papagaio¹⁶.

Esta região foi marcada por intensos conflitos agrários pela posse da terra durante as décadas de 70 a 80, onde se opunha de um lado os trabalhadores rurais da região nordeste do país, principalmente, população oriunda dos estados do Maranhão e Piauí que chegaram a partir da década de 50 em busca de terras devolutas; e do outro os fazendeiros e investidores da região centro/sul do país que se apropriam de grandes extensões de terra para a prática da pecuária de corte, motivados pelos incentivos fiscais oferecidos pelo governo federal como forma de promover o crescimento econômico e a ocupação da Amazônia (CARVALHO et al., 2006).

¹⁵ O mapa da concentração fundiária do Estado do Tocantins foi cedido por funcionário da SR deste estado, com base em dados apurados até janeiro de 2009, ressaltando-se a possibilidade de alterações ao longo deste ano.

¹⁶ Tal nome se dá pela forma geográfica afilada e encurvada pela confluência dos rios Araguaia e Tocantins, apresentando um formato de bico de papagaio (CLEMENTINO; MONTE-MÓR, 2004; ALCHIERI, 1999). Esta região é parte integrante da Amazônia Legal. Confluência do cerrado com a mata amazônica. A construção e a pavimentação da rodovia Belém-Brasília, nos anos 50 e 60, deram impulso à sua ocupação com atividades agropecuárias e extrativistas tradicionais.

Para Ianni (1979), a política de colonização em áreas estratégicas da Amazônia foi um instrumento de controle dos conflitos pela terra. Além disso, esta política serviu também, como barreira que impedia uma ocupação espontânea da terra, pois inviabilizava em grande parte a pressão dos trabalhadores rurais a favor de uma reforma agrária.

Nesta área ocorreu um forte processo de "grilagem", expropriações violentas das famílias dos agricultores/as, perseguições e assassinatos de posseiros foram práticas correntes. A luta pela resistência se fortaleceu com a vinda de missionários/as da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que foram muito importantes no apoio aos trabalhadores/as rurais. Um destaque entre os missionários foi o Padre Josimo, por ter lutado junto aos trabalhadores rurais, em prol da conscientização em uma época de acirrados conflitos na região, tendo sido motivo crucial para ocasionar o seu assassinato por pistoleiros encomendados por grileiros de terras da região. Assim sendo, tornou-se uma marca desta resistência, lutando pela posse da terra e pelos direitos dos quais os trabalhadores desconheciam (CARVALHO et al., 2006).

Segundo o relatório da Fundação Cândido Rondon, após a criação do Estado do Tocantins e conseqüentes mudanças, como por exemplo, o desmembramento de vários municípios e a criação do pólo pioneiro do Bico do Papagaio,

(...) a população da região continuou a se organizar transformando os municípios que formam o território do Bico do Papagaio numa das regiões do Estado com o maior poder de mobilização e de articulação, capaz de enfrentar as situações adversas, não somente do ponto de vista das organizações da sociedade civil e também na organização da produção. Resultando num capital social que ainda insistem em acentuar o processo de desenvolvimento do território. Na segunda metade da década de 90, com o aumento expressivo no número de famílias assentadas, as organizações dos trabalhadores/as rurais, já consolidadas e amadurecidas pelos anos de luta, passam a reivindicar e negociar políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar (CARVALHO et al., 2006, p. 12).

Ainda que o início da luta pela reforma agrária na região do Bico do Papagaio tenha sido cruel e violento, a organização de produtores/as rurais proporcionou o acesso à terra pelo menos a algumas famílias, como mostram os dados do INCRA (2005) apontando para um total de 66 projetos de assentamentos e 3.835 famílias assentadas.¹⁷

Mesmo que não tenha sido realizada por completo a reforma agrária no Estado do Tocantins, segundo funcionários do SR TO, a demanda de terra por parte dos movimentos sociais existe, mas têm se reduzido, uma vez que os pedidos feitos ao

¹⁷ Devida à ausência de dados mais recentes optamos por utilizar informações do ano de 2005, para dar panorama da reforma agrária na região do Bico do Papagaio.

INCRA totalizam 2.000 famílias à espera de serem assentadas até o final do ano de 2008. No entanto, tal demanda se concentra também em investimentos para assegurar a qualificação, o desenvolvimento e a consolidação dos projetos.

A demanda pela reforma agrária, protocolizada na Superintendência Regional (SR) de Tocantins, consiste em solicitações por parte de associações de produtores rurais, sindicatos de trabalhadores rurais e movimentos sociais (MST). Das 2000 famílias à espera de serem assentadas, 800 residem em 30 acampamentos. Segundo relato do assessor de comunicação¹⁸ da Superintendência Regional, para cada família assentada, em média duas outras procuram o órgão interessadas em se informar ou se cadastrar para esperar o benefício. Durante o processo, algumas são excluídas por não preencherem os requisitos de seleção estabelecidos pelo próprio INCRA e outras por que não querer participar da luta em movimentos sociais.

Analisando a demanda por terras de famílias cadastradas no INCRA-TO em dezembro de 2009 é possível perceber que a mesma corresponde apenas 0,15% do total de habitantes, e correspondendo a 8,7% do total de famílias assentadas. Essa proporção muito pequena pode estar retratando formas alternativas de acesso a terra, que não pelo cadastramento feito no INCRA-TO, ou mesmo um descrédito por parte das famílias com a atividade rural em lotes de assentamentos. Talvez esse mesmo sentimento ou percepção esteja levando a decisão de evasão das terras de reforma agrária nesse estado.

Segundo os dados da SR/TO, a quantidade de famílias a espera de serem assentadas é equivalente a 2.000, o que consideramos como sendo baixo para um estado como o Tocantins. Se analisarmos sua área que possui 277.620,914 km², com uma população estimada pelo IBGE para o ano de 2009 equivalente a 1.292.051 habitantes, já que a agropecuária representa forte atividade no Estado, o que representa elevados números de famílias e trabalhadores na zona rural. Se por outro lado compararmos esta demanda à quantidade de famílias assentadas até dezembro de 2008, diríamos que tal demanda é equivalente a apenas 8,7% do total de famílias assentadas, ou seja, representaria uma quantidade muito baixa de famílias a serem assentadas, indicando uma maior facilidade para executar a reforma agrária neste estado.

De acordo com informações fornecidas pelo assessor de comunicação do INCRA¹⁸, desde a instalação dos primeiros assentamentos no estado em 1987, quando a região ainda fazia parte de Goiás foram criados 360 projetos, tendo sido assentadas

¹⁸ As informações acerca da reforma agrária no Tocantins foram fornecidas pelo assessor de comunicação do INCRA Sr. Flávio Freitas.

22.921 famílias de trabalhadores rurais. Do total de famílias assentadas, 13.809 correspondem ao período de 2003 a 2008. Esses dados mostram o avanço da reforma agrária no Tocantins nos últimos cinco anos, sendo superior a realizada em 16 anos anteriores ao ano de 2003.

Outros projetos de reforma agrária também foram criados no estado do Tocantins, a partir do mecanismo de compra de terras (RAM), sendo 14 pelo programa Banco da Terra, beneficiando 382 famílias abrangendo uma área de 10.495,9708 ha e 67 projetos pelo programa Crédito Fundiário contemplando 1.945 famílias e área igual a 57.525,00 ha. Somados os projetos do INCRA, Banco da Terra e Crédito Fundiário no estado do Tocantins, o panorama dos números da reforma agrária no Tocantins totaliza 441 projetos correspondendo a uma área de 1.267.034,1409 e 25.448 famílias beneficiadas (Tabela 3).

Tabela 3 – Reforma agrária no Estado do Tocantins, 2008

	INCRA	Banco da Terra	Crédito Fundiário	TOTAL
Projetos	360	14	67	441
Famílias	22.921	382	1.945	25.248
Área (há)	1.199.013,1701	10.495,9708	57.525,00	1.267.034,1409

Fonte: Dados do INCRA SR Tocantins (jan./2009) e Crédito Fundiário (jan./2009), organizado pela autora.

Os números da reforma agrária em Tocantins apontam em janeiro de 2009 uma área total reformada equivalente a 1.267.034,1409 ha, e um número de famílias beneficiadas igual a 25.428 e uma demanda de 2.000 famílias. Para o atendimento dessa demanda os dados da estrutura fundiária assinalam que entre as grandes propriedades existe uma área improdutivo¹⁹, passível de desapropriação igual a 10.756.204,8400 ha²⁰.

¹⁹ Os imóveis considerados improdutivos pelo INCRA estão pautados na Lei 8.629 (25/02/1993), que regulamenta os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. São improdutivos aqueles que possuem: a) Grau de Utilização da Terra (GUT) menor que 80% ou seja, da área aproveitável do imóvel, pelo menos 80% dela deve estar cultivada com lavouras, pastagens, exploração florestal ou extrativista, para que a propriedade seja considerada produtiva (menor que 80% não atingem o GUT); b) Grau de Eficiência na Exploração (GEE) menor que 100%. O grau de deficiência se refere aos rendimentos por hectare, ou lotação de unidades animais por hectare. O INCRA possui uma tabela que apresenta, para cada exploração agrícola, extrativista, ou florestal, as quantidades/ha mínimas, por região do País; e o número de animais mínimos, conforme a Zona de Pecuária do País.

Assim o cruzamento dessas informações mostra que este estado possui área mais que suficiente para as famílias cadastradas para a realização da reforma agrária.

2.3. A reforma agrária: as ações do INCRA e os assentamentos rurais

A realização da reforma agrária cria novos espaços de vida e de produção no meio rural, conhecidos como “assentamentos rurais”. Carvalho (1999) apresenta a definição destes espaços da seguinte forma:

O assentamento é um espaço, geograficamente delimitado, que abarca um grupo de famílias beneficiadas por programas governamentais de reforma agrária. A constituição do assentamento é resultado de um decreto administrativo do governo federal que estabelece condições legais de posse e uso da terra. O assentamento é fruto de um ato administrativo que limita o território, seleciona as famílias a serem beneficiadas etc., sendo, portanto, artificialmente constituído, criando um novo ambiente geográfico e uma nova organização social (p. 59).

Nesta mesma perspectiva, dando enfoque aos projetos criados pelo INCRA, Medeiros e Leite (2004a) afirmam que o termo assentamento rural,

(...) foi criado no âmbito das políticas públicas para nomear um determinado tipo de intervenção fundiária, unifica e, muitas vezes, encobre uma extensa gama de ações, tais como compra de terras, desapropriação de imóveis rurais ou mesmo utilização de terras públicas. Em geral, tais intervenções visaram à regularização de áreas ocupadas, às vezes há décadas, por “posseiros”; à fixação de segmentos de trabalhadores ameaçados de expulsão da terra; à destinação de terras a populações que, desse bem e organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sindicatos entre outras entidades, acamparam e/ou ocuparam áreas como forma de pressão sobre o Estado; à preservação de populações e suas tradicionais formas de uso dos recursos naturais, como é o caso dos assentamentos extrativistas, fruto da luta de seringueiros pela permanência em terras que exploravam há gerações; à realocação de populações atingidas pela construção de grandes projetos hidrelétricos etc. (p. 17).

Para Bruno e Medeiros (2001), os assentamentos são considerados frutos de tensões sociais e pressão dos movimentos sociais, ação sindical e mesmo de iniciativas de autoridades locais. Os assentamentos também expressam na sua conformação e perfil não só a diversidade de processos sociais que lhes deram origem, sua trajetória também revela faces significativas das políticas públicas estatais relacionadas à questão da terra.

Assim como os projetos de reforma agrária, os beneficiários apresentam as mais diversas especificidades e características, podendo ser explicadas pelo contexto

²⁰ O valor da área improdutiva entre as grandes propriedades tem como base os dados da apuração especial do INCRA no ano de 2005.

histórico, cultural, econômico e social dos quais fizeram parte os demandantes de terra. Segundo Medeiros (2003), alguns destes personagens da luta pela terra eram,

(...) os atingidos por barragens (pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros que foram privados das terras em que viviam para ampliação das fontes geradoras de energia para os centros urbanos); seringueiros que, na região Norte, em especial no Acre, resistiam à destruição dos seringais nativos e à substituição por pastagens; pequenos produtores, em especial no Sul do país (...) (p. 29).

Além da diversidade de segmentos sociais que constituíram os “assentados”, pode-se dizer que são bastante diferenciadas as forças sociais que os mobilizaram, como, por exemplo: antigas lideranças da luta pela terra ocorrida nos anos 1950-1960, a igreja e os sindicatos, tendo sido mais ou menos presentes em algumas regiões do país. Dentre os segmentos sociais, o que ganhou maior visibilidade nos processos ligados à reforma agrária foi o MST que, originário no sul do país, rapidamente se expandiu pelo Brasil, mobilizando trabalhadores sem-terra para ocupações e, assim, pressionar a esfera governamental a intervir, criando assentamentos (BRUNO; MEDEIROS, 2001).

Neste sentido, mesmo o governo implementando políticas que visam à execução da reforma agrária, ainda pode ser considerada incipiente tanto quanto a demanda como se comparada a implantação de outras políticas públicas. Alston et al. (2004 citado por LEITE et al., 2004) expõem o tratamento do governo em relação à reforma agrária no ranking das políticas públicas e apresenta a preferência hierárquica do Presidente e dos membros do Congresso.

No topo da agenda encontram-se as políticas que contribuem para fortalecer a estabilidade macroeconômica e o crescimento. Num nível inferior estão as políticas que promovem oportunidades econômicas e em seguida políticas visando à redução da pobreza. Os deputados e senadores, por outro lado, tendem a privilegiar políticas setoriais, (econômicas ou sociais) que trazem recursos para seus eleitores potenciais. Assim, em função das diversas preferências o poder Executivo e o Legislativo procuram estabelecer relações que sejam benéficas a ambos. Nesse contexto, o foco do Presidente está nas políticas macro (fiscal e monetária) e para alcançá-las pode utilizar políticas setoriais como moeda de troca no intuito de garantir votos no legislativo. Uma vez arbitrada essa questão, emergem as políticas de educação e saúde (com recursos mais ou menos fixos e difíceis de serem alterados). Por último, são elaboradas e implementadas as políticas residuais e mais “ideológicas” como reforma agrária e meio ambiente (p. 7).

O fato da política de reforma agrária estar em última colocação em relação às demais na alçada do governo e ser classificada como uma política residual evidencia o grau de importância e comprometimento dos representantes políticos para com a mesma. Neste mesmo sentido, a falta de comprometimento do governo com a política de reforma agrária pode servir como fator explicativo para os problemas ligados ao

INCRA. Órgão federal responsável pela execução de tal política e fortemente marcado pela morosidade de suas ações e, conseqüentemente, pelo não cumprimento de metas.

Segundo Marques (2004), a composição de um programa de reforma agrária baseia-se no conjunto de ações que vão desde a obtenção dos recursos naturais, financeiros e humanos necessários ao processo, até a execução de Projetos de Assentamento.

Antes das etapas de criação de projetos de reforma agrária pelo INCRA existem outras 10 fases referentes ao processo de desapropriação da terra: 1. Seleção da área; 2. Programação da vistoria; 3. Realização da vistoria e elaboração do laudo; 4. Remessa de ofício ao proprietário; 5. Análise e elaboração do decreto de desapropriação; 6. Edição do decreto; 7. Decretada a desapropriação da área, avaliação da terra nua e benfeitorias; 8. Lançamento dos títulos da dívida agrária correspondentes; 9. Ajuizamento da ação; 10. Emissão na posse; e 11. Criação do projeto de assentamento. Num processo normal em que não haja disputa política e/ou judicial e, conseqüentemente, não desencadeie morosidade, o tempo para percorrer todas estas etapas leva em média nove meses (LEITE et al., 2007).

O mesmo autor mostra, a partir da fala do então presidente do INCRA (nesta mesma época), que o processo de desapropriação ocorre num período muito extenso, fazendo deste um fator determinante para que sejam buscados outros mecanismos de acesso a terra, como, por exemplo, a compra de terras para a realização de assentamentos. Nesse a criação dos assentamentos rurais no Brasil ocorre, em sua grande maioria, a partir de uma lógica de ação pontual do Estado em resposta às reivindicações dos movimentos sociais, ou seja, para responder a pressões localizadas em situações de conflitos (LEITE et al., 2004; MEDEIROS, 2002; BERGAMASCO; NORDER, 1996).

Destarte, tal situação reflete em outro fator importante no processo de criação dos assentamentos: a ausência de um planejamento prévio de localização e de mecanismos de apoio. Dispersos espacialmente, muitos dos assentamentos enfrentaram e enfrentam situações bastante adversas no que se refere às condições de sua instalação, com evidentes reflexos sobre as condições de produção e comercialização, formas de organização e sociabilidade (SPAROVEK, 2003).

Desta forma, a trajetória de um futuro beneficiário da reforma agrária na busca de sua sobrevivência é longa, cansativa e muito desgastante, ou seja, começam a enfrentar diversas dificuldades nessa “maratona para a sobrevivência”, antes mesmo de

entrar na terra. A primeira delas está relacionada ao enfrentamento da luta para obtenção da terra, sujeitando-se a longos períodos da sua vida a fases como: *acampamento*. Esse é o período em que as famílias permanecem acampadas no entorno de propriedades (passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária), morando em barracas de lona (SIGAUD, 2005). A segunda fase, caracterizada como *pré-assentamento* corresponde ao período em que o INCRA emite a posse da área e instala provisoriamente as famílias até a realização da demarcação e da distribuição dos lotes (MARQUES, 2004). Nessa última fase em muitos os casos não são diferentes as condições de moradia e é freqüente o uso das mesmas barracas de lonas, porém dentro da fazenda esperando pelos trâmites institucionais do INCRA para a criação e operacionalização do assentamento.

Além da etapa de pré-assentamento, as famílias ainda vivenciam outras três etapas relacionadas ao processo de ocupação planejado e coordenado pelo INCRA, sendo a implantação, consolidação e emancipação. Segundo Marques (2004), o processo leva um período médio de cinco anos, e sendo a etapa de consolidação a mais demorada. O mesmo autor as descreve da seguinte forma:

Na *etapa da implantação*, é prevista a realização de obras de engenharia, como a construção de estradas, armazéns, núcleo comunitário etc. Também são previstos os trabalhos de preparação da terra para exploração agrícola e a qualificação do agricultor para administrar o lote, além de discussões sobre alternativas de produção para definição do plano de desenvolvimento do assentamento. A *etapa da consolidação* corresponde ao período de implantação do projeto técnico responsável pela estruturação do sistema produtivo. A *emancipação* ocorreria quando os assentados apresentassem condições de assumir sozinhos a gestão dos bens comunitários e dos interesses gerais do grupo (MARQUES, 2004, p. 267).

Assim que são assentadas, as famílias têm direito ao crédito de implantação, o que deverá possibilitar aos assentados, logo no primeiro ano, iniciar as atividades de produção, assegurando-lhes as condições mínimas necessárias para permanência na terra. Além disso, o INCRA deverá iniciar o cumprimento do contrato estabelecido entre o Poder Público e os Beneficiários de uma política pública fornecendo infraestrutura, assistência técnica, acesso à educação, saúde etc. No entanto, segundo Hartmann (2008), estas medidas acompanhantes resultam em problemas, já que, muitas vezes, são realizadas com lentidão e atraso. Nesse contexto, a experiência de luta obtida durante o processo de obtenção da terra assume uma nova característica que agora se volta para a busca de condições que garantam a permanência das famílias na terra.

2.4. Reforma agrária via mecanismos de mercado – RAM: os programas de acesso à terra

A construção de alternativas de acesso a terra via mecanismos de mercado sem a organização política dos tradicionais movimentos sociais de luta pela reforma agrária, exceto aqueles vinculados à estrutura da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), teve início em 1995, durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Tratava-se de programas de “apoio” à reforma agrária que tinham como premissa o acesso a terras por meio do mercado, ou seja, mediante compra.

O início da política de Reforma Agrária de Mercado (RAM) ocorreu num momento em que o debate político estava centrado na política de estabilização e combate à inflação e também num momento em que o tema agrário parecia ter perdido seu lugar, devido à pouca ênfase e interesse na maior parte da sociedade. No entanto, alguns fatos alteraram esse quadro, especialmente as ações de extrema violência policial em relação aos trabalhadores rurais e a retomada das ocupações de terra, não só pelo MST e outros movimentos de luta que proliferaram em diversas regiões do país, mas também por diversos sindicatos e federações ligados à Contag. Esses acontecimentos deram novo destaque à questão agrária e levaram o governo a criar, em 1996, Ministério Extraordinário de Política Fundiária, mais tarde, em 1998, transformado em Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), retirando o tema da alçada do Ministério da Agricultura, tradicional espaço de influência dos grandes empresários rurais, e subordinando-o mais diretamente à Presidência da República (MEDEIROS; LEITE, 2004b).

Dentro deste contexto, surgiram alguns programas complementares de apoio à reforma agrária, com o objetivo, segundo o governo, para além da distribuição de terras, garantir a viabilidade econômica dos projetos que fossem criados através da política da RAM.

Os programas desta política de apoio à reforma agrária foram lançados em momentos distintos no decorrer do governo FHC, sendo eles: Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário e de Combate a Pobreza. Esses programas foram executados com o apoio financeiro e o aval político do Banco Mundial (BIRD), da Contag, e o apoio de organizações patronais como a Confederação Nacional da

Agricultura (CNA). Estas novas “propostas” da reforma agrária também ficaram conhecidas como “outras maneiras de fazer a reforma agrária”.

No Brasil, a primeira experiência mais concreta, dentro dessa nova orientação, iniciou-se no estado do Ceará, em 1996. Já em 1995, a Secretaria de Agricultura dessa unidade da federação autorizou o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (Idace), a realizar estudos sobre o mercado de terras e avaliar a performance dos mecanismos historicamente usados para a reforma agrária no estado (BRANDÃO, 2000, p. 318). A partir daí, foram estabelecidos contatos com missões do Banco Mundial para lançar as bases de um programa alternativo de reforma agrária. Como resultado, em 1996 foi criado o Fundo Rotativo de Terras, que viabilizou uma parceria com o Banco Mundial para criar um projeto e crédito fundiário no Projeto São José (projeto de combate à pobreza que já estava em curso e também contava com o apoio do Banco Mundial). A experiência se iniciou em fevereiro de 1997. No mesmo ano, o governo federal implantou um programa similar, a ser desenvolvido nos estados do Maranhão, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e no próprio Ceará, denominado Cédula da Terra (MEDEIROS, 2002, p. 72).

O Programa Cédula da Terra (PCT) teve seu início em dezembro de 1997 e foi concluído em dezembro de 2002. O MDA justificou a implantação deste programa como uma forma de baratear e acelerar o acesso a terra e a constituição de assentamentos rurais via mercado. Segundo Teófilo (2000, citado por SAUER, 2004), um dos objetivos do Programa Cédula da Terra era capacitar o governo a acelerar o programa de reforma agrária, baixando os custos da terra, criando mecanismos supostamente mais ágeis e eficazes que a onerosa desapropriação de terras para fins de reforma agrária²¹. Apesar de ser um projeto piloto, o Cédula da Terra, beneficiou quase 16 mil famílias nos estados em que foi implementado (Maranhão, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Ceará).

A operacionalização do programa Cédula da Terra, segundo Medeiros e Leite (2004):

(...) se dava através da constituição de uma associação de pequenos produtores ou de agricultores sem terra, que deveria procurar um agente financeiro ou o órgão de terra do estado para apresentar uma proposta de assentamento. Analisado o pedido, seria definido o montante de recursos necessário para ir ao mercado adquirir uma área. Em seguida, o pedido retornaria aos órgãos governamentais para a avaliação sobre a qualidade da terra, a adequação do preço, em termos de mercado regional, e, finalmente, a inquestionabilidade da cadeia dominial. Feito isso, seria dada uma carta de crédito à associação para que, por intermédio de um agente financeiro estatal, fosse adquirida a propriedade, em condições de mercado. A partir desse momento, a comunidade faria jus aos recursos do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária - Procera, então ainda em vigor (p. 366-367).

²¹ Vale ressaltar que no processo de desapropriação a terra é paga em Títulos da Dívida Agrária (TDAs) e apenas as benfeitorias existentes são pagas em dinheiro.

O segundo programa do governo FHC, Banco da Terra, foi criado pela Lei Complementar n.º 93, de 4 de fevereiro de 1998, e regulamentado em 2000, sendo este um fundo de caráter nacional previsto constitucionalmente para financiar a aquisição de imóveis rurais e a realização de obras de infraestrutura básica (VARGAS, 2006).

O perfil do público para o qual foi direcionado o programa Banco da Terra era de trabalhadores rurais não proprietários de imóveis rurais, assim como também proprietários com áreas inferiores à dimensão da propriedade familiar, preferencialmente os assalariados parceiros, arrendatários e posseiros; possuir 80% da renda bruta familiar provinda das atividades agropecuárias; no mínimo cinco anos de experiência na atividade rural e não possuírem restrições cadastrais junto ao agente financeiro. Segundo Camargo et al. (2005), estavam impedidos de participar do programa,

(...) candidatos que tivessem participado de alguma ocupação ilegal de terra, bem como os que já tivessem sido contemplados por um projeto de assentamento rural. Também não poderiam receber recursos funcionários públicos e trabalhadores rurais que dispusessem de uma renda familiar bruta superior a quinze mil reais anuais (p. 4).

A partir do programa Banco da Terra instituiu-se o financiamento público para a compra privada de terras como mecanismo alternativo à reforma agrária, ao mesmo tempo aliviando as tensões sociais no campo e evidenciando as ações políticas do governo FHC na condução da política agrária (VARGAS, 2006).

O terceiro e último programa do governo FHC, intitulado Crédito Fundiário e de Combate à Pobreza, foi criado no final do ano 2000 e teve início das elaborações dos planos operacionais em diversos estados no ano de 2001. Após algumas tentativas o Banco Mundial obteve o apoio da Contag, importante forma de legitimar o projeto.

(...) o novo programa atingiria todos os estados do Nordeste e da região Sul, além de Minas Gerais e Espírito Santo, no Sudeste. Essa proposta permitia o crédito individualizado, juros menores que a inflação, rebate de 50% nos encargos, se pagas em dia as prestações (MEDEIROS, 2003, p. 71).

A consolidação dos programas de acesso a terra via mecanismos de mercado recebeu, desde a primeira experiência no Brasil, significativas críticas, abrindo espaços para contestação de estudiosos do tema da reforma agrária. Desta forma, o início do mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva (Lula) representou esperanças por parte dos movimentos sociais e de setores mais favoráveis à reforma agrária tradicional pela reversão da implementação do mercado de terras, devido a seu compromisso com o

tema fundiário que foi um dos seus principais compromissos no decorrer de sua história política.

No início do governo do presidente Lula, o MDA anunciou a extinção do Banco da Terra e uma auditoria para uma análise dos dados do programa Cédula da Terra. Esta auditoria representava para os críticos do modelo uma esperança quanto à extinção da RAM, porém não foi o que ocorreu, pois em novembro de 2003 o MDA anunciou o “II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural”, que tinha como uma das principais metas beneficiar 130.000 mil famílias. Este programa, entre outras ações, dava continuidade ao programa de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza e contava com três linhas de financiamento: Combate à Pobreza Rural, Nossa Primeira Terra e Consolidação da Agricultura Familiar. Os programas Combate à Pobreza Rural e Nossa Primeira Terra apresentam semelhanças aos programas Cédula da Terra e Crédito Fundiário e de Combate à Pobreza do governo FHC. Da mesma forma, a Consolidação da Agricultura Familiar apresenta as mesmas características do Banco da Terra.

Apesar dos programas instituídos no governo Lula apresentando similaridades em relação aos programas instituídos no decorrer do governo FHC, Sauer e Pereira (2006) demonstram que existem descontinuidades em relação aos programas e governos:

(...) a primeira é que nenhuma entidade de representação rural (patronal ou de trabalhadores) vê no governo Lula a intenção de substituir a reforma agrária pela política de reforma agrária de mercado, apesar de as metas do PNCF serem elevadíssimas e o mesmo estar sendo estendido virtualmente a todo país; e a segunda diz respeito à legitimação dada por organizações sindicais nacionais aos programas orientados pelo modelo de reforma agrária de mercado do Bird. Desde 2000, a luta contra este modelo não mais aglutina o conjunto de entidades de representação do campesinato pobre contra as políticas neoliberais. Mesmo aqueles movimentos que são contrários (como o MST e os integrantes da Via Campesina), relegaram esse embate a um plano secundário, por entenderem que a contradição principal no meio rural brasileiro hoje está entre o grande “agronegócio” exportador e os trabalhadores rurais sem terra, e não entre desapropriação e crédito fundiário (p. 6).

A continuidade e ampliação dos programas da RAM desconsideram um conjunto de críticas formuladas não apenas pelos movimentos sociais e por setores politicamente organizados. Segundo Mendonça e Wolff (2006), a política do Banco Mundial,

(...) gera maior concentração de terra e beneficia os grandes proprietários que vendem suas piores áreas a preços inflacionados, em dinheiro e à vista. Além disso, as experiências mostram que os programas de RAM estimulam

práticas de corrupção e clientelismo, pois colocam o controle do processo nas mãos das elites rurais (p. 1).

Alguns trabalhos na literatura (PEREIRA, 2005; RESENDE; MENDONÇA, 2004; DOMINGUES NETO, 2004; SAUER, 2004; BUAINAIN et al., 2002) se desdobram para uma análise crítica acerca dos programas da RAM e conseqüentemente seus resultados, que nem sempre apontam efeitos positivos, cabe aqui salientar que os programas de acesso a terra via mecanismo de mercado continuam a existir e têm elevado constantemente o número de famílias que aderem a eles, realizando a conquista do tão sonhado “pedaço de terra”. Um dos fatores explicativos para a adesão aos programas, pode estar relacionado com a maior facilidade e o menor tempo de espera até a obtenção do lote no modelo da RAM, de forma que as famílias não precisem passar por fases (acampamento e pré-assentamento) que estão diretamente ligadas à luta pela terra, se comparadas às famílias beneficiárias de projetos do INCRA e, conseqüentemente, prescindam da ação coletiva por meio de organizações de movimentos sociais.

Para aderir aos programas da RAM, as pessoas interessadas precisam preencher pré-requisitos como, serem trabalhadores rurais não proprietários (5 anos de experiência na atividade rural, no mínimo), proprietários cuja área não alcançasse a dimensão da propriedade familiar, possuir 80% da renda bruta familiar provinda das atividades agropecuárias e não possuírem restrições cadastrais junto ao agente financeiro. Por outro lado, ficam impedidos de participarem dos programas, pessoas que já houvessem participado de alguma ocupação ilegal de terra, contemplados por um projeto de assentamento rural, funcionários públicos e trabalhadores rurais com renda bruta familiar superior a 15 mil reais anuais (CAMARGO et al., 2005).

Outra especificidade apontada por Medeiros (2002) é que a proposta da reforma agrária conduzida pelo mercado atribui principalmente uma série de novas tarefas aos beneficiários, sendo que estas são executadas pelas associações:

(...) Diversas atividades que eram do INCRA (topografia, demarcação dos lotes, construção de infraestrutura básica, elaboração do plano de desenvolvimento do assentamento) passaram para a responsabilidade dos assentados, que teriam direito a um recurso a fundo perdido para tanto. Faz parte ainda da proposta de descentralização a emancipação rápida dos assentamentos (dois ou três anos após a demarcação de terras), transformando os assentados em agricultores familiares plenos. Isso significaria também ter que começar a pagar a terra que haviam recebido. Por outro lado, o assentado passava a ser visto como um “empreendedor” que deveria se ajustar ao mundo dos negócios e nele se mostrar competitivo (p. 69).

A característica mais marcante que diferencia estes espaços está relacionada principalmente à proposta dos projetos do modelo da RAM, impondo aos beneficiários após um curto período inicial de consolidação, que tenham o mercado como regulador maior das atividades (MEDEIROS, 2002).

O mercado, como regulador das atividades dos projetos de RAM, desencadeia algumas diferenças nas atividades desenvolvidas pelos beneficiários, inclusive as atividades ligadas à agricultura. Dentro do processo de criação dos projetos de RAM, estimula-se a elaboração de um projeto técnico (agrícola, pecuário etc.) através de incentivos financeiros, baseado nas aptidões regionais, de solos, dos beneficiários etc. Estes projetos possibilitam às famílias a iniciação em uma atividade que dê auxílio para a subsistência e pagamento das primeiras parcelas.

Ainda no que diz respeito às atividades, outro fator que diferencia os projetos relaciona-se à organização das famílias, de forma que nos projetos da RAM estas já se organizam em forma de associações antes mesmo da criação do projeto e desenvolvem no mínimo uma atividade (relacionada ao projeto técnico) comum a todos.

O sentimento das pessoas em relação às condições de vida após a adesão ao programa Cédula da Terra foi relatado por Sauer (2004), com base em entrevistas realizadas em beneficiários.

Em geral, as respostas dos beneficiários convergiram para uma avaliação positiva das condições de vida, relacionando a entrada no Cédula da Terra com um desejo de possuir a terra. As pessoas relatam que a mudança mais significativa foi o fato de serem “donos” da terra e, portanto, plantarem e administrarem o próprio trabalho (o “projeto camponês” do trabalho livre). Afirmam também que agora têm um lugar para morar, mesmo que provisório diante da consciência de que terão que pagar por ele e serão expulsos se não pagarem a dívida contraída. O desejo de ter a terra, trabalho e moradia ficou evidente nas diferentes falas das pessoas contempladas (p. 45).

Desta forma, percebe-se que as pessoas viam no programa a possibilidade de melhoria de vida, pois conseguiam por ele o acesso a terra, moradia e trabalho, da mesma forma que os beneficiários dos projetos do INCRA, porém sem se submeterem às regras e condições impostas pelos movimentos sociais.

A melhoria de vida, possibilitada pelo acesso a bens considerados importantes, pode contemplar uma das razões explicativas para a enorme quantidade de pessoas que aderem aos programas da RAM, apesar das críticas que o programa recebe desde o início de sua implantação no Brasil.

2.5. Evasão e permanência nos projetos de reforma agrária

A temática da evasão em projetos de reforma agrária vem sendo pouco estudada pelos pesquisadores que analisam questões que envolvem a estrutura fundiária, movimentos sociais no campo, reforma agrária, assentamentos rurais, e Crédito Fundiário, entre outros temas. Na maioria dos estudos, a evasão não é abordada como objeto central de análise constituindo um tema periférico e pontual. Da mesma forma, em que pese a existência de diferentes formas de intervenção pública no processo de reestruturação da estrutura fundiária no Brasil, como as ações do INCRA, o Banco da Terra, Crédito Fundiário, criação de Reservas Agroestrativistas etc., as análises sobre processos de evasão e abandono, geralmente se referem exclusivamente aos projetos de assentamento rural constituídos sob a responsabilidade do INCRA.

Em estudo realizado por Mello (2006) sobre evasão e rotatividade em assentamentos rurais implantados pelo INCRA no Rio Grande do Sul, o termo evasão utilizado representa sem distinção²² o “abandono, venda ou expulsão”, o que caracterizaria o processo como uma forma de fuga ou de esvaziamento da política de reforma agrária. Ainda segundo o mesmo autor, a evasão também é vista como um indicativo de que determinados fenômenos sociais presentes em assentamentos podem estar escapando a compreensão dos analistas e dos executores desta política pública, com consequências práticas em suas ações e na formulação de novos modelos e programas de assentamento.

Sendo a evasão dos lotes um fenômeno que desperta curiosidade dos atores sociais diretamente envolvidos no assunto e que provoca dificuldades razoáveis na operacionalização das políticas públicas em assentamentos, acabando por prejudicar, diretamente, os próprios assentados. Um exemplo disso foi a opção (imposição) pelo aval solidário no crédito agrícola dos assentados, pois, com as altas taxas de evasão de assentados, boa parte dos que ainda estão residindo nos assentamentos se encontra, hoje, inadimplente frente aos organismos credores, com prejuízos consideráveis para todos os envolvidos (MELLO, 2006, p. 12).

Para análise das causas de evasão e rotatividade, o autor lançou mão de análises qualitativas e quantitativas de dados secundários, realizando também pesquisa etnográfica para aprofundamento da análise qualitativa. Os resultados verificados pelo autor apresentaram fraca correlação entre as variáveis²³ estudadas, segundo ele, tal

²² Os dados apresentados pelo autor não permitiam a distinção entre os termos abandono, venda e expulsão.

²³ As variáveis estudadas por Mello (2006) foram: a) falta ou atraso de infraestrutura e do crédito, medida pelo tempo transcorrido entre a data de criação dos assentamentos e as datas correspondentes à aquisição de três linhas de crédito: a) crédito instalação, modalidade apoio, b) crédito instalação, modalidade materiais d

resultado confirma a hipótese central do trabalho, em que aponta a rotatividade e/ou evasão de lotes, embora tendo múltiplas causas, ela seja potencializada numa situação de baixa coesão social. Sendo assim, a sociabilidade, possibilitada por fatores que geram maior sentimento de pertencimento para os beneficiados da reforma agrária, diminui a evasão e rotatividade (MELLO, 2006).

Em pesquisa realizada por Bruno e Medeiros (2001), em 59 assentamentos rurais criados pelo INCRA, distribuídos em 22 estados brasileiros, a evasão foi caracterizada como abandono, desistência e saída das famílias dos lotes e, em alguns casos pela venda ou troca dos mesmos. Para essas autoras, a evasão seria o resultado dos percalços, desafios e/ou problemas enfrentados pelas famílias beneficiárias da reforma agrária e, em larga medida, estaria associada à precariedade das condições de vida e de produção em alguns projetos (BRUNO; MEDEIROS, 2001).

Os percentuais de evasão encontrados por Bruno e Medeiros (2001) podem ser considerados elevados (29,7% a média brasileira). As causas relacionadas à evasão nesta pesquisa foram: precariedade de infraestrutura (acesso à saúde, escolas, estradas e transporte, água, esgoto e energia elétrica); insuficiência e/ou atraso no acesso aos créditos e endividamento; falta de produção; morosidade e deficiência dos órgãos responsáveis pela reforma agrária; dificuldades de gestão do lote; conflitos de costumes e imposição de regras; falta de apoio do Estado; e dificuldades de organização interna. Para as autoras, é impossível isolar uma única causa para as saídas dos assentados dos seus lotes, e em algumas regiões há a prevalência de algumas causas, que podem não ter a mesma relevância em outras, podendo também ocorrer a combinação de várias causas numa mesma localidade (BRUNO; MEDEIROS, 2001).

Na pesquisa realizada por Oliveira (2007) em assentamentos rurais no município de Padre Bernardo no Estado de Goiás, a evasão foi associada, além das questões de infraestrutura, a outros desafios vivenciados pelas famílias beneficiárias de projetos de assentamentos criados pelo INCRA após conquistar a terra:

(...) a luta para permanecer na terra, encarar os desafios da falta de infraestrutura, falta de recursos, a convivência com pessoas de origens diferentes e os problemas relativos à adaptação num outro espaço. Por causa desses elementos, muitos desistem, vendem e partem para outro espaço (OLIVEIRA, 2007, p. 209).

construção e c) Pronaf A; d) sobre o percentual de lotes sem água, e) percentual de lotes sem luz, f) percentual de lotes sem casa, e sobre a existência ou conservação de estradas; g) internas e; h) externas; i) a baixa qualidade dos solos (medido pelo percentual de classes de capacidade de uso); j) a assistência técnica (Emater ou Coptec); l) o executor do assentamento (INCRA, Grac, compartilhado); m) ano de implantação; n) tipo de público (sem-terra, atingidos por barragens ou ocupantes de áreas indígenas); e o) a região de implantação – a Norte, a Fronteira Oeste, a Campanha, a Sul e a Metropolitana.

Para os entrevistados no trabalho de Oliveira (2007), a venda e o abandono das chácaras ocorreram principalmente nos três primeiros anos de formação dos assentamentos, sobretudo, logo após a saída dos créditos (Habitação e Pronaf A). A falta de infraestrutura também foi apontada por muitos, como motivo para a venda das parcelas, sendo a falta de abastecimento de água ou até mesmo a falta generalizada de água um dos principais problemas apontados.

Em larga medida, os percalços enfrentados pelos beneficiários podem tornar-se determinantes na decisão por abandonar os projetos de reforma agrária, e a definição de outros caminhos e trajetória em busca de melhoria nas condições de trabalho e vida dos trabalhadores rurais. De forma geral, os fatores que justificam a evasão estão relacionados diretamente ao enfrentamento das dificuldades e situações adversas vivenciadas pelos assentados de projetos do INCRA, ligados à estabilidade e viabilidade dos assentamentos rurais, de forma que sua falta ou desequilíbrio podem explicar as causas que levam os assentados a se evadir ou permanecer nos seus lotes. Destarte, as situações adversas e dificuldades encontradas e vivenciadas pelos assentados têm causado o aumento de índices de evasão (BRUNO; MEDEIROS, 2001).

Para Martins (2003), outras razões que levam as pessoas a se evadir dos lotes estão ligadas aos fatores geradores de fonte alternativa de renda monetária que pode se materializar pela venda ou troca dos lotes. A estratégia de vender a terra obtida na reforma agrária para comprar outro imóvel indicaria, segundo esse autor, uma tática utilizada por alguns trabalhadores rurais para entrar no regime de propriedade por uma via que não seja a via assistida pela reforma agrária.

No caso dos projetos constituídos pela RAM, os processos de evasão são, de modo geral, associados às situações de inadimplência e de precariedade das condições de infraestrutura, muitas vezes provocadas pela falta de aptidão ou de vocação agrícola das famílias envolvidas.

Em estudo recente, Sauer e Pereira (2006) apontam algumas razões explicativas para evasão em projetos do PCT da RAM, como: o desalento das famílias proporcionado por uma paralisação parcial do programa, a falta de recursos e o abandono de projetos por instituições estaduais responsáveis pela implantação e acompanhamento. Um segundo grupo de razões relaciona-se a erros quanto à seleção de beneficiários, priorizando famílias mais pobres atingidas pela seca no Nordeste do país, e por último, as discordâncias entre beneficiários e as associações, causadas pelo caráter artificial em que estas são criadas.

Ainda segundo os mesmos autores, outras causas, além das citadas acima, estão ligadas ao caráter negativo da criação de alguns projetos em áreas inadequadas, apresentando baixa qualidade em termos de solo, benfeitorias, infraestrutura etc. (SAUER; PEREIRA, 2006). E esta última afirmação apresenta similaridade com os projetos do INCRA, apontada por Sparovek (2003).

No trabalho de Zinga (2004) sobre as causas da permanência e da desistência no assentamento Zumbi dos Palmares, na região de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, foi verificado que as principais causas de evasão estão associadas a uma combinação de fatores endógenos e exógenos aos assentados, como: doença do dono do lote ou de um membro da família; venda ou arrendamento ilegal dos lotes; problemas produtivos causados por falta de água; e falta de assistência técnica.

No I Censo da reforma agrária brasileira, realizado em 1996 num convênio entre o INCRA, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) e UnB, foi verificada evasão, com margem maior, nos Estados da região Norte e Centro-Oeste, e índices próximos, ou superiores aos do INCRA. Tal processo está associado à precariedade das estradas e das demais condições locais.

Como puderam ser observados, os estudos sobre evasão realizados pelos autores citados anteriormente abordam de forma geral os mais diversos aspectos, alguns utilizam do termo com mais profundidade, como objetivo central das pesquisas (MELLO, 2006; BRUNO; MEDEIROS, 2001; ZINGA, 2004), outros apenas constatarem e existência do processo e possíveis causas (OLIVEIRA, 2007; MARTINS, 2003; SAUER; PEREIRA, 2006; INCRA, 1996), conforme pode ser visto no Quadro 1.

Entre os significados verificados no Quadro 1, a evasão está associada ao abandono, venda, troca ou saída dos lotes, e/ou desistência das famílias. Quanto às causas apresentadas, há maior predominância de fatores ligados à falta ou precariedade de infraestrutura, confirmando sua importância para a viabilização dos projetos de reforma agrária. Outras causas estão relacionadas a fatores externos, como a assistência às famílias pelos órgãos responsáveis, questões pessoais (casos de doenças) e problemas de organização social, evidenciados por uma baixa coesão social.

Quadro 1 – Síntese de significados e causas da evasão

Autores referenciais	Significados	Causas
Mello (2006)	Representa “abandono, venda ou expulsão”. Processo como fuga ou esvaziamento da política de reforma agrária.	Baixa coesão social.
Zinga (2004)	Saída ou abandono dos lotes.	Doença do dono do lote ou de um membro da família; venda ou arrendamento ilegal dos lotes; problemas produtivos causados por falta de água; e falta de assistência técnica.
Bruno e Medeiros (2001)	Caracteriza “abandono, desistência e saída das famílias dos lotes”, venda ou troca dos mesmos.	Processos sociais que deram origem ao assentamento, condições de infraestrutura, produção, apoio do Estado e organização interna, apoios e alianças.
Oliveira (2007)*	-	Associa-se além das questões de infraestrutura, aos desafios vivenciados pelas famílias.
Sauer e Pereira (2006)*	-	Desalento das famílias devido à paralisação parcial do programa, a falta de recursos, o abandono de projetos por instituições estaduais responsáveis pela implantação e acompanhamento, erros na seleção de beneficiários, e discordâncias entre beneficiários e as associações.
Martins (2003)*	-	Falta de alternativa de renda monetária/Inadimplência e precariedade das condições de infraestrutura.
INCRA (1996)	-	Condições de infraestrutura.

* O autor não apresenta significados da evasão no trabalho, fazendo apenas o uso do termo e o apontamento para as causas.

A evasão em projetos da reforma agrária ocorre a partir de uma nova condição de vida e de trabalho produtivo, marcada pela transição da condição de trabalhadores sem-terra para agricultores com-terra abrindo caminhos para distintos acontecimentos, ligados à história e regras de cada família, instituições envolvidas, possibilidades de trabalhos, entre outros. A nova condição de vida, marcada por uma realidade repleta de desafios, nem sempre condiz com as expectativas das famílias resultando na evasão, já que podem não estarem preparadas ou dispostas para vivenciar os desafios que acompanham esta nova fase de vida. Sendo a falta ou a precariedade de infraestrutura apontada na literatura como uma das principais causas de evasão podendo confirmar a

importância da sua garantia para que se viabilizem os projetos de assentamento e sua sustentabilidade. Contudo, talvez a ausência ou uma menor experiência de luta vivenciada em acampamentos nessa modalidade de reforma tornem essas famílias menos resistentes às dificuldades iniciais quando passam a viver em comunidades.

3. A ANÁLISE DE DUAS TRAJETÓRIAS DE REFORMA AGRÁRIA: O PA BARRANCO DO MUNDO E O PROJETO PROVI

3.1. Caracterização dos projetos e população

3.1.1. Barranco do Mundo

3.1.1.1. Breve histórico

O PA Barranco do Mundo foi criado pelo INCRA em terras da antiga Fazenda Capituva, por meio de desapropriação. A propriedade era do senhor Mário Shizuio Sugara e tinha uma área de 4.835,4610 ha, que hoje são ocupados pelo assentamento. A criação do projeto foi dada pelo Decreto Presidencial de 6 de dezembro de 1996, e a emissão de posse se deu em 2 de fevereiro de 1998.

O assentamento está localizado na região Centro-Oeste do Estado do Tocantins, a uma distância de 120 km do perímetro urbano do município de Pium. O acesso ao PA Barranco do Mundo é feito pela rodovia TO-354 (Transjavaés) por onde são percorridos 82 km em direção ao povoado de Café Quente e posteriormente 18 km em direção à Fazenda Ponderosa (Javaés), os quais apresentam uma boa sinalização e um bom sistema de indicação. Após chegar à entrada da Fazenda Ponderosa, prossegue-se por mais 20 km pela estrada existente até a sede do assentamento.

Na avaliação inicial realizada pelo INCRA da então fazenda Capituva foi definido que o assentamento teria a capacidade para receber 97 famílias. No entanto,

após estudos mais detalhados e no processo de demarcação dos lotes, realizado em 2001, o número de beneficiários foi reduzido para 70. A justificativa dessa alteração no projeto inicial foi dada pela demarcação de alguns lotes em áreas sem aptidão agrícola²⁴. Diante do contexto, o INCRA negociou com a comunidade a transferência do excedente de famílias para o PA Toledo II.

As famílias beneficiadas pelo assentamento foram identificadas e selecionadas por meio do cadastro efetuado pelas mesmas na SR do INCRA-TO. A maior parte das famílias era oriunda de municípios de Cristalândia, Lagoa da Confusão, Rosalândia, Nova Rosalândia e Palmas.

As primeiras famílias, num total de oito, chegaram à área do projeto em julho de 1997. Elas faziam parte de um grupo de trabalhadores rurais sem vínculo com movimentos sociais, que viviam nos arredores da fazenda Capituva. Essas famílias, após ficarem sabendo da possibilidade de criação do assentamento, entraram no imóvel e acamparam sob árvores e/ou barracos de lona. Após a criação do projeto conseguiram regularizar sua situação junto ao INCRA e foram beneficiadas com lotes.

Com a criação do PA Barranco do Mundo e a efetivação do projeto de parcelamento da área de 4.835,4610 ha, a organização territorial do imóvel ficou definida da seguinte forma²⁵:

- 35% reserva legal coletiva (1.691,4758 ha);
- 12,4% pasto formado (601 ha);
- 5% área de lavoura (240 ha);
- 4,83% área coletiva destinada à agropecuária (233,57 ha);
- 0,52% área coletiva destinada à produção agrícola (25,23 ha);
- 0,3 % construção da agrovila (15,10 ha);
- 0,95% estradas vicinais abertas (46,14 ha);
- 1% área de preservação permanente (APP)²⁶ (48,30 ha); e
- 40% área dos lotes sob vegetação de cerrado, cerradão e capoeira (1.934,645 ha).

As áreas coletivas destinadas à agropecuária (233,57 ha) e produção agrícola (25,23 ha) foram utilizadas com maior frequência pelas famílias nos primeiros anos após a criação do projeto, já que se encontravam sob cultivo de pastagem e eram

²⁴ A aptidão agrícola trata de um sistema de avaliação de terras quanto à potencialidade ou limitação de uso para produção de alimentos. Para mais detalhes, ver Ramalho Filho e Pereira (1999).

²⁵ Informações cedidas pelo INCRA-TO baseadas no Plano de desenvolvimento do projeto de assentamento Barranco do Mundo realizado pelo Ruraltins em 2003.

²⁶ A área de preservação permanente (APP) do Barranco do Mundo é constituída pelas margens das Sangras da Pedra e Riozinho, caracterizada por vegetação ciliar e solos aluviais.

utilizadas pelo antigo proprietário. A frequência de uso foi diminuindo à medida que os lotes foram demarcados, assim, cada família recebeu sua própria área para plantio e criação de animais e então suas atividades foram direcionadas e intensificadas nos seus lotes reduzindo as atividades coletivas. Talvez esse comportamento esteja demonstrando a falta de identidade das famílias com o desenvolvimento de atividades coletivas.

3.1.1.2. Caracterização da população

Os membros das 21 famílias entrevistadas no PA Barranco do Mundo são originários de 34 cidades, sendo a maioria, 61,7%, originária do estado do Tocantins. As demais famílias estão assim distribuídas: 10% do Piauí, 10% de Goiás e os outros 18,3% originários dos estados do Ceará, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraná e Bahia. Contudo, mesmo sendo verificada uma grande diversidade na origem das famílias, 95,2% delas já residiam e trabalhavam no Estado do Tocantins em momento imediatamente anterior à entrada no assentamento.

Em relação à moradia anterior à vinda para o assentamento, apenas 9,5% residiam no meio rural e 90,5% residiam no meio urbano. Em termos de localização de moradia, 9,5% residiam no mesmo município, 19% na mesma região do município, 66,7% em outros municípios e 4,8% residiam em outros estados (Figura 1).

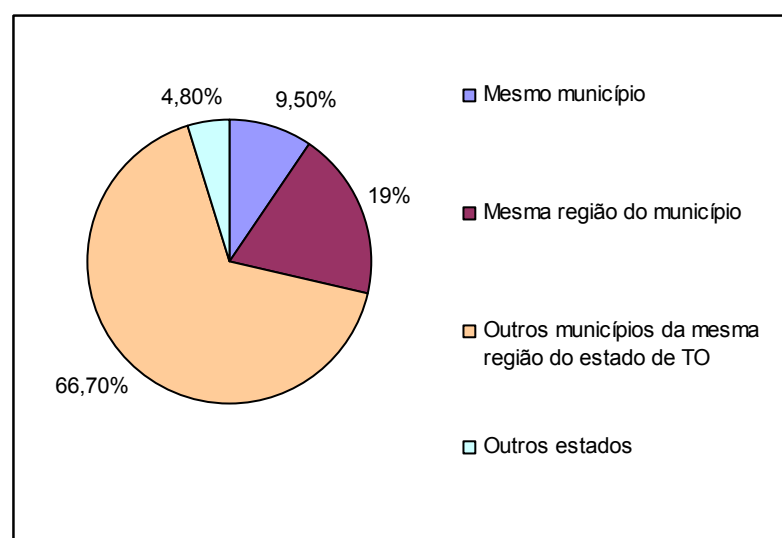


Figura 1 – Moradia anterior à vinda para o PA Barranco do Mundo, Pium, TO, 2008.

Investigando as atividades desenvolvidas anteriormente à vinda para o PA pelas famílias entrevistadas (Figura 2), foi constatado que 57,1% das famílias trabalhavam no meio rural, mesmo residindo na zona urbana. As demais famílias desenvolviam atividades em cidades, sendo a construção civil a principal ocupação de trabalho para 19%. Atividades como reciclador e trabalho em prefeituras ocupavam 14,3%, a comercialização de produtos alimentícios ocupava 4,8%, e por fim 4,8% se ocupavam em serviços gerais como faxinas e diaristas em serviços domésticos. Dentre as famílias com atividades no meio rural, destacam-se os trabalhos agrícolas em propriedades de terceiros como assalariados rurais temporários ou permanentes.

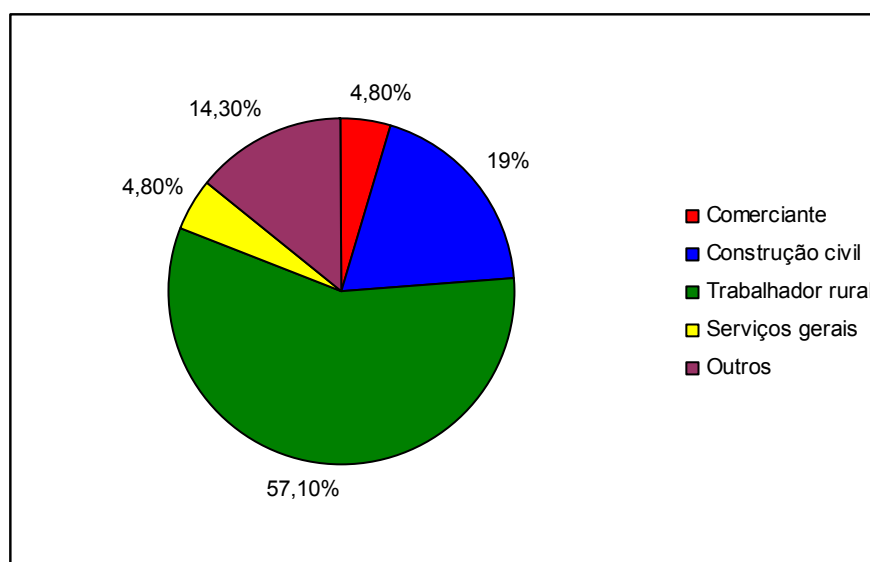


Figura 2 – Atividades desenvolvidas pelos entrevistados, anteriormente à vinda para o PA Barranco do Mundo, TO, 2008.

Na caracterização do tempo de experiência das famílias com atividades agrícolas, foi verificado que 95,2% dessas famílias declaram desenvolver tais atividades “desde que nasceram”²⁷, e que, embora, tenham se afastado do meio rural por algum período da vida, não perderam o vínculo e a prática de tais atividades. Em contraste ao descrito anteriormente, apenas 4,8% das famílias entrevistadas começaram a

²⁷ Ao perguntar sobre experiência com as atividades agrícolas, foi muito comum obter como resposta as expressões “desde que nasci” ou “desde que me entendo por gente”, para evidenciar a origem, experiência e o forte vínculo com tais atividades.

desenvolver atividades agrícolas a partir do momento que chegaram ao PA Barranco do Mundo.

Os dados da população entrevistada evidenciam que no que se refere ao gênero, a distribuição é maior para o masculino, representando 66,7% da população e apenas 33,3% do gênero feminino. A mesma maioria de representação também é verificada no tocante ao gênero dos responsáveis pelos lotes, sendo 86,2% do sexo masculino, e somente 13,8% por pessoas do gênero feminino.

A compilação dos dados populacionais permite destacar que no que tange ao perfil etário dos entrevistados do PA Barranco do Mundo, ele é composto por uma população distribuída entre 31 a 70 anos, como pode ser observada na Figura 3. Dentre essa variação é possível constatar que uma maioria de 85,7% dos entrevistados se encontra entre 31 e 60 anos. A maior concentração nessa faixa etária indica uma população em idade ativa para o trabalho. Maior concentração do perfil etário nessa faixa de 30 a 59 anos é citada por Leite et al. (2004), em assentamentos de várias regiões do Brasil.

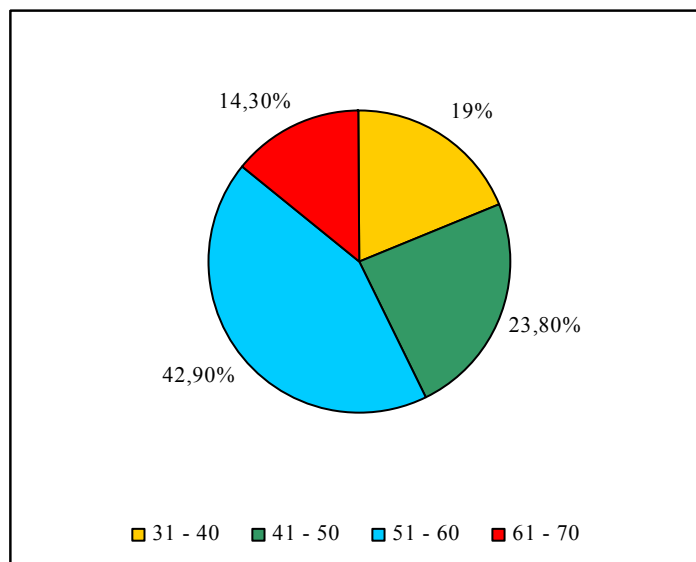


Figura 3 – Faixa etária dos entrevistados, do PA Barranco do Mundo, TO, 2008.

Quanto aos dados do grupo familiar dos entrevistados foi verificado que 58,3% é composto pessoas do gênero masculino e 41,7% do feminino. Ainda que não tenha sido o foco da pesquisa, mas aproveitando pra analisar a relação de gênero entre os beneficiários do Barranco do Mundo, verificou-se que aproximadamente 77% destes são do gênero masculino, sendo esta uma realidade bem similar à maioria dos assentamentos do país, como confirmou Bergamasco (1997) apresentando um total de 85,6% e num trabalho mais recente Leite et al. (2004) também verificou um percentual igual a 85%, demonstrando não haver uma mudança em relação ao sexo dos titulares beneficiários da reforma agrária entre os anos de 1997 e 2004 explicitando que o acesso das mulheres à esta política continua a ser uma situação de exceção.

Em relação ao perfil etário dos entrevistados (Figura 4) verifica-se uma distribuição de 1 a 80 anos. A faixa composta por crianças de 1 a 10 anos de idade representa 20% dos componentes; já as faixas compostas por adolescentes e jovens entre 11 e 20 anos representa 15%. A população adulta, composta por pessoas entre 21 e 60 anos, representa a maioria, correspondente a 56,7%, sendo a população idosa do PA Barranco do Mundo composta por pessoas acima de 60 igual a 8,3% do total. Esses dados demonstram que a população do grupo familiar possui uma maioria de pessoas (65%) em condições de vida ativa para o trabalho, uma vez que possuem idade entre 16 a 60 anos. Os dados etários da população do Barranco do Mundo são corroborados por Bergamasco (1997) ao analisar as informações contidas no I Censo da Reforma Agrária Brasileira verificando 76,9% população na idade ativa entre 23 e 57 anos.

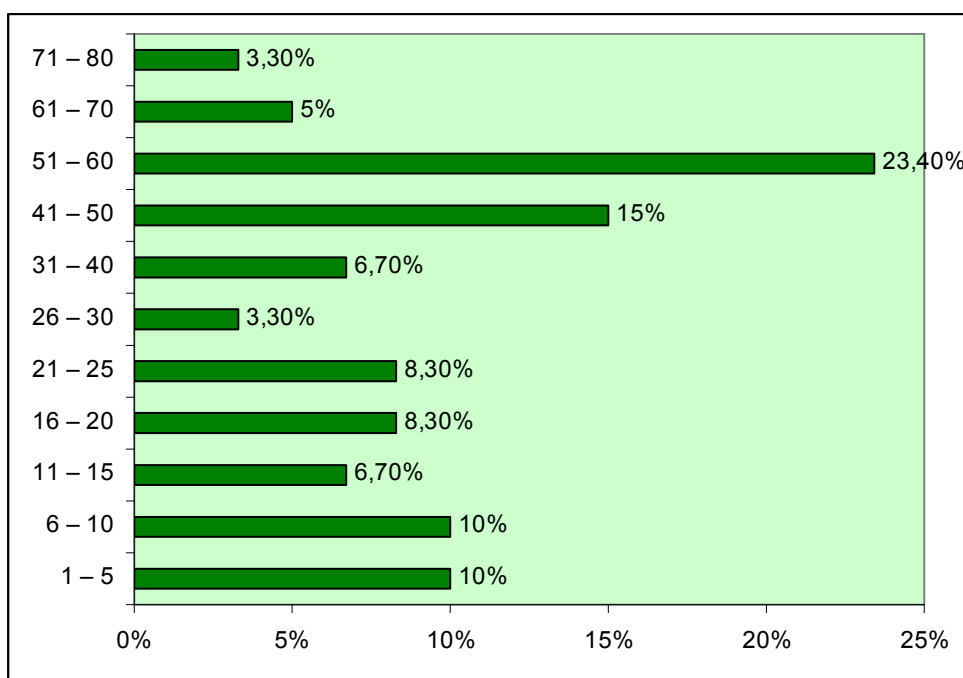


Figura 4 – Faixa etária do grupo familiar no PA Barrando do Mundo, TO, 2008.

Na identificação do grau de escolaridade do grupo familiar (Tabela 4), constatou-se variação desde pessoas não alfabetizadas até o ensino médio completo. Dentre essas, a maior proporção foi de pessoas que cursaram o ensino básico incompleto (23,2%) e o ensino fundamental completo (15%), sendo a menor proporção aquela de pessoas que cursaram o ensino médio incompleto (1,7%). No tocante à frequência escolar, 60% dos componentes do grupo familiar não estudam, 30% estudam e 10% estão abaixo da idade escolar. Ao compararmos com os resultados gerais apontados por Bergamasco (1997), observa-se que o Barranco do Mundo está com uma porcentagem inferior às médias de analfabetismo nos assentamentos do Brasil, em São Paulo e nos Estados do Sul, 34,9%, 29,7% e 14%, respectivamente. Demonstrando que mesmo o Barranco do Mundo estar em localização de difícil acesso, as pessoas tem conseguido atingir níveis de alfabetização, a principal explicação para este resultado é o funcionamento do programa do governo (EJA) que estimula o estudo de Jovens a Adultos. Possibilitado pelo trabalho de um professor da cidade de Pium que mora no assentamento de segunda a sexta com a finalidade de desempenhar suas funções.

Tabela 4 – Grau de escolaridade dos grupos familiares no PA Barranco do Mundo, TO, 2008

Grau de escolaridade	Porcentagem (%)
Abaixo da idade escolar	10
Analfabetos	10
Alfabetizados	10
Ensino básico incompleto	23,2
Ensino básico completo	11,7
Ensino fundamental incompleto	11,7
Ensino fundamental completo	15
Ensino médio incompleto	1,7
Ensino médio completo	6,7
Total	100

3.1.1.3. Sistemas de produção

O sistema de produção no PA Barranco do Mundo foi iniciado no ano agrícola de 1998 com a implantação de uma lavoura comunitária de 29 ha, para o cultivo de arroz sob sugestão e orientação do INCRA. Nos anos subsequentes, a lavoura comunitária foi sendo substituída por pequenas plantações individuais nas proximidades das residências, prevalecendo assim até os dias atuais, por ser a preferência dos assentados. Essa individualização no sistema de produção tornou possível a diversificação dos cultivos e das criações.

Dentre as espécies cultivadas, o milho apresentou maior preferência entre os produtores (26,6%), seguido do arroz (23,4%), mandioca (21,9%), feijão (15,6%), e com menor representatividade as olerícolas (10,9%) e frutíferas (1,6%). No cultivo de olerícolas, as espécies comumente cultivadas foram abóbora, fava, maxixe, quiabo, jiló, batata e inhame, alface, couve e pimenta.

Apesar de poucas famílias afirmarem o cultivo de frutíferas, espécies como goiaba, abacaxi, manga, laranja, caju e banana eram facilmente identificadas nos quintais das residências. Neste sentido, constatamos que as frutíferas não são consideradas pelas famílias como “sistema de produção”, já que estão plantadas de forma desordenada nos quintais e apresentam pequena produção (Figura 5).



Figura 5 – Plantio de frutíferas, em quintal de lote familiar no PA Barranco do Mundo, TO, 2008.

Em termos de área plantada por cultura, verificamos que o arroz, mandioca, milho e feijão são as espécies com maior área cultivada (Figura 6). A explicação para a utilização de maiores áreas com estas culturas relaciona-se com a preferência alimentar das famílias, utilização no trato de animais e também no aproveitamento para produção de farinha e polvilho, produtos de alto valor nutritivo e elevado potencial para comercialização regional.

Investigando o uso de ferramentas e/ou equipamentos agrícolas pelas famílias, como um indicador do nível tecnológico utilizado, foi constada uma realidade de agricultura provida de técnicas e instrumentos rudimentares, visto que 66,7% realizam os trabalhos agrícolas por meio da utilização de ferramentas manuais como enxada, foice e machado, caracterizando um baixo nível tecnológico empregado. As demais famílias, compreendendo 33,3%, que utilizam equipamentos motorizados como motor-serra, triturador e roçadeira, são considerados de médio nível tecnológico.

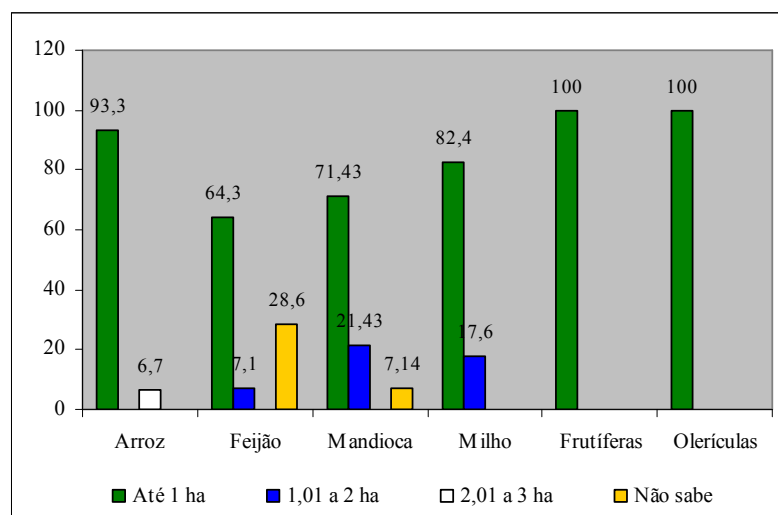


Figura 6 – Área plantada, por espécie, por família, no PA Barranco do Mundo, TO, 2008.

No tocante ao sistema de produção por meio da criação de animais, no PA Barranco do Mundo não houve a mesma orientação e incentivo do INCRA como descrito anteriormente para a agricultura. Assim, ocorria a predominância de pequenos e médios animais como galinhas e suínos apenas para subsistência, sendo o sistema de criação realizado à solta “extensivo”. A atividade pecuária com bovinos era pouco expressiva e realizada em sistema de criação de modo extensivo. A alimentação dos animais sempre foi com utilização das pastagens naturais ou cultivadas, formadas, principalmente, por variedades como *Brachiaria humidicula* e *Brachiaria decumbens* (Figura 7).

Dentre as famílias entrevistadas, foi possível verificar que 81% criam alguma espécie de animal. Entre estas, 14,3% criam bovinos e 23,8% suínos, outras famílias criam mais de um tipo de animal como forma de diversificação alimentar e também quando possível a melhoria da renda, sendo que 33,3% das famílias criam bovinos e aves, e 9,5% criam bovinos, aves e suínos (Figura 8).

Para as famílias entrevistadas não existe a intenção de diversificação no sistema de criação de animais, sendo constatada apenas o desejo de expansão da criação quanto ao tamanho de área explorada e número de animais.



Figura 7 – Pastagem mista (natural e plantada), no PA Barranco do Mundo, TO, 2008.

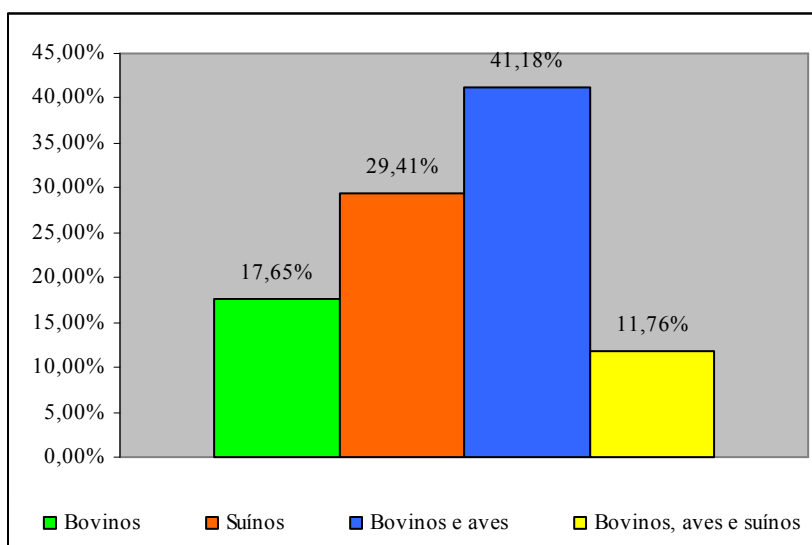


Figura 8 – Criação de animais, no PA Barranco do Mundo, TO, 2008.

3.1.1.4. Habitação

Na fase inicial da implantação do assentamento, as famílias foram orientadas a construir casas com o uso de material provisório como palha e lona. Isso foi necessário uma vez que os recursos para a construção das moradias definitivas seriam entregues num prazo máximo de 90 dias. O local para a construção das casas foi definido inicialmente como sendo a formação de uma agrovila, onde foram construídas 30 casas dispostas ao longo das ruas localizadas na entrada do PA (Figura 9). Entretanto, algumas famílias optaram pela construção das casas diretamente nos lotes para ficarem mais próximas às áreas de produção agrícola e criação de animais.



Figura 9 – Vista parcial da agrovila do PA Barranco do Mundo, TO, 2008.

As casas foram planejadas para construção em alvenaria, telhas de argila e janelas de aço, seguindo uma padronização nos compartimentos como sendo dois quartos, cozinha, sala e um banheiro. Entretanto, segundo a comunidade, as edificações não foram concluídas e atualmente, mesmo nas casas construídas, apenas 66,7% possuem tais instalações em funcionamento, as outras 33,3% fazem uso de “privadas” ou fossas negras.

Dentre as famílias que optaram pela construção das casas diretamente nos lotes, apenas 22 casas foram construídas. Os moradores relatam como justificativa para a não construção o desvio de recursos e materiais.

O projeto inicial da construção de uma agrovila tende ao insucesso, uma vez que aproximadamente 30% das casas apresentam indícios de abandono, sem moradores. A partir dos relatos de moradores, foi verificado que o motivo do abandono das casas se baseia na decisão dos antigos moradores em mudar para os lotes, justificando ficar mais próximos da plantação, cuidados com a criação dos animais e também para evitar a locomoção diária entre a agrovila e o lote.

3.1.1.5. Abastecimento de água e energia elétrica

O abastecimento de água no PA Barranco do Mundo inicialmente era suprido por uma bica (mina d'água) e mais seis cisternas existentes na área da antiga sede da Fazenda Capituva. A partir do final do ano de 2002, o abastecimento de água tornou-se possível e facilitado pela construção de um poço artesiano e um reservatório, que distribuem água para as casas da agrovila. Os custos de manutenção para a distribuição de água para as casas são pagos pelas famílias beneficiadas (Figura 10). As demais famílias que residem nos lotes utilizam água proveniente de cisternas ou poços semiartesianos.



Figura 10 – Reservatório para abastecimento de água na agrovila do PA Barranco do Mundo, TO, 2008.

Quanto à origem da água utilizada pelas famílias que participaram da pesquisa, 52,4% é proveniente de cisterna construída nos lotes, 19% de poços semiartesianos instalados nos lotes com recursos próprios e 28,6% do poço artesiano da agrovila.

Em relação à disponibilidade de água as famílias afirmam que 19% não terem água disponível durante todo o ano, devido à sazonalidade na precipitação hídrica do Estado do Tocantins, ocasionando deficiência hídrica no período de maio a novembro, tornando esta deficiência ainda mais severa no período de julho a novembro, ocorrendo o esvaziamento das cisternas.

O problema da indisponibilidade de água nos lotes é solucionado pelas famílias pela sua busca em lotes vizinhos, como alternativa para suprir as necessidades humanas e dos animais. A busca por água passa a ser uma atividade a mais, requerendo maior parte do tempo de alguns membros da família. Neste sentido, a nova atividade acaba comprometendo a realização de outros trabalhos no lote, pois, dependendo da distância, do número de membros na família e da quantidade de animais, grande parte do tempo é consumido no transporte da água, reduzindo o tempo para as demais atividades, comprometendo o rendimento da produção agropecuária.

A rede para o fornecimento de energia elétrica foi instalada na área da agrovila em 2002, contudo a distribuição para as casas demorou a ser efetuada, tendo ocorrido apenas em 2003. Atualmente, o acesso à energia elétrica ainda é um benefício principalmente dos moradores da agrovila, e dos que possuem suas casas mais próximas à agrovila ou junto às estradas em que passa a rede de energia. Dentre as famílias entrevistadas, foi verificado que 27,8% ainda não possuem acesso à energia elétrica.

Segundo relatos dos moradores, o rebaixamento da energia para os lotes mais distantes é promessa antiga, alguns chegaram a comprar aparelhos eletrodomésticos e eletrônicos, acreditando que teriam acesso à energia, mas não existe previsão para tal. No entanto, mesmo após a criação do programa do governo federal “Luz para Todos”, o problema ainda persiste.

3.1.1.6. Serviços de saúde

No início do assentamento casos de doenças como malária, pneumonia e dengue ocorreram com grande frequência. Em 2000, foram registrados 36 casos de pessoas com malária, no ano subsequente a FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) se deslocou para região com a finalidade de montar um laboratório para coleta de material

e exames em função da frequência de ocorrência (SANTOS; SANTOS, 2002). Em 2008, ano da realização do presente trabalho os casos de pneumonia, malária e dengue já estavam dentro da faixa de normalidade para a região.

A partir do ano de 2003, diante dos altos índices de ocorrências de doenças, e por solicitação da comunidade, a prefeitura do município de Pium disponibilizou um agente do Programa Agente Comunitário de Saúde (Pacs). Esse funcionário, morador de Pium, prestava seus serviços uma vez por mês, percorrendo os lotes, identificando a existência de problemas de saúde e encaminhava os doentes para os postos de saúde e hospitais da cidade.

Mesmo reconhecendo o importante trabalho desenvolvido pelo agente de saúde, as famílias almejavam a construção e o funcionamento de um posto de saúde no projeto, que, após inúmeras solicitações, aconteceu em 2006. Neste posto foi regularizado o atendimento mensal de médicos, enfermeiros e dentistas, a partir de 2008 (Figura 11).



Figura 11 – Posto de saúde, no PA Barranco do Mundo, TO, 2008.

Na avaliação feita pelas famílias entrevistadas quanto à qualidade e regularidade dos serviços de saúde prestados no assentamento, foi verificado que 57,2% consideram os serviços como “bom”, 14,3% “ótimo”, 19% “regular”, e 9,5% “ruim”.

Não distante do consenso as famílias reconhecem a importância do posto de saúde e a conquista que ele representa na vida de todos que ali moram. Mesmo com a

melhoria na prestação dos serviços de saúde após a construção do posto de saúde que é uma exceção em Assentamentos Rurais e com 71,5% de aprovação, ainda existe insatisfação com os serviços prestados devida à irregularidade nas datas de ofertas dos serviços. Outra insatisfação, porém em menor proporção, se dá quanto à baixa frequência de atendimento no assentamento, sendo apenas uma vez ao mês.

3.1.1.7. Educação: ensino escolar

O ensino escolar passou a ser oferecido no assentamento em 1998, adotando o regime multisseriado para as turmas de 1.^a a 4.^a série. A estrutura física usada inicialmente como escola foi a antiga sede da Fazenda Capituva. No ano seguinte, foram construídas duas salas de aula, que receberam a denominação de Escola Municipal Ana Francisca. Os serviços de ensino eram prestados por duas professoras e uma funcionária (merendeira), todas assentadas do projeto e que foram contratadas pela Prefeitura Municipal de Pium, TO. A escola ainda recebia como apoio municipal a merenda escolar e livros didáticos (Figura 12). Com esse sistema de funcionamento, foi possível a formação escolar até o ano de 2007. Entretanto, quando os estudantes concluíam o último grau de ensino ofertado no assentamento, a continuidade da formação tornava-se difícil para as famílias, uma vez que implicava mudança dos filhos para fora do projeto. Com isso, após inúmeras solicitações da associação do PA Barranco do Mundo e da comunidade em geral à Secretaria Municipal de Educação de Pium, no ano de 2003, a continuidade dos estudos dos alunos do assentamento e região foi possibilitada pela implantação do serviço de transporte coletivo escolar até o povoado de Café Quente, localizado a 38 km de distância.



Figura 12 – Local de funcionamento da antiga escola do PA Barranco do Mundo, TO, 2008.

Por outro lado, a disponibilização do transporte coletivo para os estudantes implicou mudanças na dinâmica escolar do assentamento consideradas inadequadas pelas famílias. Uma dessas inadequações foi o fechamento da escola do assentamento. As outras são a forma de coleta e o tempo de transporte dos estudantes. Essas crianças estudam no período de 13 às 17 horas, contudo a coleta é iniciada por volta das 10 horas da manhã, retornando somente próximo às 19 horas, consumindo aproximadamente 4 horas no deslocamento, que poderia ser mais bem aproveitado nas atividades da família. No tocante à forma de coleta, no assentamento ainda não é possível o acesso do coletivo a todos os lotes, sendo necessário o deslocamento das crianças até um ponto de acesso. Esse deslocamento aumenta ainda mais o tempo gasto para o acesso à escola, além de ocasionar um desgaste físico excessivo para alguns estudantes, comprometendo seu rendimento escolar.

A alternativa para amenizar os problemas decorrentes do transporte diário seria a reabertura da escola no PA pelo menos aos estudantes do 1.^a a 4.^a série do ensino fundamental, por se tratar de crianças geralmente na faixa etária de 7 a 11 anos, um público que necessita de maiores cuidados.

3.1.1.8. Estradas e transportes

As estradas que fazem a ligação entre o projeto e a área urbana do município de Pium são de terra batida e apresentam boas condições de tráfego principalmente no período de seca. No período chuvoso, apresentam alguns pontos críticos, com buracos e lama, resultando em dificuldades no tráfego de veículos pequenos.

Dentro da área do projeto, as estradas podem ser consideradas de boa qualidade, devido à construção de dois “eixões” em 2007. Tal edificação possibilitou o acesso de veículo aos lotes do projeto, o encurtamento de distância e o acesso mais simplificado entre os lotes e a agrovila. Antes da construção dos eixões, as famílias transitavam por estradas feitas manualmente, estreitas, com vegetação abundante que dificultava o tráfego de veículos, além de impor riscos às pessoas.

Os meios de transporte comumente utilizados para deslocamento das famílias são: transporte coletivo, automóveis próprios, automóveis alugados, motocicletas, bicicletas e transporte escolar, sendo a proporção de uso 38%, 14,3%, 14,3%, 4,3%, 14,3% e 4,8%, respectivamente (Figura 13). Dentre as famílias, 28,6% possuem automóveis próprios.

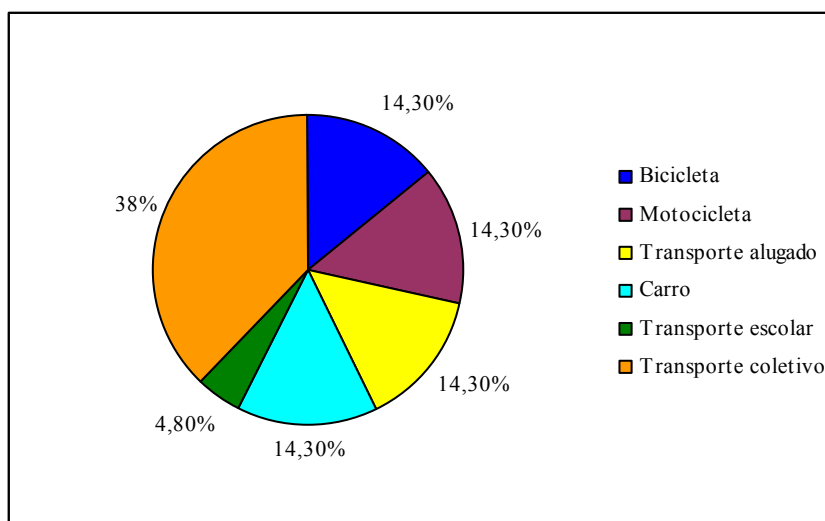


Figura 13 – Meios de transportes utilizados pelas famílias do PA Barranco do Mundo, TO, 2008.

A maior utilização do transporte coletivo (ônibus) por grande parte das famílias é explicada pela frequência diária de oferta do serviço. Porém o percurso traçado ocorre somente entre a cidade de Pium e Café Quente que ainda fica distante 38 km do PA. Neste sentido, as famílias usuárias ainda demandam outras formas de locomoção para a segunda parte do trajeto que é do Café Quente até o PA. O percurso de 18 km pela rodovia TO-354 até a entrada da Fazenda Ponderosa (Javaés) é geralmente realizado por meio de pedidos de “caronas” aos proprietários de veículos que ali transitam, por se tratar de uma estrada com certo movimento de veículos. Contudo, ao contrário desse, o restante do percurso de 20 km até o projeto é realizado na maioria das vezes a pé ou de bicicleta.

As famílias que se deslocam a pé ou por bicicleta no trajeto do projeto até a rodovia TO-354 e ficam à espera de caronas, afirmam que muitos até já dormiram neste ponto, ou melhor, passaram a noite na expectativa de algum transporte até o dia seguinte. Nesta mesma situação, mulheres e crianças chegam a ficar sob as árvores com medo de animais selvagens (Figura 14).



Figura 14 – Guarita local de espera e passagem de transportes para os moradores do PA Barranco do Mundo, TO, 2008.

Apesar de apenas 28,6% das famílias entrevistadas possuírem automóveis e motocicletas, estes veículos representam uma importante forma de transporte para os terceiros, já que 14,3% das famílias utilizam estes veículos na forma de aluguéis.

O uso da bicicleta também ocupa lugar importante dentre as formas de transporte, principalmente entre as famílias menos providas de renda, uma vez que não podem pagar pelo aluguel de veículos. O deslocamento realizado por bicicletas é dado principalmente dentro do projeto e para o Café Quente.

Apontado em menor proporção por 4,8% das famílias, o transporte escolar também é visto como uma alternativa de locomoção entre o projeto e o Café Quente, mesmo sendo um veículo com finalidade de transporte somente para alunos.

Desta forma, a locomoção das famílias é uma tarefa complicada, principalmente no percurso entre o Barranco do Mundo até o Café Quente, devido à falta de transporte regular e longa distância.

3.1.1.9. Meios de comunicação

No ano 2003, as famílias tiveram acesso aos serviços de telefonia móvel no PA Barranco do Mundo, que levou à aquisição de aparelhos celulares como solução de parte do isolamento por eles vivenciado. Entretanto, a recepção do sinal de transmissão ainda apresentava baixa frequência, demandando aumento do investimento na compra de antenas por parte das famílias para a solução de tal problema.

Atualmente a comunicação via celular não é mais possível, por problemas na torre transmissora. As famílias se dizem insatisfeitas pela falta do serviço. Segundo as famílias, quando tinham acesso ao celular era muito bom, tinham sensação de liberdade e diminuía o isolamento, podiam falar com os familiares que moram longe e até mesmo realizar pequenas compras por telefone na cidade de Pium, e aproveitar o transporte de algum morador em viagem até a cidade.

Para as famílias, o acesso aos serviços de telefonia é necessidade de todos. Com a finalidade de obtenção desse serviço no projeto, os moradores solicitaram várias vezes à empresa Brasil Telecom (operadora da área) a aquisição de um telefone público (orelhão), já que não podem mais contar com os serviços de telefonia celular.

O rádio é também um meio de comunicação comumente utilizado pelas famílias como veículo de informação sobre os acontecimentos no mundo e no país,

aquisição de conhecimentos e lazer. O programa de rádio mais citado foi a Voz do Brasil.

O aparelho de televisão em funcionamento faz parte da realidade de uma minoria, já que a energia elétrica necessária para tal também não é um benefício para todos. Além disso, a distância do projeto em relação à cidade dificulta a transmissão dos canais que é possibilitada apenas pela instalação de antena parabólica. A maioria dos televisores em funcionamento encontra-se na agrovila, tornando-se um hábito comum entre as famílias vizinhas sair de casa para assistir aos programas de televisão, em especial jornais e telenovelas no período noturno. Esse encontro acaba sendo um momento de lazer e da própria interação entre as famílias sobre os assuntos do PA. Contudo, o retorno para suas residências acaba impondo um risco para essas pessoas.

3.1.1.10. Organização social

A organização social na forma de associação foi uma exigência do INCRA logo após a criação do PA Barranco do Mundo. Assim, posteriormente a algumas reuniões, foi constituída a Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto de Assentamento Barranco do Mundo (APABM). Após o surgimento de divergências e de insatisfações por parte de alguns associados foi, segundo eles, inevitável a criação de outra associação no ano de 2004. Ainda sem nome e em processo de legalização, a nova associação conta atualmente com 10 membros.

Referindo-se à participação das famílias nas associações, 52,4% consideram participar como “estar presentes”, opinando sobre a pauta das reuniões; 9,5% ocupam algum cargo e 9,5% participam das reuniões e dos trabalhos organizados. Ao contrário desses, 28,6% das pessoas afirmam não participar ativamente de quaisquer atividades por falta de credibilidade na associação e nos associados. Entretanto, afirmam que já utilizaram ou utilizam algum benefício obtido por meio das associações.

3.1.2. Provi

3.1.2.1. Breve histórico

O processo de criação da Associação Trabalho, Vida e Prosperidade – Provi foi iniciado no ano de 2001, tendo sido concluído em junho de 2003. A iniciativa de criação

do projeto foi do Senhor João Lino²⁸, que, após obter informações do Programa Banco da Terra sobre a possibilidade de aquisição de terras, tomou conhecimentos das exigências e iniciou o processo de mobilização dos futuros membros da associação. Assim, convidou familiares, amigos e vizinhos, que por sua vez convidaram outros membros da família, visando a reunir os 25 associados.

Após a formação do grupo composto por 25 famílias e a criação formal da associação denominada “Associação Trabalho, Vida e Prosperidade – Provi” foi iniciada a procura pela propriedade “ideal”, que apresentasse as características de proximidade da cidade, qualidade de solo e oferta de água. Na busca pela terra, várias propriedades foram visitadas até o encontro da Fazenda Bom Jardim, que, depois de ser avaliada pela a equipe técnica do Banco da Terra, teve sua compra autorizada pelas famílias. A propriedade de 506,99 ha comprada pelas famílias foi propriedade do Senhor Armando Almeida de Mourão.

A antiga Fazenda Bom Jardim, atualmente Provi, está localizada no município de Pium, Estado do Tocantins. O acesso é dado com o deslocamento de 9 km pela rodovia estadual TO-354 em direção ao Parque Estadual do Cantão.

A fase de estruturação foi iniciada após a conclusão dos procedimentos administrativos, sendo realizada a construção de casas, represas, galpões, compra de máquinas e liberação de créditos às famílias.

Com relação às atividades desenvolvidas pelas famílias anteriormente à vinda para o PRA Provi (Figura 15), foi verificado que 20% trabalhavam no meio rural em propriedades de terceiros, desenvolvendo atividades agrícolas. As demais famílias desenvolviam atividades nas cidades em que moravam, nas áreas da construção civil (30%), comércio (30%), motoristas (10%), e outros²⁹ trabalhos (10%).

Após a criação da Provi na antiga área da Fazenda Bom Jardim com área total de 506,99 ha, sua distribuição em termos do uso do solo e cobertura vegetal encontra-se subdivida nas seguintes proporções:

- 35% de reserva legal coletiva (177,44 ha);
- 1,97 % área coletiva de produção irrigada (10 ha);
- 2,21 % área das casas e quintais (11,25 ha); e
- 60,82 % área sob pastagem e vegetação nativa (308,30 ha).

²⁸ O senhor João Lino foi embora do projeto ainda no primeiro em ano que foi criado, devido ao surgimento de desentendimentos com outros associados e a problemas financeiros. Segundo os atuais moradores, ele se encontra morando na cidade de Goiânia, GO.

²⁹ Trata-se de trabalho como carvoeiro: pessoa que queima a madeira para torná-la carvão e posteriormente vender.

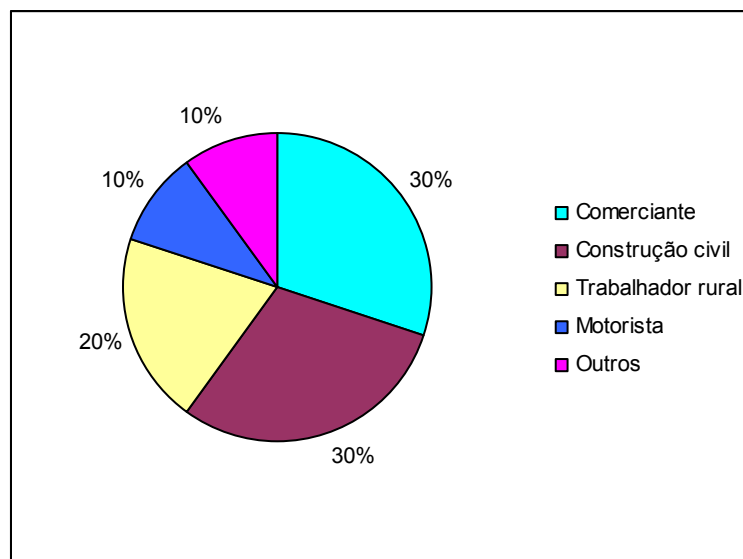


Figura 15 – Atividades desenvolvidas pelos entrevistados anteriormente à vinda para o PRA Provi, TO, 2008.

Conforme a distribuição da área descrita acima, observa-se inexistência de lotes individuais, com exceção para a área das casas e quintais (11,25 ha). As áreas coletivas são predominantes no Provi, seguindo o modelo coletivo para os aspectos produtivos, sociais, econômicos e administrativos. A organização do trabalho na área coletiva ocorre entre os associados interessados e dispostos a trabalhar de tal forma. Assim, apenas cinco famílias estão organizadas para o trabalho agrícola na área coletiva, com o plantio de milho sob sistema de irrigação, as demais preferem trabalhar na área correspondente ao quintal das casas, por não se identificarem com tal tipo de organização. Em função do tamanho da área individual essas famílias acabam implantando sistemas produtivos mais tecnificados na busca de maiores produtividades.

Segundo as famílias, a demarcação das áreas coletivas ocorreu logo no início do projeto, por iniciativa dos representantes do Banco da Terra. Algumas famílias disseram se posicionarem contra a imposição do sistema coletivo em relação à área de produção, quanto à organização das famílias e à construção da agrovila no início, mas acabaram acatando a ideia ³⁰ por receio da exclusão da terra.

³⁰ Tendo conhecido outro projetos de reforma agrária originários da modalidade RAM em outros municípios do Tocantins, também foi verificada homogeneidade nos sistemas coletivos de habitação, produção e administração.

3.1.2.2. Caracterização da população

Na caracterização da origem das famílias que compõem o PRA Provi, foi verificado que foram originadas de 13 cidades e sete estados brasileiros. Os estados de origem das famílias são: 28,5% de Minas Gerais; 23,8% de Tocantins; 14,3% do Piauí; 14,3% do Maranhão; 9,5% do Distrito Federal; 4,8% de Goiás; e 4,8% do Rio Grande do Sul. Mesmo apresentando grande diversidade quanto aos estados de origem, 80% destas famílias já residiam no estado do Tocantins antes mesmo de tomarem conhecimento da criação do Provi.

Em relação à moradia anterior à vinda para o PRA, foi verificado que 100% das famílias residiam em cidades. Destas, 10% residiam no município de criação do PRA, 70% moravam em outros municípios do Estado do Tocantins e 20% moravam em outros Estados (Figura 16). Esses dados evidenciam uma baixa relação das famílias com o atual local de moradia.

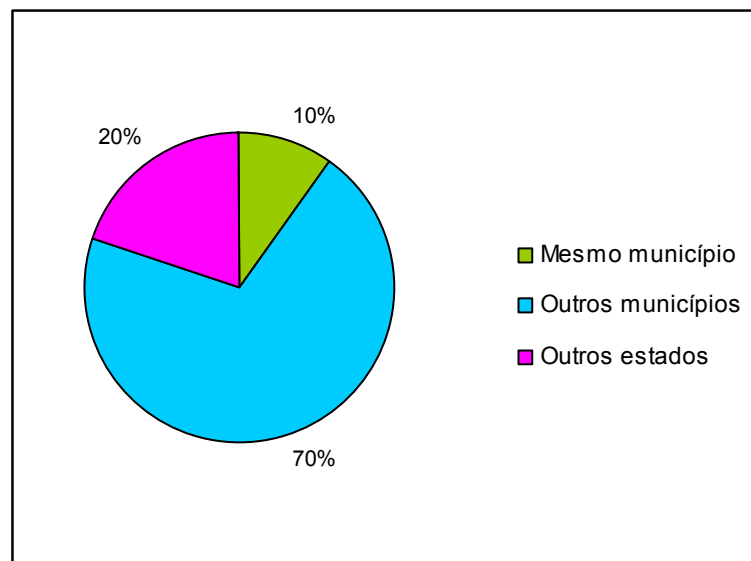


Figura 16 – Local de moradia dos assentados antes da chegada no PRA Provi, TO, 2008.

Referindo-se à experiência das famílias em atividades agrícolas, 90% afirmaram desenvolver tais atividades “desde que nasceram”, demonstrando forte vínculo e experiência por parte da maioria. Destes, 22% afirmam ter se afastado por longo período da vida para trabalhar em cidades na busca por trabalhos que gerassem melhor renda para o sustento da família, ainda assim mantiveram atividades agrícolas paralelas aos trabalhos em cidades.

Os iniciantes na carreira de trabalhadores agrícolas, representando 10% do total das famílias, que afirmam nunca terem desenvolvido este tipo de atividade, justificam seu interesse pelo histórico de seus familiares com origem na zona rural.

O perfil etário dos participantes apresentou uma variação de 31 a 80 anos (Figura 17), sendo 70% dos entrevistados na faixa de 31 a 60 anos, indicando uma população majoritariamente em idade ativa de trabalho. Isso mostra uma potencialidade para o desenvolvimento das atividades rurais.

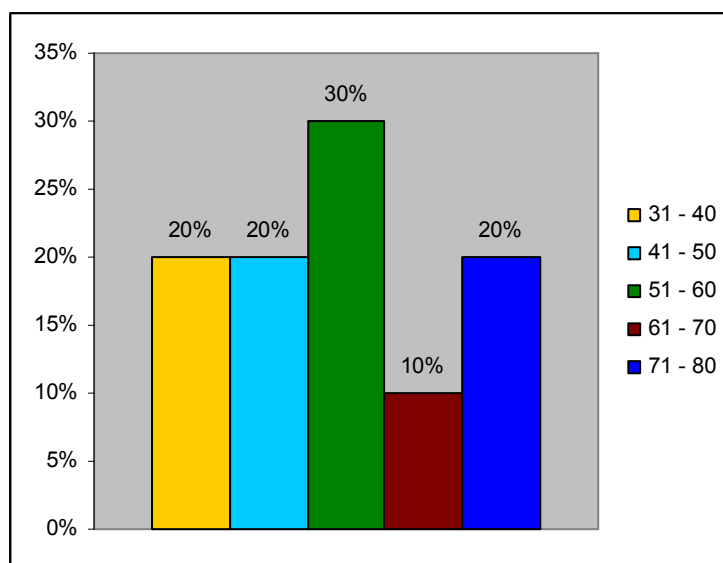


Figura 17 – Faixa etária dos entrevistados no PRA Provi, TO, 2008.

Na caracterização da distribuição de gênero referente ao grupo familiar dos participantes, constatamos que 57,1% são do sexo masculino e 42,9% feminino, apresentando predominância para o sexo masculino. No aspecto de perfil etário do grupo familiar, constata-se uma grande variação na idade desde 6 a 80 anos. Dentre o

perfil, 57,1% é encontrado na faixa considerada ativa (população em idade ativa) para o desenvolvimento das atividades rurais que é entre 15 a 65 anos, conforme definido pelo Ministério do trabalho e IBGE (Figura 18).

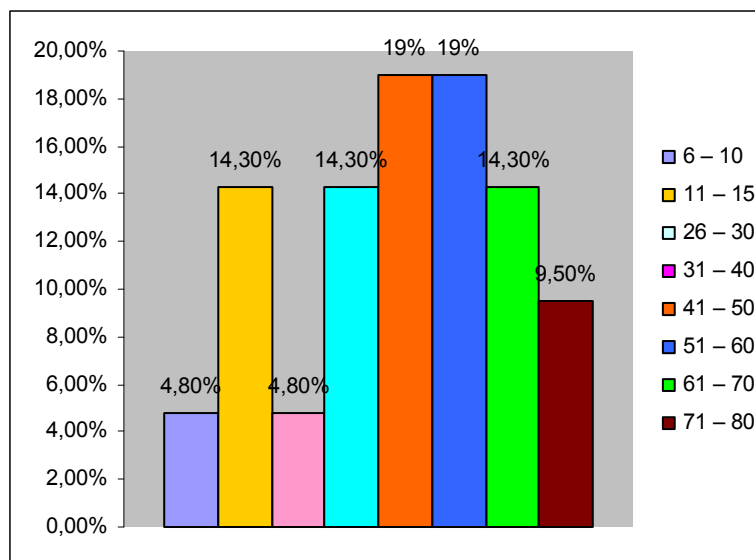


Figura 18 – Faixa etária dos grupos familiares no PRA Provi, TO, 2008.

No tocante ao grau de escolaridade das pessoas que compõem o grupo familiar (Tabela 5), foi verificado desde pessoas sem alfabetização até com ensino superior incompleto. Nesses, a maior proporção foi para os alfabetizados (19%) e igualmente menor proporção para os analfabetos e ensino superior incompleto (4,8%). Entre os componentes do grupo familiar, 57,1% frequentam a escola. Ao contrário destes, as pessoas do grupo familiar mesmo não frequentando a escola ainda apresentam interesse em dar continuidade aos estudos.

Tabela 5 – Grau de escolaridades dos grupos familiares no PRA Provi, Pium, TO, 2008

Grau	Porcentagem (%)
Analfabetos	4,8
Alfabetizados	19,0
Ensino básico incompleto	14,3
Ensino básico completo	14,3
Ensino fundamental incompleto	9,5
Ensino fundamental completo	14,3
Ensino médio incompleto	4,8
Ensino médio completo	14,3
Ensino superior incompleto	4,8
Total	100,0

3.1.2.3. Sistemas de produção

As primeiras famílias chegaram ao Provi em junho de 2002 e em função da sazonalidade climática na região não foi possível dar início ao processo de produção agrícola. Diante dessa realidade, foi necessário contar com auxílio de cestas básicas cedidas pelo Banco da Terra.

A principal atividade inicialmente para as famílias era a implantação do projeto maracujá sob sistema de irrigação ocorrida no ano de 2002. Sob iniciativa do Banco da Terra e orientação dos técnicos do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (Ruraltins), este projeto tinha como finalidade a geração de renda para a quitação da dívida da associação com o banco. O envolvimento das famílias na implantação do projeto ocorreu em todas as fases do sistema produtivo, sendo elas a construção do viveiro de mudas, produção de mudas, transplante das mudas para o campo, condução das plantas no campo e colheita dos frutos.

Inicialmente a produção do maracujá foi um sucesso, mas devido a problemas fitossanitários, muitas famílias não conseguiram produzir, tendo alegado descuido nas recomendações técnicas e na inexperiência das famílias nesse sistema de produção. Contudo, de um modo geral, a implantação do projeto para produção de maracujá gerou renda para parte das famílias. Entretanto, essas famílias não conseguiram efetuar o

pagamento de suas cotas, uma vez que o banco só aceitava a quitação do valor total da parcela.

Após o final do ciclo de cultivo do maracujá, as famílias sob recomendações técnicas do Ruraltins diversificaram o sistema de produção agrícola, sendo as principais espécies cultivadas o arroz, milho, feijão e algumas olerícolas para consumo individual (Figuras 19 e 20).



Figura 19 – Plantação de mandioca, área de cultivo do Sr. Valdomiro, no PRA Provi, TO, 2008.



Figura 20 – Plantação de quiabo e milho, área do Sr. Valdomiro, no PRA Provi, TO, 2008.

Entre as espécies cultivadas no Provi, o milho e a mandioca foram os cultivos de maior preferência entre os produtores apresentando as proporções de 100% e 90%, respectivamente. Ao contrário dessas culturas, os cultivos de feijão, arroz, cana-de-açúcar, banana, olerícolas e sorgo apresentaram menor preferência, com as proporções de 50%, 30%, 30%, 30%, 20% e 10%, respectivamente (Tabela 6). A explicação para essa definição na preferência das espécies cultivadas é dada em função do hábito alimentar da região, tanto para a alimentação da família e criação animais como também pela intenção na comercialização do excedente da produção.

Tabela 6 – Diagnóstico da produção agrícola no Provi (2007): produtores, finalidade e renda

	Cultivo/ produtor (%)	Finalidade da produção (%) ¹			Valor de venda (R\$)				
		C	V	C/V	20-50	101-200	301- 1.000	Superior a 1.000	N.S ²
Arroz	30	100	-	-	-	-	-	-	-
Feijão	50	60	-	40	50	50	-	-	-
Milho	100	77,8	22,2	-	-	50	50	-	-
Mandioca	90	42,8	-	57,2	25	-	75	-	-
Cana	30	66,6	-	33,3	100	-	-	-	-
Banana	30	50	-	50	-	-	-	100	-
Olerícolas	20	50	-	50	-	-	-	-	100
Sorgo	10	100	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa de campo realizada pela autora, TO, 2008.

¹ As siglas que representam finalidade da produção são: consumo e, ou, utilidade familiar (C); venda (V); consumo e venda (C/V).

² A sigla N.S foi usada para produtores que não sabem (N.S) a renda obtida com a venda dos produtos.

Neste sentido, analisando a finalidade da produção das espécies cultivadas, verificou-se variação nas respostas das famílias entre consumo familiar (C), venda (V); consumo e venda (C/V). Entre as culturas que apresentaram apenas a finalidade de consumo familiar, são citados o arroz e o sorgo, que apresentaram 100% de destinação pelos produtores. Entre os produtores que destinam a produção para C e C/V, têm-se 66,6% e 33,3% dos produtores destinando a produção de cana-de-açúcar para C e C/V, respectivamente, assim como para feijão 60% e 40%, banana 50% e 50%, olerícolas 50% e 50% e mandioca 42,8% e 57,2%. Entre os produtores de milho, as finalidades C e V representam 77,8% e 22,2%, respectivamente. Com exceção da mandioca, todas as espécies apresentaram predominância para a finalidade consumo familiar em relação à comercialização (Tabela 6).

A venda da produção realizada pelos produtores na cidade de Pium é realizada tanto no atacado como no varejo. O volume comercializado pelos produtores variou de 20 até valores superiores a 1.000 reais/ano. Neste sentido, as espécies com maior renda obtida na venda foram banana, mandioca, milho, feijão e cana-de-açúcar. Os produtores que realizaram a venda de olerícolas não souberam estimar a renda obtida (Tabela 6).

Na caracterização do sistema de produção por criação de animais no Provi é constatada a preferência para as animais de pequeno porte como as aves, uma vez que é realizada por 80% das famílias. A criação de suínos apresenta 60% da preferência. Com

menor preferência de apenas 20%, os bovinos e equinos, ocupam menor proporção no sistema de produção. Os produtores relatam que o tamanho da propriedade e a necessidade da formação de pastagem limitam a expansão da criação de grande porte. A criação dos pequenos e médios animais é realizada em uma área fechada nos quintais das casas, respeitando o acordo estabelecido entre os associados do projeto (Tabela 7).

Tabela 7 – Produção animal realizada pelas famílias do Provi, 2008

	Criadores (%)	Unidades de animal (%)			
		1-10	11-50	51-100	Acima de 100
Aves	80	12,5	-	50	37,5
Bovinos	20	50	50	-	-
Equinos	20	100	-	-	-
Suínos	60	100	-	-	-

Ao contrário das diversas finalidades para a produção agrícola, na criação de animais apenas alguns criadores de aves (25%) destinam sua produção para comercialização de animais e ovos, obtendo geração de renda entre 1.000,00 a 2.500,00 reais/ano. Entre os criadores de aves, 37,5% objetivam, além da venda dos animais, a produção dos ovos para consumo familiar e comercialização, obtendo renda entre 10,00 e 50,00 reais por mês. A comercialização tanto das aves como dos ovos é realizada no próprio projeto, assim como também na cidade de Pium, da mesma forma que com os produtos agrícolas.

3.1.2.4. Habitação

O local para a construção das casas foi definido pelo Crédito Fundiário juntamente com as famílias como sendo a formação de uma agrovila, onde foram construídas 25 casas no ano de 2003, dispostas ao longo uma rua com distância de

aproximadamente 1.000 m entre a primeira e a última casa (Figura 21). O tempo para a construção foi rigorosamente cumprido em 90 dias.



Figura 21 – Vista parcial da agrovila do PRA, Provi, TO, 2008.

As casas foram construídas em alvenaria, telhas de argila e janelas de aço, seguindo uma padronização nos compartimentos de dois quartos, cozinha, sala e um banheiro.

As famílias que moravam no projeto na época da construção puderam optar na definição da planta (projeto) da casa, sendo observados dois modelos de casas: um modelo padrão com sala, cozinha, quartos e banheiro; e um modelo alternativo com área, cozinha, quartos e banheiro. As modificações realizadas foram apenas para a construção da sala ou uma área coberta no lugar da sala. Posteriormente, algumas famílias construíram com recursos próprios áreas cobertas ao redor das casas (Figura 22). Para as famílias, as modificações foram necessárias para proporcionar melhorias na qualidade de vida.



Figura 22 – Vista parcial de uma casa padrão construída para as famílias no Provi, TO, 2008 (à esquerda). Sr. Natividade posicionado em frente à área externa de sua casa (à direita).

3.1.2.5. Abastecimento de água e energia elétrica

O abastecimento de água e energia elétrica foram serviços contratados no ato de criação do Provi com previsão de acesso por parte das famílias após a construção das casas.

O suprimento de água é realizado por meio da captação em uma represa construída no próprio PRA, sendo a distribuição realizada por bombeamento para reservatórios construídos nas casas desde 2003 (Figura 23). No entanto, todo o suprimento é realizado sem o tratamento da água. Os gastos com energia elétrica para distribuição da água são pagos pelos moradores em partes iguais.

Limitações no serviço de abastecimento de água são relatadas por 30% das famílias, que afirmam não terem água disponível durante todo o ano. As limitações relatadas são devidas ao problema da sazonalidade de precipitação e à falta de infraestrutura para captação e armazenamento d'água, ocasionando redução no nível da represa e impossibilitando tal serviço. Como solução, as famílias realizam a captação de água na represa manualmente com uso de recipientes e posteriormente transportam até as casas e, ou, utilizam água de cisternas abertas na área do quintal.



Figura 23 – Vista da represa e rede de energia elétrica, no PRA Provi, TO, 2008.

O suprimento de energia elétrica nas casas das famílias só ocorreu no segundo semestre do ano de 2005. Entre o período de criação do PRA e a instalação da energia em 2005, a energia elétrica estava disponível somente na antiga sede da fazenda, local onde as famílias colocavam suas geladeiras para o resfriamento da água e conservação de alguns alimentos como carnes e hortaliças.

O acesso à energia elétrica possibilitou uma melhoria na qualidade de vida no PRA devido à aquisição de equipamentos e eletrodomésticos. Entre as famílias é possível verificar que 100% possuíam geladeira; 80% televisão; 60% aparelho de som; 40 % liquidificador, ventilador e DVD; 20% máquina de lavar roupas e forno elétrico; e 10% ferro de passar, máquina de costura e chocadeira.

3.1.2.6. Serviços de saúde

Desde o ano de 2005, as famílias contam com o trabalho de um agente de saúde da cidade de Pium, que faz visitas mensalmente a cada uma das famílias do Projeto, diagnosticando o estado de saúde das famílias, possíveis problemas e realizando encaminhamentos aos hospitais ou postos de saúde do município quando necessário.

Além da continuidade do trabalho do agente comunitário de saúde, as famílias têm acesso ao serviço de transporte de enfermos em casos de urgência e emergência através da ambulância da prefeitura municipal. Os serviços ofertados podem ser solicitados ao hospital do município via telefone. Para as famílias, esta é uma das principais conquistas do Provi.

3.1.2.7. Educação: ensino escolar

O PRA não possui unidade escolar, entretanto o acesso ao ensino é oferecido em escolas do município de Pium, TO, para onde as crianças são transportadas em ônibus desde o ano de 2004. No serviço de ensino do município, são ofertados os níveis escolares desde creches até o ensino superior (Figuras 24 e 25). Devido à curta distância entre o projeto e a cidade (9 km), os horários em que o ônibus passam pegando e deixando os estudantes são bem próximos aos horários de início e término das aulas, não ocorrendo mudanças na sua rotina.

As famílias que residem na cidade ou próximo a ela podem ter acesso a serviços de educação e infraestrutura de qualidade, como os ofertados nos centros de ensino de Pium (Figuras 24 e 25).



Figura 24 – Creche Municipal Dona Dorzi- na, Pium, TO, 2008.



Figura 25 – Centro Educacional Antônio Propício Aguiar Franco, Pium, TO, 2008.

3.1.2.8. Estradas e transportes

A estrada que dá acesso ao PRA é de terra batida, apresentando boa qualidade para tráfego de veículos durante todo o ano. O trajeto de acesso de 9 km é dado pelo deslocamento de 5 km na TO-354, e mais 4 km em estrada vicinal de mesma conservação. Atualmente, o serviço municipal de conservação de estradas e rodagens mantém sua qualidade.

Referente às formas de transporte, 80% das famílias afirmaram possuir algum meio de transporte como bicicletas, motocicleta e automóveis (Figura 26). Quanto à locomoção do projeto para a cidade ou outros itinerários, os meios de transporte mais utilizados são: bicicleta (30%); carro particular (10%); motocicleta (10%); aluguel de transportes (30%); bicicleta ou motocicleta (10%); e bicicleta ou carro (10%). Os transportes utilizados para o escoamento da produção são de origem e proprietário externo ao Provi, sendo assim, os agricultores necessitam solicitar serviços de fretes de transportes para tal finalidade.

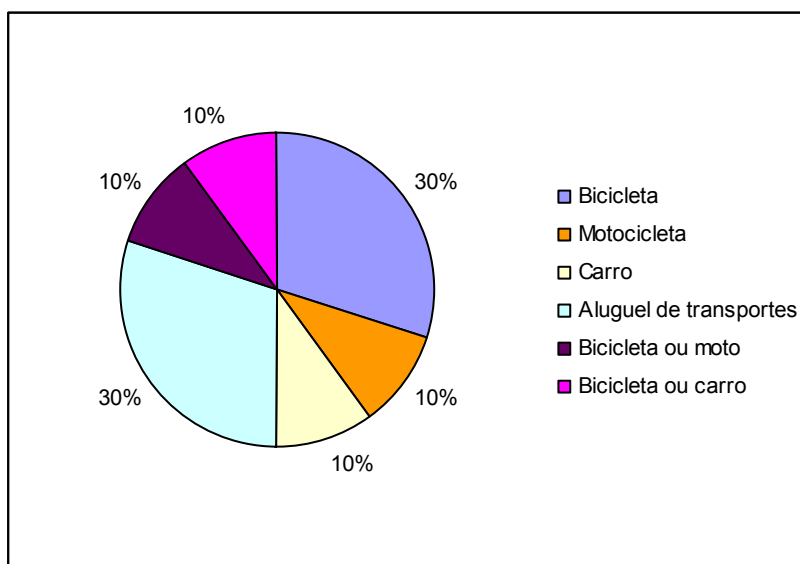


Figura 26 – Meios de transporte utilizados pelas famílias, no PRA Provi, TO, 2008.

Além da utilização como transporte pessoal, a bicicleta também é usada para o escoamento da produção do PRA. É importante lembrar que tal uso só é possibilitado

devido à proximidade de localização do projeto em relação à cidade. Os demais transportes existentes no projeto possuem também função de prestação de serviços (frete) dentro e fora da área do projeto, gerando renda para os proprietários.

3.1.2.9. Meios de comunicação

A partir do ano de 2003, as famílias passaram a ter acesso aos serviços de telefonia móvel no PRA, possibilitando a aquisição de aparelhos celulares. Entretanto, a recepção do sinal de transmissão apresentava baixa frequência, demandando a aquisição de antenas por parte das famílias para a solução de tal problema. Devido à persistência do problema na torre transmissora, a comunicação via celular não é fornecida desde o ano de 2006, tendo a interrupção do serviço gerado insatisfação por parte das famílias, por dificultar a comunicação externa ao projeto.

Contudo, ainda no ano de 2006, as famílias passaram a ter acesso ao serviço de telefonia fixa, a partir da instalação de um telefone (orelhão) no projeto. Para a associação, esta foi uma benfeitoria para todos, possibilitando comunicação com familiares, fazer compras e até mesmo solicitar serviços de saúde.

Foi verificada também a utilização de meios de comunicação de massa como o rádio e a televisão. Através deles, as famílias se informam sobre os acontecimentos da atualidade em diversas localidades, técnicas agropecuárias e também como instrumento de lazer nas horas em que não trabalham.

3.1.2.10. Organização social

A organização social na forma de associação foi uma exigência do antigo Banco da Terra antes mesmo da constituição do PRA. Assim, foi constituída a Associação Trabalho, Vida e Prosperidade (Provi), que chegou a congregar no início 25 associados residindo no projeto. Atualmente, devido à evasão e à rotatividade, conta com 13 associados.

O primeiro presidente da associação foi o senhor Angelomar dos Santos Francisco por um período de três anos. O segundo presidente foi o senhor Guilherme Fernandes Gama, que presidiu a associação por um ano, na vigência do ano de 2006. Desde então, a presidência é conduzida pelo senhor Albino Rodrigues da Silva, e as

eleições para escolha de um novo presidente estão previstas para o primeiro semestre do ano de 2009.

4. EVASÃO E PERMANÊNCIA: OS NÚMEROS E AS CAUSAS

No texto que segue, serão apresentadas as porcentagens e as possíveis causas de evasão e permanência verificadas nos projetos de reforma agrária estudados. Na apresentação das causas de evasão, optou-se pela divisão em dois grupos: as famílias que moram no assentamento opinando sobre as causas que levaram a evasão, apresentado no tópico intitulado “a voz de quem está dentro” e os relatos das famílias que evadiram apresentado no tópico “a voz de quem saiu”. Para apresentação das causas da permanência foi feita exposição da opinião de famílias que permanecem morando nos projetos em tópicos intitulados como “a voz de quem está dentro”.

4.1. PA Barranco do Mundo

No PA Barranco do Mundo foi verificada uma evasão de 71,4%. Mesmo que em contextos e períodos diferentes, o percentual de evasão encontrado no PA Barranco do Mundo é 2 a 3 vezes maior que a média encontrada em alguns trabalhos citados pela literatura sobre o tema. Em assentamentos do Rio Grande do Sul estudados por Mello (2006), foi encontrada uma evasão igual a 22%. Num estudo com maior amplitude geográfica desenvolvido por Bruno e Medeiros (2001) em 22 estados brasileiros, a porcentagem média de evasão foi igual a 27,9%. Contudo, no estudo que originou o primeiro censo da reforma agrária brasileira foram constatados diferentes índices de evasão em função do período de criação do assentamento, sendo um índice de 35% em assentamentos mais antigos e de 0 a 20% em assentamentos recém-criados (BRASIL,

1997). O mesmo trabalho relata que esta variação entre os índices tende a aumentar em assentamentos do Norte do país. Neste sentido, a alta evasão no PA Barranco do Mundo é corroborada por Brasil (1997).

4.1.1. Evasão: a voz de quem está “dentro”

As respostas das famílias que permanecem sobre as causas de evasão ocorridas no PA Barranco do Mundo foram: problemas/dificuldades existentes no projeto (33,3%); falta de origem ou experiência na roça³¹ (28,5%); interesse em financiamentos e falta de experiência na roça (4,8%); busca por melhoria de vida fora do projeto (4,8%); e desconhecem as causas (28,6%). Segundo as famílias, a “saída, evasão ou desistência” ocorre frequentemente desde o primeiro ano em que o assentamento foi criado.

A realidade vivenciada pelas famílias, principalmente as que não moram na agrovila, demonstra os problemas/dificuldades existentes no assentamento, relacionados à infraestrutura como falta de acesso à água, energia elétrica, transporte, serviços de ensino para todas as pessoas e telefonia. A falta ou precariedade de infraestrutura como fator de evasão em projetos da reforma agrária é citada pela maioria dos autores que analisaram essa questão em assentamentos rurais (INCRA, 1996; BRUNO; MEDEIROS, 2001; MARTINS, 2003; ZINGA, 2004; SAUER; PEREIRA, 2006; OLIVEIRA, 2007). Problemas quanto à infraestrutura como fator para evasão é resultado do não cumprimento das funções dos órgãos responsáveis pela criação de projetos de reforma agrária ou a criação de forma diferente da vontade das famílias assentadas, principalmente no que diz respeito à disponibilidade de água, energia elétrica, moradia, transportes e serviços de ensino. No PA Barranco do Mundo por decisão tomada pelo INCRA foi implantado um sistema de agrovila, onde as casas foram construídas em distância de até 12 km em relação a alguns lotes. Essa distância tornou o deslocamento cansativo ao longo do tempo para as famílias levando a optarem pela moradia direta nos lotes mesmo em mínimas condições de sobrevivência, como acesso a água, energia elétrica e transporte. No local do assentamento a precipitação pluviométrica é sazonal e concentrada em cinco meses, com elevada deficiência hídrica

³¹ O termo “roça”, comumente utilizado pelos participantes, faz referência à roça como local de moradia, sem distinção com os termos assentamento, zona rural e fazenda. Sem intenção de sua utilização num sentido pejorativo, inferioridade ou superioridade em relação à zona urbana. Por outro lado, quando falam da experiência com a roça estão se referindo à identidade e conhecimento das práticas agrícolas.

no restante do ano. A implantação de medidas compensatórias como irrigação e abastecimento de água para animais é limitada pela falta de acesso a energia elétrica. Nesse contexto, mesmo tendo casas na agrovila a terra não apresenta continuidade da capacidade de manutenção das famílias durante todo o ano, o que mesmo se tivesse produção, também não teria capacidade para escoar. Assim, torna factível a relação entre infraestrutura e evasão neste assentamento.

A segunda maior causa de evasão apontada pelos moradores entrevistados foi a falta de origem ou experiência suficiente na roça por parte de famílias que entraram no PA Barranco do Mundo, evidenciando a importância de um vínculo e/ou experiência anterior com as atividades desenvolvidas no meio rural, assim como também a presença de público distinto daquele para o qual a reforma agrária é destinada. Causas semelhantes de evasão em assentamentos rurais foram verificadas por Zinga (2004), embasado na ótica da Emater e da Secretaria Municipal da Agricultura de Campos de Goytacazes, RJ, sobre a desistência de famílias beneficiárias da reforma agrária, acentuando-se a necessidade de implementação de um processo seletivo provido de ferramentas mais eficazes para avaliação dos futuros beneficiários em projetos de assentamentos do INCRA.

Abramovay (2004) fez considerações a respeito do “sucesso do sistema” se referindo à política de reforma agrária, instigando a percepção de uma preocupação maior por parte do governo relacionada à quantidade de trabalhadores assentados, dando brecha às ações dos movimentos sociais quando estimulam à formação de acampamentos, demonstrando que morar sob a lona é compensador sob a perspectiva da obtenção da terra. Porém tal dinâmica impede que o processo de seleção das famílias responda a critérios de qualidade. O mesmo autor aponta ainda que “a alta evasão verificada nos assentamentos deva ter alguma relação – embora isso não explique tudo - com esta dinâmica de criação de assentamentos”.

Apesar de representar pequena contribuição entre as causas de evasão o “interesse em financiamentos” é evidenciado a partir da convivência das famílias permanentes com pessoas que entraram, aguardaram a liberação de créditos e posteriormente abandonaram o projeto. Causas de evasão a partir de ações desta natureza também foram verificadas em assentamentos do INCRA por Zinga (2004), pela venda dos lotes. Tais informações levam à reflexão na busca de respostas como: por que uma pessoa após conquistar o tão sonhado “pedaço de terra” o venderia?

A resposta para esse questionamento pode estar relacionada a aspectos ligados ao processo de seleção que permite a entrada de famílias sem vínculo com a terra, mesmo tendo declarado essa informação durante o processo seletivo do INCRA, quando passam a vivenciar as difíceis e diversas condições de vida no assentamento, percebem que essas condições não são de fácil adaptação.

Segundo os moradores, muitas causas de evasão poderiam e podem ser evitadas caso algumas melhorias ocorram no assentamento, como acesso aos meios de comunicação, transporte, assistência técnica, escola no projeto e pessoas motivadas para trabalhar. Os depoimentos de alguns participantes ilustram a necessidade e a importância de tais melhorias para a comunidade:

Transporte, nê, por que é difícil sair pra vender as coisas, digo, o que produzimos na terra. Do que adianta plantar a mais do que o de comer, se não tem como vender? Assim, até tem como vender, mas acaba gastando com o frete aí não compensa sair pra vender (Sr.^a N, 2008).

O telefone, que quando chegar aqui é bom. E mais carro pra nois nê. A primeira coisa que nois precisava era facilidade de mais carro pra nois aqui. Tem uma história que era pra sair, mas até agora travou e num pode sair esta estrada, mas vai dar certo um dia! Vou te contar uma coisa, quando vim morar aqui a primeira vez que fui na rua (refere-se a cidade) pensei vou até a gurita a pé, só são 20 km vô sem pressa é rapidinho, e fui. Chegar eu cheguei na gurita, mas aí cadê que passa carro lá! Ai ai, esperei, esperei e nada de carro, então pensei in antis de escurecer eu vô pro Café da Roça, assim fiz, andei mais 18km. Olha moça, eu cheguei lá cansado e com as perna inchada. Nunca mais fiz isto, agora só vou de bicicleta é melhor, ou então peço carona pro carro do transporte escolar, mas eles não gostam não. Dizem que não pode ficar dando carona, mas até tem dó da gente (gargalhada ao final) (Sr. J.C., 2008).

Aqui pode melhorar muita, muita coisa. Primeiro aqui a gente somos praticamente isolados, não temos comunicações à altura como a gente precisa. Eu preciso de um jornal, ouvir o globo rural... que todas estas coisas ajuda a gente. Não temos energia para ligar a televisão, eu tenho televisão, eu tenho rádio. O que eu assisto um pouco é a voz do Brasil, só, no rádio, mas o rádio de pilha é onze real uma (Sr. A.L., 2008).

Siá é porque aqui é muito difícil. Eu tava conversando com meu marido, a gente só ta ficando velho e aqui é muito difícil, eu acho assim, que agente tem que procurar um lugar mais fácil. Olha aqui como está minhas mãos. Aqui a água é tudo puxada. Se dizer assim, vamos ali no córrego, não adianta por que não tem. Só no inverno, mas no verão não tem. Pra gente ir na rua é a maior dificuldade. Por que mesmo que a gente vá neste ônibus (transporte escolar) até o Café da Roça, não adianta, por que o ônibus da linha já foi. Aí tem que ficar esperando carona, se não deixar pra amanhã, dormir lá para amanhã. Então eu acho muito difícil (Sr.^a C, 2008).

Os relatos das famílias do PA Barranco do Mundo evidenciam que a maioria (85%) das melhorias apontadas como necessárias estão relacionadas principalmente a aspectos de infraestrutura. Esse tipo de realidade é também citada por Marques (2004),

quando relata que “o Estado distribui terras, mas não investe o recurso necessário num planejamento a longo prazo”. Desta forma, apenas possibilitar o acesso a terra, sem propiciar condições mínimas para sobrevivência, não garante a permanência do homem na terra. No caso do Barranco do Mundo é importante lembrar que os poucos itens que sinalizam a uma infraestrutura fica restrito aos moradores da agrovila. No que se refere a estrutura física da casa, muitos assentados reclamam que a idéia e decisão pela construção casa na agrovila não lhe fornece grande ajuda, já que a maioria mora no lote. A decisão pelo local de moradia desencadeia outras conseqüências, como por exemplo, para quem mora na agrovila e trabalha no lote de produção, isso só torna um fardo mais pesado ao final de um dia de serviço árduo. Alguns assentados chegam a questionar: morar no lote, sem infraestrutura e produzir ou morar na agrovila, ter um mínimo de conforto e produzir menos. Pensando no caso de uma família que mora na agrovila e possui seu lote localizado a 12 km da mesma, estima-se que uma caminhada num percurso com esta distância pode levar até duas horas, assim, ser-se-iam perdidas pelo menos quatro horas de serviços por dia, o equivalente a 50% do tempo de serviço diário. Em situações como estas, analisa-se que a decisão para implantação de agrovila, pode além de impedir condições mínimas de sobrevivência, causar um prejuízo no que se refere à produção e possível acumulação de bens em 50%, já que no caso exemplificado anteriormente a família gastaria 50% do seu tempo diário realizando a locomoção entre a agrovila e o lote.

A convivência com as famílias deste projeto de assentamento no decorrer da pesquisa tornou perceptíveis os problemas enfrentados no seu cotidiano, destacando-se a falta de transporte, uma vez que a ausência deste dificulta, e em alguns casos, como por exemplo, idosos, crianças e mulheres grávidas são impedidas da locomoção nos percursos mais longos, dentro e fora do assentamento. Ressaltando que dentro da área do Barranco do Mundo alguns lotes ficam distantes da agrovila até 12 km e que deste ponto ao local com maior trânsito de veículos a distância é de aproximadamente 20 km. Para tanto, o deslocamento ocorre na maioria dos casos por meio de bicicletas e a pé, em menor proporção ocorre também pelo aluguel dos poucos veículos existentes no assentamento, não suprimindo a demanda por transportes de todas as famílias. Outro problema de grande impacto é a falta de acesso aos serviços de telefonia fixa ou móvel, impossibilitando a comunicação com familiares que moram em outras localidades, assim como também impedindo a negociação de compra e venda de produtos em outras áreas.

A realidade de morar em um local distante de centros urbanos, de difícil acesso e sem serviço de telefonia, promoveu a insatisfação e gerou o arrependimento por parte de algumas famílias quanto à moradia no assentamento. Impossibilitadas de exercer o direito de ir e vir e sem acesso a meios de comunicação, as famílias passam a ter outras prioridades que vão além do sonho da obtenção da terra, reforçando a importância do planejamento e a realização de atividades previstas na fase de implantação do assentamento, visando, além do acesso à terra, garantir infraestrutura básica e promoção de qualidade de vida às famílias beneficiárias de projetos de reforma agrária.

4.1.2. Evasão: a voz de quem “saiu”

A partir da indicação das famílias que permanecem no assentamento foi possível entrar em contato com duas pessoas que se evadiram, sendo oportuno para conhecer os motivos que as levaram à evasão. Os relatos colhidos a partir de entrevistas permitiram evidenciar que as causas de evasão estão ligadas a “questões pessoais, familiares e casos de doença”, em ambas as situações investigadas.

O primeiro caso verificado trata de uma senhora que morou no projeto por mais de cinco anos e diante de problemas conjugais ligados ao alcoolismo do companheiro durante todo o período em que viveu no assentamento, não viu outra possibilidade a não ser “ir embora”. Durante a conversa com ela, ficou claro seu sentimento para com o assentamento: “*Sempre gostei de lá. Foi lá que consegui ter uma terra*”. Entretanto, os problemas conjugais foram superiores a tais sentimentos, e a decisão pela permanência no assentamento representava risco de morte para a assentada.

O caso apresentado acima evidencia a “evasão” como resultado de um problema familiar, já que a ex-moradora convivia com o alcoolismo do companheiro que sempre ocasionava situações de violência³². Neste caso, a saída do assentamento foi vista como a solução para os problemas que vivenciava.

Relembrar a vida no projeto e falar da saída emocionou a ex-beneficiária, demonstrando ainda uma forte ligação afetiva com o assentamento, afirmando “gostar” do local, mesmo com o problema da distância, pois, “viver a 120 km da cidade e sem transporte para sair quando necessário, não era fácil”. Afirmou ainda só ter saído porque

³² Estudo realizado no Barranco do Mundo por Cabral (2003) revelou que 73% das mulheres deste assentamento haviam sido vítimas de algum tipo de violência, praticada em 100% dos casos por maridos/companheiros.

não tinha outro jeito, viver com o companheiro “colocando-a pra correr e vendendo tudo pra comprar cachaça não dava mais”.

Um fator agravante no caso exposto acima é que a saída do assentamento tinha a finalidade de erradicar problemas pessoais, colocando em evidência outros de origem financeira, como, por exemplo, a impossibilidade do pagamento da dívida adquirida em seu nome, decorrente dos créditos acessados no período em que viveu no assentamento. Para a ex-moradora, a situação é complicada, pois mesmo reconhecendo a importância do pagamento não vê tal possibilidade a partir da renda que possui, por outro lado, o ex-companheiro³³ que permanecia na terra com o objetivo de vendê-la, não demonstra intenção de saldar a dívida.

No segundo caso de “evasão” investigado, observou-se que o referido entrevistado não se considerava como “evadido/desistente” como informaram as famílias do assentamento. Tratava-se então de um senhor, morador há mais de oito anos no projeto e que, por problemas de saúde da esposa, precisou se “afastar temporariamente do Barranco”, como ele mesmo aponta, em busca de tratamento para a doença.

Todo mundo acha que eu saí do assentamento porque já tem 2 anos que tô fora, mas num saí não, dona. Minhas coisas continua tudo lá. Minha veia adoeceu, doença grave e pra ela viver tive que vim pra cidade pra modi dela procurar tratamento. Ela tá com câncer. Mas agora tá se curando. Eu gosto do assentamento, vou voltar pra lá, e lá que eu tiro o sustento da família, gosto de plantar, de mexer na terra, de colher, de criar os bicho. A vida na roça é melhor. Mas agora também tenho esta casa aqui na cidade é bom também, minhas fia precisa de estudo e lá num tem nê, então agora eu vou pra lá e elas podi ficar estudano quando eu voltar pra lá. Já fiquei sabeno que o povo quer me tirar de lá, tão fazendo reunião, foram atrais do INCRA. Mas vê se pode, minha veia doente eu ia fazer o que ia deixar ela morrer lá? Ia não! Ela é minha fortuna, minha companheira. Na hora que ela ficar boa, nós volta pra lá (Sr. J, 2008).

O afastamento por dois anos, decorrente do tratamento para doença da esposa fez com que fosse visto pelos moradores do projeto como uma pessoa que foi “embora, saiu, não mora mais aqui”, como não sendo mais integrante daquele projeto, independentemente de manter seus pertences e ir algumas vezes durante o ano no assentamento, não evidencia para as famílias expectativa de regresso por parte do mesmo.

³³ Na primeira etapa de coleta de dados da pesquisa o referido “ex-companheiro” encontrava-se no assentamento, mas já com o objetivo de vender irregularmente o lote, porém na segunda vez que retornamos ao campo o mesmo já não se encontrava. Na RB do INCRA do mês de dezembro de 2009, já não constava o nome do casal.

O fato de possuir uma casa na cidade demonstra para as famílias do assentamento intenção em se firmar na cidade e não voltar mais. Porém, de acordo com seu relato, percebe-se o valor simbólico atribuído ao projeto, à vida e à ligação às atividades agrícolas e de criação de animais. Apesar de demonstrar interesse em retornar, a família não tem previsão exata para voltar ao assentamento, sendo a condição para tal o término do tratamento da esposa. Enquanto isto, a família vive em situação de extrema dificuldade, já que a renda da família se pauta no benefício previdenciário (auxílio-doença) concedido pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), sendo considerado pela família baixo para viver na cidade.

Segundo funcionários do INCRA Tocantins (SR 26) analisando o caso exposto acima do ponto de vista formal, é impossível uma pessoa ficar afastada por dois anos do assentamento. Este período caracterizaria a fase de retomada do lote por parte do órgão. No entanto, para o caso específico deste assentado podemos dizer que sua versão de “afastamento apenas durante o tratamento da esposa e continuidade de moradia no assentamento” é verdadeira, uma vez que ao acessarmos a RB de dezembro de 2009 constatamos a presença de seu nome.

A partir das conversas e dos relatos obtidos das pessoas que “saíram” do assentamento foi possível verificar a identidade das mesmas com o local e sentimento de arrependimento, no entanto, não deixaram de incitar a existência de problemas ligados à infraestrutura. A presença do Estado por meio do acesso ao transporte com regularidade propiciaria o deslocamento da pessoa doente até o local do tratamento, acesso à segurança policial e/ou à organização dos assentados poderia evitar os casos de violência e do afastamento de toda a família, caracterizando a evasão.

4.1.3. Permanência: a voz de quem “ficou”

Outros termos para compreender a permanência em decorrência da saída/evasão é por meio do que alguns autores (CARLEIAL, 2002; BRITO, 2003; GOLDFARB, 2006) abordam como cultura migratória, processo migratório e padrão migratório. De forma geral os trabalhos dos referidos autores explicitam uma naturalidade nesta ação, e mais que isto, a cultura de um povo de estar em constante movimentação, mudança, em busca de novas oportunidades e melhorias de vida.

Das 70 famílias que foram beneficiadas com a terra logo no início do assentamento apenas 28,6% permanecem³⁴ neste PA. Quando questionadas sobre as causas para permanência, foi possível verificar uma divergência de opinião quanto à continuidade de moradia no projeto, uma vez que 66,5% das famílias que permanecem apresentam desejo de se evadir, as demais 33,5% reafirmaram que ainda continuam com o propósito de permanência.

Verifica-se entre as famílias que permanecem uma divisão em dois grupos (os possuem intenção de sair e os que pretendem continuar). Analisando pelo aspecto da evasão, a presença de um grupo com intenção de sair, desistir, mudar-se do PA evidencia a possibilidade no aumento do percentual de evasão. Por outro lado, analisando pelo aspecto da migração como mostra Goldfarb (2006) evidencia-se uma população que está em constante movimentação, migrando em busca de melhorias de vida, geralmente por questões econômicas, no caso destes assentados, os resultados a partir do trabalho realizado podem não estar gerando a renda esperada ou até mesmo a necessária para sobrevivência da família. Ainda que não tenha sido objetivo deste trabalho o levantamento da renda que tenha origem na venda dos produtos cultivados no assentamento, foi constatado que aproximadamente 14% das famílias obtiveram lucros financeiros, as demais utilizam os produtos cultivados e, ou, animais criados para subsistência da família. Demonstrando ainda a necessidade de maior acompanhamento por parte do órgão responsável pela assistência técnica assim como também maior oferta de créditos por parte dos agentes financiadores, para que as famílias agricultoras de assentamentos rurais possam obter além da subsistência a renda necessária para uma vida digna, como por exemplo, aumentando o poder de compra, que não sejam somente os que estejam relacionados à atividade produtivas no assentamento (agricultura ou pecuária).

Entre as causas para permanência no grupo que afirma a intenção de continuidade no assentamento foram verificadas: gostar da roça (62%), obtenção da terra (13%) e vida na cidade é mais difícil (13%), por isto preferem continuar no projeto, e não responderam aos motivos para permanecerem (12%) (Figura 27).

³⁴ O esquema das equações que levaram aos valores percentuais de permanência encontra-se explícito na metodologia do trabalho.

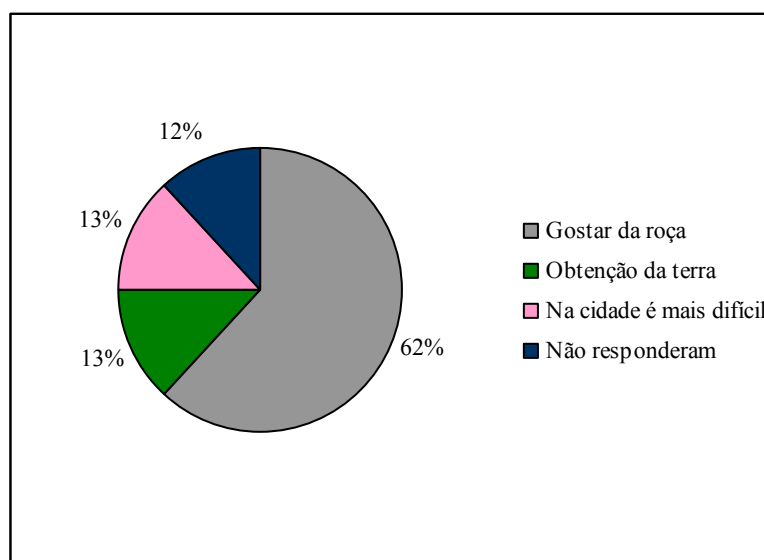


Figura 27 – Razões para permanência das famílias, PRA Barranco do Mundo, Pium, TO, 2008.

A maioria das pessoas que permanece (62%) apresenta preferência pelo assentamento como local de moradia, afirmando “gostar da roça”, identificando-se com o local e com o modo de viver, mesmo conhecendo e vivenciando as dificuldades no cotidiano. Junqueira (2007), estudando o imaginário e a memória da luta pela terra, cita a importância do forte vínculo afetivo dos “homens” com a terra, principalmente daqueles que realizam atividades produtivas, envolvendo-se diretamente com a terra. O relato abaixo expõe a opinião de um dos moradores sobre a permanência, valorizando as condições de vida e trabalho adquiridas após a obtenção da terra.

Cansei de trabalhar em cidade pra fazer mal o almoço e a janta. E aqui eu faço muito mais com mais facilidade, trabalho na hora que eu quero. Ninguém me empurra: vai trabalhar, vagabundo! Tá descasando por quê? Eu pago caro! (Frases ouvidas quando trabalhava na cidade). E aqui eu melhorei muito (Sr. A.L., 2008).

A valorização do assentamento como local de moradia implica o reconhecimento de que a vida no projeto trouxe ganhos para família, como casa própria, local de trabalho e produção. Demonstra ainda que os resultados obtidos pelo acesso a terra vão além da produção de alimentos para subsistência e criação de animais, refletem-se principalmente na autonomia da própria vida e trabalho, já que não a possuíam quando moravam e trabalhavam na cidade, associando lembranças negativas ao passado.

Das pessoas que apresentaram um histórico de vida no meio rural e que por algum motivo foram morar na cidade, onde desenvolveram as mais diversas atividades e obtiveram na maioria dos casos rendas inferiores às necessárias para sobrevivência, passaram a ver na reforma agrária a possibilidade de melhoria de vida com a obtenção de uma “roça”, a aquisição da casa e a fartura na produção de alimentos, retornando às suas origens.

Além de ter nascido e me criado na roça, e depois de velho é onde nós tem que ficar é onde tá. Onti mesmo eu mais o Vanderley trabiando tava falando: rapaz até você mudar e acostumar no outro lugar já sofreu de mais. No lugar que a gente tá, tá acostumado. Já conhece todo mudo, se falta uma coisa vai ali e pede: completa isto aí pra mim. E quando mora na rua? Morre de fome! Aqui a gente se vira. Cê vai na roça tem uma abóbora, pega uma abóbora com maxixe e veve. E na cidade se não tiver isto aqui (gesticula falando sobre dinheiro)! (Sr. D., 2008).

Sempre tive vontade de ter a minha roça, agora que consegui não largo isto aqui não (Sr. C., 2008).

Eu não tenho vontade de sair daqui não. Tenho o que é meu, vivo no que é meu (Sr. J., 2008).

De acordo com os relatos expostos acima, pode-se inferir que a permanência está ligada a fatores como: identidade com a vida na roça, valorização da obtenção da terra e da comparação da vida no assentamento em relação à vida na cidade.

Entre as pessoas que permanecem e independentemente dos motivos apontados pelas mesmas para o “fator permanência”, verificou-se no decorrer da pesquisa a importância dada à resolução de problemas existentes no assentamento, como forma de melhorar as condições de vida de todos que ali vivem motivando mais pessoas a permanecer. Ainda que tenha sido percebido entre as famílias que permanecem condições e ações para estimular a permanência, percebe-se por outro lado uma insatisfação em relação às características do assentamento. Como aponta Durham (1984),

O brasileiro tem o hábito de emigrar, inclusive a longa distância, faz parte da organização da sociedade e socialização para emigrar. A rigidez da estratificação social no Brasil é tão grande que “melhorar de vida” ou “ascender socialmente”, para uma grande maioria da população, sempre esteve associado à migração ou, melhor ainda, só era possível com a migração (DURHAM, 1984 *apud* BRITO, 2002, p. 19).

Dentre as famílias que permanecem no assentamento insatisfeitas, apresentando intenção de sair foi verificada uma diversidade de causas para a permanência (Figura 28): questões familiares (36%); sem opção de outro local de moradia (21,5%); consideram a vida na cidade mais difícil (14,5%); compromisso com

a dívida³⁵ (7%); gostam de morar na roça (7%); valorizam a obtenção da terra (7%); compromisso com a dívida; e também por gostar de morar na roça (7%).

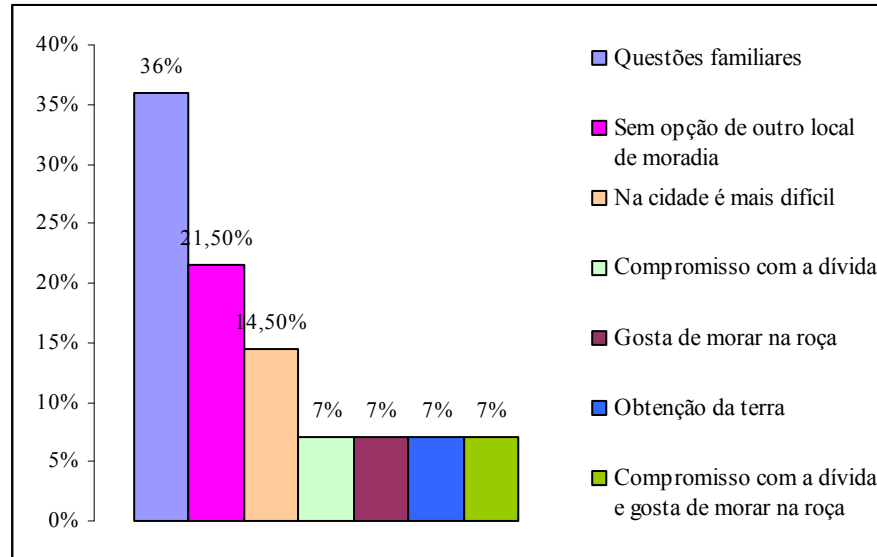


Figura 28 – Razões para permanência das famílias que têm vontade de sair, PRA Barranco do Mundo, Pium, TO, 2008.

A causa da permanência (mesmo com intenção de evadir) para 36% das famílias entrevistadas está relacionada a questões familiares. Sendo percebido entre as mulheres um forte respeito pela opinião do companheiro quanto à continuidade da moradia no PA Barranco do Mundo. Ainda para o grupo feminino, as principais causas que vêm ocasionando a aspiração pela saída referem-se à preferência pela moradia na cidade ou pelo menos mais próximo desta, de forma a usufruir de um mínimo de infraestrutura para sobrevivência, como acesso à água, energia elétrica, transportes, escolas mais próximas, assim como também atividades culturais e de lazer. Como demonstram os relatos abaixo.

Eu tenho vontade de ir embora, mas meu marido não quer... Ele disse que aqui é bom, é sossegado (Sr.^a D, 2008).

Tenho muita vontade de sair daqui. Eu não vim para cá por que quis. Não saí só por causa do meu marido, que gosta muito daqui e eu não quero separar dele (Sr.^a N, 2008).

³⁵ O compromisso com a dívida apontada pelas famílias refere-se ao acesso a linhas de crédito do PRONAF.

Eu tenho vontade de ir embora, acho a terra fraca. Só fico aqui por que meu marido não quer ir embora (Sr.^a M.A., 2008).

De acordo com os relatos acima entre outras percepções no decorrer da pesquisa foi possível apreender que em alguns casos o poder de decisão da permanência está sob o controle dos homens, por considerarem o assentamento como local de moradia, trabalho e produção. Demonstrando que nesta parcela de participantes há uma maior disposição por parte das mulheres pela evasão/saída/desistência da moradia no Barranco do Mundo. Foi possível perceber ainda uma relação de tal disposição por parte das mulheres em decorrência da intenção de viver na cidade em busca de melhor qualidade de vida, em busca de uma realidade distinta da vivenciada no assentamento.

Para outros 21,50% das famílias a causa para permanência (mesmo com intenção de sair) está relacionada à falta de opção por outro local de moradia apontada como causa para permanência de 21,50% das famílias reflete a permanência por falta de alternativa, caracterizando a moradia no PA numa condição de insatisfação. Neste mesmo sentido, outras famílias (14,5%), que permanecem nas mesmas condições, apontam como causa o reconhecimento da maior dificuldade da vida na cidade. Este reconhecimento ocorre devido à comparação com a vida que levam no PA, valorizando os benefícios de se viver no assentamento, uma vez que lhes são garantidos moradia e trabalho, ao contrário da vida na cidade, pois caso não tenha casa própria é necessário trabalhar para além de obter renda para sustento da família, pagar aluguel de local de moradia. No assentamento, é possível obter o sustento da família, com a produção de alimentos e geração de renda a partir dos produtos cultivados e/ou da criação de animais. Quando comparamos à vida na cidade, associamos maior necessidade de renda para usufruir dos mesmos aspectos possibilitados no assentamento. Porém é importante ressaltar que se estas pessoas tivessem possibilidades de moradia e trabalho, elas não estariam no projeto.

O “permanecer mesmo com vontade de sair” também ocorre por motivos como: valorização da obtenção da terra (7%); gostar de morar na roça (7%); e gostar de morar na roça e compromisso com a dívida (7%). Estas causas de permanência evidenciam que mesmo tendo intenção de sair em decorrência da realidade vivenciada no assentamento, a identidade, valorização da terra e o compromisso com a dívida têm grande peso na decisão por permanecer.

Considerando os motivos existentes para permanência entre os casos de pessoas que apresentam intenção em sair, observa-se entre estes um enorme peso na

decisão sobre o “permanecer”, mas por outro lado a causa “compromisso com a dívida” acena à esta parcela de famílias uma forte tendência a evasão do assentamento após a conclusão quando da quitação de tal débito, assim sendo, infere-se que há uma tendência de aumento nos casos de evasão.

Comportamento semelhante ao de famílias do assentamento rural Barranco do Mundo que saíram ou apresentam intenção de partir rumo a zona urbana, foi verificado no trabalho de Goldfarb (2006), porém no sentido contrário, ou seja, pessoas que moram em cidades migrando para o campo³⁶, o autor verificou ainda que ‘as condições de vida enfrentadas por "pobres urbanos são repletas de instabilidades, privações e riscos”, propiciando o retorno destas populações ao campo, podendo ou não ser no seu estado de origem.

Assim sendo, lançando olhar sobre a evasão a partir de uma dinâmica migratória, observa-se não somente para casos rurais como também urbano, que tal dinâmica faz parte da cultura de um povo, neste caso o brasileiro. Para Goldfarb (2006),

O Brasil é um país onde uma imensa população está continuamente se movimentando, migrando, na grande maioria das vezes por questões econômicas. Saindo da terra. Chegando na cidade grande. Mudando de cidade. “Entrando” na terra novamente. Ou então, simplesmente saindo da cidade para entrar na terra. Esses fluxos de movimentação mudam de direção (p. 112).

Reconhecendo a cultura migratória presente entre os brasileiros (e não somente nestes), admite-se que as pessoas “percorrem as suas trajetórias passando por um conjunto de etapas, numa espécie de socialização progressiva, até chegar a um destino final, onde seriam plenamente absorvidos pela economia e sociedade” (MARTINE; GARCIA, 1987). Evidenciando desta forma uma constante busca por melhorias de vida, através da inserção na sociedade, possibilidades de trabalho e conseqüentemente a renda.

4.2. PRA Provi

Os casos de evasão verificados no Provi que ocorreram entre o primeiro e quinto ano após a criação do projeto corresponderam a 80%. Um percentual elevado se comparado a alguns trabalhos da literatura (BRUNO; MEDEIROS, 2001; MELLO, 2006; INCRA, 1996). Ressalta-se que a maioria dos trabalhos que aborda a temática da

³⁶ O campo para Goldfarb (2006) está relacionado a propriedades ou comunidades situadas na zona rural.

evasão desenvolve trabalhos em assentamentos do INCRA, apresentando especificidades em relação ao caso aqui abordado.

4.2.1. Evasão: a voz de quem está “dentro”

Dentre as causas apontadas para evasão na opinião das famílias que moram no PRA Provi, 40% relatam a ausência de origem na roça; 20% estavam interessados nos financiamentos e não tinham experiência com a roça; 10% consideram que as famílias perceberam a impossibilidade de pagamento da dívida a partir da renda gerada pela família no PRA; 10% consideram que as pessoas não eram estruturadas financeiramente para manter a família no projeto até obter renda com as atividades produtivas praticadas no mesmo; 10% possuíam documentos irregulares e 10% não souberam explicar os motivos das evasões ocorridas.

A maior contribuição para a evasão entre as causas citadas a “não origem na roça” é apresentada pelos moradores residentes em função das percepções obtidas durante o convívio diário com os ex-beneficiários. Alguns dos entrevistados relataram trechos de conversas em que os ex-beneficiários comentavam a falta de conhecimento/experiência com atividades agrícolas, não estavam aptas e dispostas para seu desempenho. Para os atuais moradores é importante que os futuros beneficiários da reforma agrária tenham experiência, ou pelo menos, conhecimento das atividades que serão desenvolvidas nos lotes. A partir destas afirmações verifica-se a necessidade de critérios de seleção de beneficiários que possuam e valorizem as atividades desempenhadas em projetos de reforma agrária, geralmente correspondentes à agropecuária.

Ainda que as famílias tenham atribuído como principal causa para evasão a “não origem na roça”, os dados com relação à experiência das famílias que atualmente vivem no assentamento apontam para uma estreita relação com atividades agropecuárias, uma vez que 90% afirmam desenvolver tais atividades “desde que nasceram”. Considerando que não foram obtidas informações a respeito das famílias que evadiram e com base apenas nas informações dos presentes moradores do PRA, infere-se duas hipóteses em relação à causa de evasão mais proeminente: a primeira é que se existe um percentual tão elevado de pessoas experientes tais atividades, demonstra que o processo de seleção tem priorizado tais características, evidenciando que talvez as pessoas que evadiram poderiam possuir tal qualificação; a segunda é que

as pessoas que não possuíam experiência de fato evadiram e permaneceram aquelas que apresentavam tal experiência. Tais hipóteses só poderiam ser confirmadas caso fossem encontradas todas (ou pelo menos a maioria) as famílias que evadiram deste projeto de reforma agrária, a partir do levantamento sobre a real origem e conseqüentemente experiência com as atividades agropecuárias.

As causas apontadas pela presença de pessoas com “interesse nos financiamentos e sem experiência com a roça” também podem ocorrer por problemas na seleção, conforme ilustra o relato abaixo.

Olha, umas é porque eles não têm costume de roça, chega dizendo que têm, mas na realidade não têm, nunca foi de roça, eles vão ni roça passear, mas quando chega aqui e vai pro sol quente e o sol bate nas costas, ele num guenta e vai embora. E outras porque eles não vêm com intenção de possuir a terra, vêm com intenção de tirar o recurso e ir embora depois disto. Aí num fica não (Sr. A.R.S., 2008).

Problemas quanto à seleção de beneficiários da RAM foram verificados por Domingues Neto (2004) no programa Cédula da Terra, quando destacou erros no processo de seleção, evidenciando a participação de políticos no processo de seleção, sendo impossível evitar a influência de terceiros no processo, direcionando benefícios para pessoas que não se “enquadravam” nas exigências do programa.

Outra causa para evasão apontada pelas famílias refere-se a pessoas que por não possuírem uma estrutura financeira (renda ou reservas) para manter a família até o momento da primeira colheita, não conseguem permanecer. Conforme ilustra o caso abaixo.

Bom, eu acho assim. Aqui tinha umas pessoas que muitas vezes veio pensando que aqui era ficar naquele negócio, naquele jogo duro. E por um lado as pessoas fraca, que não têm condição, cuma eu mermo. Se num tiver um pra substituir ele até o ponto dele arranjar até o poder que ele chega dele colher pra botar o paiol dele dentro de casa, aqui não aturava não, minha comadre. Eu mermo, se não fosse meus filho, eu já tinha ido me embora, mas não era pra dizer assim, saí de má vontade e nem caçando conversa com os companheiro que tão aí né! É por conta da dificuldade. Mas como eu achei o apoio de Deus e o apoio de meus filho. Então eu já me sinto feliz. Então esta parte que tem muitos que saíram por conta disto (Sr. M.P., 2008).

A causa de evasão apontada anteriormente ocorre principalmente para famílias que entraram num momento posterior, com a finalidade de ocupar a vaga de pessoas que haviam evadido e que não possuíam o mesmo apoio financeiro em relação às famílias que participaram de todas as fases de criação e implementação do projeto. Assim verifica-se então a presença de irregularidades do programa, uma vez que ele permite a entrada de outros beneficiários sem proporcionar as mesmas condições em

relação às obtidas por outras famílias no início do projeto, dificultando a permanência destas na terra.

A irregularidade de documentos, apontada como causa de evasão, ocorre para famílias que entraram num momento posterior à criação do PRA, preenchendo a vaga de pessoas que já haviam evadido. Neste caso, trata-se de pessoas que informadas sobre a existência de “lotes” disponíveis no projeto, realizam a compra do “direito de lote”, como uma possibilidade de possuir a terra. Assim, após entrar percebem ser portadores de documentos irregulares ou não atender às exigências do programa, impossibilitando-os de permanecer no projeto.

Eu penso que às vez alguma pessoa saiu por que tava irregular com documentos, outros às vezes não tem paciência, não esperou regularizar, perderam a paciência e foram embora. E a gente teve paciência, conseguimos e tamo regularizado (Sr. S., 2008).

A saída de famílias, decorrente da percepção da impossibilidade de pagamento da dívida a partir da renda gerada no projeto, está relacionada ao modelo coletivo no qual o projeto foi criado. As atividades produtivas desenvolvidas coletivamente, em área destinada para esta finalidade, são vistas como um dos principais problemas no projeto. Assim, as famílias se forçam a desenvolver tais trabalhos, uma vez que não possuem área individual suficiente para exploração agrícola, restando apenas o fundo das casas correspondente a 0,5 ha por família. O principal desejo dos moradores do Provi é desenvolver atividades com “interesses individuais em áreas individuais”, pois a impossibilidade de colocar em prática seus anseios, os impede de executar atividades e/ou métodos adquiridos ao longo da vida, de expressar conhecimentos de um modo de vida particular. Dessa forma, estas pessoas são privadas de liberdade, demonstrando uma fragilidade por parte do programa de reforma agrária, neste caso, o Banco da Terra.

No trabalho de Zimmermann (1994), que discute a dinâmica interna do processo da organização social e produtiva de um assentamento de reforma agrária por desapropriação no Rio Grande do Sul, foi possível levantar diferentes formas de organização grupal para produção. Este autor observou a partir do “projeto do ser coletivo” a promoção da autossuficiência e autonomia para assentados, a partir do momento em que eles perceberem e sentirem interesse em assim se tornarem. Fazendo um paralelo do trabalho de Zimmermann e a realidade verificada no Provi, ressalta-se que a tentativa de um projeto coletivo iniciada a partir da proposta dos dirigentes do programa não promoveu o sentimento do ser coletivo às famílias envolvidas, uma vez

que a ideia não partiu delas, sendo esta a explicação para o não bom funcionamento e a rejeição da “área e sistema de produção coletiva” neste projeto.

No contexto geral, as causas de evasão apontadas pelas famílias entrevistadas no Provi estão relacionadas à seleção inadequada dos beneficiários, uma vez que o programa permite a presença de pessoas que não se enquadram nas normas de um projeto de reforma agrária conduzido pelo mercado.

Outras causas com menor contribuição para evasão no Provi estão ligadas às questões administrativas como irregularidades de documentos e falta de estrutura financeira para se manterem inicialmente no projeto.

Para os atuais moradores, as causas de evasão podem ser atenuadas caso algumas mudanças sejam implementadas no Provi, como: divisão da terra em lotes individuais para cada família; financiamentos e apoio do governo; infraestrutura; seleção de beneficiários; e menor tempo de liberação de créditos. Como ilustram os relatos abaixo:

Olha, eu acredito que pra melhorar aqui em alguma coisa, precisaria algumas coisas. A meu ver, a primeira coisa que tinha que fazer aqui era dividir a terra. Pra cada quem trabalhar em cima do que é seu, e tocar a sua vida do jeito que ele quiser. Depois o Governo financiar dinheiro pra ele fazer do modo que ele quiser. Aí sim, melhoraria, mas enquanto for o povo trabalhando nesta terra, tudo num bolo só aí. Todo mundo trabalha desanimado, sem saber onde vai ser o seu pedaço de terra, sem saber o quê que ele vai fazer. Se eu quiser fazer um pedaço de pasto, quando dividir a terra, eu não sei onde é que eu vou ficar, aí já não vai fazer mais, aí fica nesta. Se vem um recurso pra cá e vem pra associação, uns vem com um plano de um jeito e outros tem de outro jeito. Um puxa de um lado, outros puxa pra outro, e vira aquele coiseira. Uns não concordam uns com os outros e termina indo tudo por água abaixo. Esta é a razão (Sr. A.R., 2008).

O relato acima evidencia a importância da divisão da terra, uma vez que ela apresenta correlação com as causas de evasão originadas na coletividade imposta pelo programa, explicitando novamente a falta de experiência das famílias com este tipo de organização. Neste sentido, verifica-se que, além do acesso a terra, é importante permitir a efetiva participação das famílias nas fases do projeto, principalmente sobre as atividades que serão desenvolvidas por elas, assim como também disponibilizar financiamentos, sendo uma forma de apoio por parte do governo.

4.2.2. A voz de quem “saiu”

Com base nas entrevistas realizadas³⁷ com dois ex-moradores do Provi, foi possível verificar que as causas para evasão estão relacionadas ao modelo coletivo de organização social, econômico e produtivo, sendo este um formato característico de projeto da reforma agrária de mercado, pelo menos na forma de aquisição da terra.

Os relatos obtidos pelas entrevistas possibilitam melhor entendimento sobre as causas da evasão dos ex-moradores, assim como também o sentimento de desaprovação que têm em relação ao modelo de organização das famílias quando faziam parte do PRA.

Eu saí da Provi tá com um ano e pouco, um ano e 4 meses. Eu fiquei 5 anos lá dentro, eu fui o primeiro morador que entrou lá dentro. A minha saída de lá foi a organização que não tem, do presidente e do tesoureiro. Só isto aí! Por que até o que tinha lá dentro eles pegaram e venderam tudo e gastaram tudo. Aquela caminhonete eles pegaram e venderam ela, baratinho venderam ela por R\$7.000,00 na outra semana o cara vendeu ela por R\$15.000,00. E eu lutei muito pra eles não venderem aquela caminhonete... Aquele motor que tinha lá eles também venderam. Acabaram com tudo! E aí quando chega no fim do mês na época da prestação de conta o presidente não dá a prestação de conta, não sabe de nada e comeu o dinheiro todinho. Fica só os besta lá... Sendo bobó lá dentro. Foi o motivo de sair de lá de dentro foi só este aí (Sr. V. D., 2008).

Eu saí por muitos motivos. Lá muitos trabalhavam e outros não. E aí foi o motivo de sair de lá. E eu vi que daquele motivo não dava pra pagar aquela dívida, então eu preferi sair do que ficar lá (Sr. B. F., 2008).

Num projeto de reforma agrária em que a principal área para trabalho agrícola é coletiva e que a forma de organização por meio de associação é um procedimento obrigatório às famílias, a falta de interação e a concordância entre os associados passa a ser um motivo crucial para a tomada de decisão quanto à saída ou a permanência no projeto. O relato abaixo de autoria de um senhor que morou no projeto por cinco anos, evidencia as dificuldades vivenciadas e que ocasionaram sua saída.

A maior dificuldade era a falta de dinheiro que nós tinha. E assim, a senhora sabe que aquela área lá é comunitária, coletiva?! Ali cê tinha que plantar 10ha lá é terra irrigada, aí tinha que plantar aquilo coletivo. Todos os associados lá tinha que trabalhar, no dia que era pra marcar uma reunião pra fazer multirão pra trabalhar no coletivo, aparecia 2, 3. Aí você trabalhava no dia de plantar uma área coletivo, e no dia que era pra vender aquilo ali, um que não deu um prego na barra de sabão queria ter o mesmo direito dos outros. Aí num tem jeito (Sr. V.D., 2008).

³⁷ As entrevistas foram realizadas em outubro de 2008 na cidade de Paraíso do Tocantins numa Praça pública conhecida como Praça do Banco do Basa, sendo este o local atual de trabalho dos ex-moradores atuando como comerciantes de comida caseira típica da região (chambari) e sucos naturais.

O relato exposto anteriormente explicita a insatisfação quanto ao modo de produção e trabalho coletivo, assim como também sobre a falta de organização no trabalho coletivo, já que somente alguns trabalham. Infere-se que a falta de experiência das famílias neste tipo de organização coletiva, previamente imposta, interferiu negativamente na vida das famílias causando desalento e, conseqüentemente, motivos para evasão.

Por outro lado, mesmo com a insatisfação quanto aos aspectos de vida no PRA, percebe-se ao longo da entrevista o descontentamento pela saída/desistência, não necessariamente pela saída do Provi, mas pela oportunidade de retornar a viver na roça, já que apresentaram forte vínculo com a terra ao longo das entrevistas, afirmando ainda ter vontade de “possuir uma terra”.

Assim... Se dividisse a terra e entregasse um lote pra cada um, eu voltava, porque a terra é boa. Se dividisse um pedaço nê! E a dívida ficasse cada qual com a sua. Quando foi pra Provi já tinha contato com a terra, há muito tempo. Fui porque tinha vontade na terra, e tenho até hoje. A vida na roça é outra. Porque você tendo sua terrinha você planta de tudo e come e de lá você colhe pra vender (V.D., 2008).

Não. Pra lá não. A não ser que fosse assim uma terra do INCRA que fosse pra repartir. Se lá (Provi), fosse o caso de repartir pra cada um eu tinha coragem de voltar, mas misturado daquele jeito eu não tenho coragem não (B.F., 2008).

Como pode ser visto, quando o assunto é retornar ao Provi, as pessoas apresentam predisposição, com a condição de que a terra seja dividida. Infere-se haver uma imagem negativa e até mesmo uma repulsa por projetos de reforma agrária que priorizem lotes coletivos, sem que seja anteriormente analisada a predisposição das famílias. Nos relatos acima, observa-se que modelo de assentamentos que priorize lotes coletivos deixou imagem e, ou, sentimento negativo, uma vez tendo se tornado mais forte que o próprio sonho de “obter uma terra”, já que as famílias sonhavam em ter a sua própria terra e não dividi-la entre as demais, o sonho da terra neste caso, imprime-se na obtenção do lote individual.

Destarte, infere-se que a principal causa da evasão apontada pelos ex-moradores está fundamentada nas diversas formas do “coletivo” presente na vida das pessoas no Provi, seja na organização do trabalho, social, administrativa e financeira. Sendo assim, infere-se que a causa de evasão exposta anteriormente tem como principal agente os dirigentes do programa “Banco da Terra”, responsáveis pela criação do projeto, pela implantação do modelo “coletivo”, sem avaliar previamente a experiência e a predisposição das famílias que tiveram acesso a terra com este modelo.

4.2.3. Permanência: a voz de quem “ficou”

O índice de permanência das famílias que entraram no início da criação do Provi é igual a 20%. No entanto, em função da evasão e frequente entrada de novas famílias, evidencia-se a rotatividade, que, mesmo não sendo objeto de estudo, torna-se fator explicativo para o número da população atual, uma vez que corresponde à capacidade total de famílias beneficiadas. Outros termos para explicar ou diagnosticar a permanência em decorrência da saída/evasão pode ser chamada de fluxo migratório, mobilidade populacional e cultura migratória (BRITO, 2002; BRITO, 2003; CARLEIAL, 2002; GOLDFARB, 2006). Explicitando uma normalidade e mais que isto, a cultura de um povo de estar em constante movimentação em busca de novas oportunidades e melhorias de vida.

Dentre as pessoas que apontaram as causas para permanência, observou-se a existência de dois grupos com opiniões divergentes: os satisfeitos com a obtenção da terra com tendência a permanecerem (60%), e os insatisfeitos apresentando intenção de sair (40%).

Entre as pessoas que permanecem e não apresentam intenção de sair, as causas atribuídas à permanência foram: gostam e querem morar na roça (83,4%) e autonomia no trabalho e vida (16,6%). Ao contrário destes, no grupo de pessoas que permanecem, mas apresentam intenção de se evadir, as causas verificadas para permanência foram: compromisso com a dívida³⁸ (75%) e gostar da roça (25%). Os relatos abaixo ilustram causas de permanência de pessoas de cada grupo.

Por que aqui, eu tô sentindo tão feliz. Tão bom, né?! A gente fica à vontade da gente, não era como a gente trabalhava antigamente pros outros. A hora de meio dia às vezes precisava descansar o cara já falava: rumbora (vamos embora) cuidar do serviço. E hoje eu me sinto bem aqui, na hora que eu quiser trabalhar eu vou, na hora que não quiser, eu faço a minha folga (Sr. M.P., 2008).

Eu não saí, porque eu tenho o compromisso desta dívida pra pagar aqui. Do Pronaf. Já não digo da terra, por que a terra tá aí. De qualquer maneira a gente saindo a terra fica... Mas a gente pegou um Pronaf, apesar de eu nunca ter pego um centavo deste Pronaf, mas ele saiu, pra fazer desmatção, gradeação de terra, represa, casa... E isto tem pra nós pagar. Então to devendo. Pra sair a gente sai com esta dívida (Sr. A.R., 2008).

A causa de permanência para as famílias que pretendem continuar pode ser explicada pelo vínculo e/ou afeto consagrado a terra, envolvendo o imaginário, hábitos,

³⁸ A dívida refere-se ao empréstimo para compra da terra, investimentos comunitários em áreas como infraestrutura produtiva e social. A dívida geral neste PRA é igual a R\$450.000,00.

culturas, valores³⁹, entre outros fatores particulares da vida, que falam mais alto que as dificuldades existentes e vivenciadas ao longo do tempo que moram no Provi.

Estudando a criação e significados da memória da terra, Junqueira (2007) constatou vínculo afetivo dos homens, principalmente entre os que mantinham uma relação de trabalho com a terra, através da experiência pessoal-corporal, confirmando o vínculo e afeto verificado no grupo das famílias que permanecem satisfeitas no Provi.

Quanto às famílias que permanecem, mas possuem intenção de se evadir, percebe-se a causa de permanência vinculada a valores da honestidade, como, por exemplo, a importância dada ao compromisso de pagamento de dívidas, assim como também a responsabilidade do compromisso perante si e a sociedade (GOUVEIA, 2003). Sendo assim, observa-se uma priorização dos valores pessoais como fator determinante para permanência neste projeto, mesmo que isto os condicione a vivenciar situações adversas no seu cotidiano.

4.3. Análise comparativa das causas de evasão e permanência entre o PA Barranco do Mundo e o Projeto Provi

Dentre as causas de evasão levantadas nas entrevistas e questionários entre os moradores dos projetos Barranco do Mundo e Provi foi possível identificar semelhanças e diferenças entre os projetos de reforma agrária Barranco do Mundo e Provi (Quadro 2).

As causas de evasão verificadas em ambos os projetos e que apresentam semelhança entre si foram: não origem das famílias na roça; falta de experiência na roça; e interesse no financiamento concedido ao público da reforma agrária.

As causas de evasão semelhantes entre os projetos evidenciam a evasão em decorrência da entrada de famílias que não se enquadram no público alvo da reforma agrária. Neste sentido, verifica-se a necessidade de processos de seleção que garantam a entrada de pessoas que apresentem origem ou experiência na roça, assim como também que tenham outros objetivos além do interesse em financiamentos concedidos ao público dos assentamentos, conseqüentemente, possibilitando menor incidência de evasão.

³⁹ Tipificados por Gouveia (2003), as famílias que permanecem apresentam valores humanos como honestidade, tradição e afetividade.

Quadro 2 – Causas de evasão: PRA Barranco do Mundo e Provi, Pium, TO, 2008

Barranco do Mundo	Provi
<ul style="list-style-type: none"> - Não origem na roça; - Falta de experiência na roça; - Interesse em financiamentos; - Problemas e/ou dificuldades existentes no projeto; e - Busca de melhoria de vida fora do projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não origem na roça; - Falta de experiência na roça; - Interessados em financiamentos; - Perceberam a impossibilidade de pagamento da dívida a partir da renda gerada pela família no PRA; - Sem estrutura financeira para manter a família no projeto até obter renda com as atividades produtivas praticadas no mesmo; e - Documentos irregulares.

O “interesse em financiamentos”, como uma das causas de evasão comum em ambos os projetos, apresenta um fator agravante quando se comparam os modelos de projetos de reforma agrária estudados. No Provi, por se tratar de um projeto do Banco da Terra, a concessão dos créditos também ocorre para o grupo, da mesma forma é gerada uma dívida em conjunto, neste sentido a entrada de pessoas que visem ao interesse em tais créditos e posteriormente saiam do projeto, transferem a dívida do componente evadido aos demais que permanecem. Durante o levantamento das informações, foi possível perceber que as famílias não tinham dimensão da responsabilidade financeira ao assinar um contrato de aquisição de terra em grupo nesta modalidade de reforma agrária, evidenciando a falta de informações às famílias sobre o que é efetivamente o Banco da Terra. Diferentemente, no PA Barranco do Mundo, os créditos são concedidos individualmente, mesmo que o recurso saia no nome da associação, apenas o contratante se responsabiliza pela dívida. Assim sendo, outras famílias não são diretamente prejudicadas com a evasão de outras pessoas.

As causas de evasão levantadas referente apenas ao PA Barranco do Mundo foram os problemas/dificuldades existentes e a busca de melhoria de vida fora do assentamento. As mesmas apresentam os aspectos quanto à precariedade de infraestrutura com destaque para falta de acesso a transportes, água, energia elétrica, escolas e serviços de telefonia. Contudo, estas mesmas causas de evasão foram relatadas em assentamentos do INCRA por Brasil (1997), Bruno e Medeiros (2001), Zinga (2004) e Oliveira (2007). Assim é possível inferir sobre a existência de possíveis falhas nesta

modalidade de reforma agrária executada pelo INCRA que não garante condições de infraestrutura às famílias assentadas, contribuindo com os altos índices de evasão.

As causas de evasão verificadas apenas no Provi foram: impossibilidade de pagamento da dívida a partir da renda gerada no PRA, falta de estrutura financeira para manter a família no projeto até obter renda com as atividades produtivas e documentação irregular. Estas causas estão relacionadas às características deste modelo de reforma agrária, com destaque para implantação do programa em sistema coletivo.

Comparando as causas de evasão apontadas pelas pessoas que se evadiram do Barranco do Mundo e Provi, não foi possível verificar semelhanças em ambos os projetos. Contudo, constatou-se concordância de opinião nas causas de evasão apontadas pelas pessoas que se evadiram e as que permaneceram quanto à ineficiência do “sistema coletivo” no Provi.

Em relação à comparação das causas de permanência constatadas no PA Barranco do Mundo e Provi (Quadro 3), verificou-se semelhança pelo “gostar da roça” e “compromisso com a dívida”, demonstrando a relevância da identidade com o local e modo de vida, fortalecidos por laços de afeto com a terra, fruto de experiências anteriores ligadas ao trabalho produtivo. O compromisso com a dívida também é fator decisivo para permanência, já que as famílias valorizam o pagamento dos créditos acessados, frutos de compromissos firmados com órgãos financiadores. Assim sendo, é importante ressaltar a presença de tais características nos processo seletivo de famílias em programas de reforma agrária, que visem além do acesso a terra, a permanência do homem no campo com vida digna e de qualidade.

Quadro 3 – Causas de permanência no PA Barranco do Mundo e Provi, Pium, TO, 2008

Barranco do Mundo	Provi
<ul style="list-style-type: none">- Querem morar na roça;- Compromisso com a dívida;- Valorizam a obtenção da terra;- Consideram vida na cidade mais difícil;- Questões familiares; e- Sem opção de outro local de moradia.	<ul style="list-style-type: none">- Querem morar na roça;- Compromisso com a dívida; e- Autonomia no trabalho e vida.

As demais causas de permanência evidenciadas apenas no PA Barranco do Mundo relacionam-se à valorização da obtenção da terra como um sonho realizado, estando à frente dos obstáculos vivenciados no projeto. Em oposição a isto, há as famílias que permanecem por falta de opção de local de moradia, questões familiares ou por considerar a vida na cidade mais difícil. Este tipo de permanência evidencia um público insatisfeito, ou seja, o “ficar” expõe falta de alternativas de viver em locais e de maneiras almejadas.

A permanência no assentamento por falta de alternativa evidencia o local como uma moradia provisória, mas respeitada e valorizada (ainda que não seja a desejada), podendo inferir que o aparecimento de melhores possibilidades de vida fora do assentamento (cidades, assentamentos com menos problemas, propriedades de terceiros etc.) agravaria o quadro da evasão, uma vez que as famílias deixariam o mesmo.

As demais causas constatadas para permanência no Provi referem-se ao trabalho e a vida sobre um pedaço de terra próprio, adquiridos a partir da adesão ao programa. Uma possível explicação relaciona-se com o alto percentual de pessoas com experiência nas atividades agrícolas, mas que por falta de opção vinham morando e desenvolvendo atividades em cidades, assim sendo, a aquisição da terra era vista como passaporte para autonomia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido nas páginas anteriores teve como objetivo geral verificar as principais causas associadas à permanência e à evasão de famílias beneficiárias de projetos da reforma agrária, tomando como referência dois projetos de reforma agrária criados pelo INCRA e pelo programa Crédito Fundiário. Especificamente pretendeu-se caracterizar as condições de vida e de produção, identificar, analisar as causas de evasão e de permanência, assim como também estabelecer uma análise comparativa entre as causas de evasão e permanência entre um projeto de reforma agrária do INCRA e outro do Crédito Fundiário.

No aspecto das características da vida das famílias, observaram-se melhores condições de infraestrutura no projeto Provi, como o acesso à água, energia elétrica, meios de comunicação, transporte e ensino escolar. E no Barranco do Mundo nem todas as famílias dispõem de tais serviços, sendo o mais crítico a falta de transporte e meios de comunicação, promovendo seu isolamento. Portanto, a modalidade RAM aqui representada pelo Provi obteve melhor eficiência quanto à promoção da qualidade de vida das famílias, possibilitando boas condições de infraestrutura em comparação com as famílias do Barranco do Mundo criado pela modalidade do INCRA .

Quanto aos aspectos produtivos, no Provi foi verificada maior diversificação entre as espécies cultivadas em áreas de tamanhos inferiores se comparadas ao Barranco do Mundo, porém as famílias demonstram maior satisfação quanto à área e organização do trabalho produtivo, uma vez que trabalham individualmente, com autonomia sobre os lotes.

Conforme discutido anteriormente, os percentuais de evasão encontrados nos projetos de reforma agrária Barranco do Mundo e Provi podem ser considerados elevados, uma vez que foram superiores a 70%, o excedente de 30% aponta para uma baixa eficiência quanto à permanência das famílias na terra.

No contexto geral, as principais causas de evasão no PRA Barranco do Mundo criado pelo INCRA são reflexos das condições de infraestrutura e problemas vivenciados pelas famílias, que poderiam ser evitados caso o órgão responsável executasse a política de assentamentos rurais, visando, além do acesso a terra, a possibilitar qualidade de vida às famílias beneficiárias.

No tocante às causas de evasão verificadas pelas famílias que permanecem no Provi, elas estão relacionadas principalmente à falta de origem na roça, atribuída segundo alguns moradores por problemas na seleção. Para as famílias que saíram a principal causa de evasão verificada refere-se ao modelo de organização coletiva e à prática de atividades coletivas produtivas, sociais, administrativas e financeiras, contudo, sem antes verificar a experiência e afinidade dos associados a tais regras.

Na comparação dos dois casos estudados, cada um relativo a distintas modalidades de reforma agrária frente às causas de evasão, foi possível perceber cenários diferentes contribuindo para a evasão. No Barranco do Mundo, o alto índice de evasão é possivelmente causado pela falta de infraestrutura e, ou, problemas vivenciados pelas famílias. No Provi, a evasão está ligada principalmente a ausência de origem na roça, que implica no processo de seleção e à falta de liberdade das famílias para terem seu próprio lote e, conseqüentemente, optarem por sistemas de produção de interesse, podendo este ser individual ou coletivo. A realidade das famílias do Provi explicita que mesmo melhores infraestruturas e proximidade do centro urbano não sejam suficientes para garantir maior permanência das famílias. Os órgãos responsáveis pela reforma agrária de ambos os projetos contribuíram, a partir de suas ações, para ocorrência de casos de evasão e, conseqüentemente, no desenvolvimento do projeto: o INCRA por não ter desempenhado suas funções conforme previsto nas fases do assentamento, resultando na precariedade de infraestrutura; e o Banco da Terra por ter imposto um sistema coletivo no projeto, sem avaliar previamente a experiência e predisposição das famílias envolvidas.

Levando em consideração que um dos objetivos da reforma agrária é proporcionar o desenvolvimento aos beneficiários desta política, a modalidade da RAM, verificada a partir da realidade das famílias do Provi, não proporciona tal

desenvolvimento, uma vez que as famílias são privadas da liberdade de viver e agir conforme anseiam; tampouco a modalidade do INCRA proporciona tal desenvolvimento, uma vez que a maioria das famílias sobrevive sem condições de infraestrutura (sem acesso a transportes, água, energia elétrica e escola).

No levantamento de dados acerca das causas de permanência das famílias verificou-se distinção de dois grupos: os que permanecem satisfeitos com intenção de continuar morando no projeto e aqueles que permanecem insatisfeitos apresentando intenção de se evadir.

No Barranco do Mundo, as causas de permanência para o grupo dos satisfeitos estão ligadas à preferência pela “roça” como local de moradia, o compromisso com a dívida, a valorização pela obtenção da terra e o reconhecimento das vantagens do assentamento em comparação com a cidade. Por outro lado, no segundo grupo, evidenciou-se a permanência por falta de alternativas.

As causas de permanência verificadas no Provi para o grupo dos satisfeitos estão ligadas ao gostar e querer morar na roça e à autonomia adquirida no trabalho e vida após a entrada no projeto. Quanto ao grupo dos insatisfeitos, observa-se que sua permanência está ligada ao compromisso com a dívida e também pelo gostar da roça, mas, ambos, mesmo não estando satisfeitos, prevalecem priorizando princípios e valores humanos.

De forma geral, independentemente dos motivos apontados para o fator permanência, as famílias deixaram clara a necessidade de resolução de problemas existentes em ambos os projetos de reforma agrária como forma de melhorar as condições de vida e, conseqüentemente, motivando mais pessoas a permanecer.

A comparação das causas de permanência nas duas modalidades de reforma agrária possibilitou a percepção de semelhanças contribuindo para a permanência das famílias nos projetos, cujas causas vinculadas à origem na roça e ao compromisso com a dívida constituída apresentaram as maiores contribuições para as famílias dentro dos projetos.

O processo de evasão visualizado, a partir da realidade dos projetos nesta pesquisa, possibilita a percepção de que programas de reforma agrária necessitam ir além da distribuição de terras, proporcionar condições mínimas de infraestrutura econômica, social e produtiva, uma vez que a vivência das dificuldades e problemas no cotidiano geram insatisfações, podendo influenciar na evasão em busca de melhores possibilidades de vida. Neste sentido, é necessário que os órgãos responsáveis pela

execução da reforma agrária operem conforme previsto nos planejamentos institucionais, cumprindo com suas atribuições, levando em consideração que qualquer imposição de modelos de organização social, trabalho, econômico ou administrativo, que interfira na liberdade das pessoas para fazer suas próprias escolhas, pode tender ao insucesso.

Em síntese, verificou-se a ocorrência de casos de evasão em ambos os projetos de reforma agrária estudados, levando a entender que as possíveis causas podem depender da ação dos órgãos responsáveis, assim como também da intencionalidade, afinidade e limites associados a cada pessoa que adere aos programas.

A evasão vista a partir de ações pessoais dos beneficiários da reforma agrária não deveria ser analisada de forma negativa, na medida em que um assentamento não é criado com o objetivo de se tornar a última moradia de uma família. Por outro lado o ser humano tem uma cultura migratória com forte tendência de estar em constante busca de melhores possibilidades de vida, almejando o crescimento e o desenvolvimento, valorizando seus sonhos e princípios. Destarte, quando o projeto de assentamento não for capaz de possibilitar condições mínimas de infraestrutura e, conseqüentemente, de vida de qualidade às famílias, a evasão passa a ser uma alternativa ainda mais viável para elas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Assentamentos: desarmar a lógica destrutiva. **Folha de São Paulo – Caderno Dinheiro**, 20 out. 2004, p. 2.

ALCHIERI, M. **Direito e reforma agrária**: um estudo realizado na Região do Bico do Papagaio, no Estado do Tocantins. 1999. 104 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

BERGAMASCO, S.M.P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 31, 1997.

BERGAMASCO, S.M.P.P.; NORDER, L.A.C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos, 301).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Princípios e diretrizes do Programa Crédito Fundiário**. Brasília, 1997.

BRITO, F. **As tendências recentes das migrações interestaduais e o padrão migratório**. 2002.

BRITO, F. Brasil final de século: a transição para um novo padrão migratório. In: FAUSTO, A. (Org.). **Transições migratórias**. 7.ed. Fortaleza: Iplance, 2003. p. 15-54.

BRUNO, R.; MEDEIROS, L.S. **Percentuais e causas das evasões nos assentamentos rurais**. Brasília: INCRA/FAO, 2001. 40 p. (Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO).

BUAINAIN, A.M.; SILVEIRA, J.M.; MAGALHÃES, M.M.; ARTES, R.; SOUZA FILHO, H.M. **Estudo de avaliação de impactos do programa cédula da terra 2001**. Brasília: NEAD/MDA, 2002. (Relatório Síntese).

CABRAL, M.M. **Diagnóstico da participação do gênero feminino nas atividades dos assentamentos Barranco do Mundo e Pericatu, em Pium-TO.** 2003. 48 f. Monografia (Graduação em Agronomia) – Fundação Universidade Federal do Tocantins, Gurupi, TO.

CAMARGO, L.; CAZELLA, A.A.; MUSSOI, E.M. **Banco da terra e crédito fundiário: entre o passado e o futuro.** In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 50, 2005, Ribeirão Preto. **CD-ROM...** Brasília: SOBER, 2005.

CARLEIAL, A.N. **Cultura migratória.** In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002, Ouro Preto. **Trabalhos Apresentados...** Ouro Preto: UFOP, 2002.

CARVALHO, H.M. **Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil.** Curitiba: NEAD, 1999. (Mimeogr.).

CARVALHO, M.S.N.; COSTA, A.C.T.; PALMEIRA, J. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do território Bico do Papagaio-TO.** Brasília: MDA, 2006.

CLEMENTINO, Alessandro Medeiros; MONTE-MÓR, Roberto Luis M. **Grandes projetos e seus impactos e significados na região do Bico do Papagaio-TO.** Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_432.pdf>. Acesso em: 2004.

DOMINGUES NETO, M. **O novo mundo rural.** In: MARTINS, M.D. (Org.). **O bando mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia.** São Paulo: Viramundo, 2004. 223 p.

DURHAM, E.A. **Caminho da cidade.** São Paulo: Perspectiva, 1984.

FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto.** Disponível em: <http://www.deser.org.br/biblioteca_read.asp?id=3>. Acesso em: 16 jan. 2008.

GIRARDI, E.P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira.** 2008. 349 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP.

GOLDFARB, Y. Entre o rural e o urbano: as comunas da terra do mst como proposta de uma nova territorialidade. In: SIMPÓSIO NACIONAL O RURAL E O URBANO NO BRASIL, 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2006.

GOUVEIA, V.V. A natureza motivacional dos valores humanos: evidências acerca de uma nova tipologia. **Estud. Psicol.**, Natal, v. 8, n. 3, 2003.

HARTMANN, P. **Reforma agrária no Ceará**: uma análise dentro de perspectivas econômicas. Disponível em: <www.phartmann.de/refagrweb.pdf>. Acesso em: dez. 2008.

IANNI, O. **Ditadura e agricultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Banco de dados - Estado do Tocantins**. Rio de Janeiro, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **I Censo da Reforma Agrária do Brasil**. Brasília: Ministério Extraordinário de Política Fundiária, 1996.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Norma de execução n.º 45**. Brasília, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Site institucional**. Disponível em: <www.incra.gov.br>. Acesso: 12 fev. 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Situação fundiária do país**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/publicacoes/0129300437.pdf>>. Acesso em: maio 2009.

JUNQUEIRA, K.M. **A imagem e a memória nos processos de criação**: o rural e a cultura caipira no imaginário da luta pela terra. 2007. 264 f. Tese (Doutorado em Multimeios) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.S. **Impacto dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: UNESCO, 2004.

LEITE, S.P.; FLEXOR, G.G.; MEDEIROS, L.S.; DELGADO, N.G.; BONNAL, P.; MALUF, R.S. **Avaliando a gestão das políticas agrícolas no Brasil**: uma ênfase no papel dos *policy makers* (GEPOLAGRI). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2007. 74 p. (Relatório).

MARQUES, M.I.M. Terra e modernidade em assentamentos de reforma agrária. In: WOORTMANN, E. (Org.). **Significados da terra**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004. p. 255-283.

MARTINE, G.; GARCIA, R. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MARTINS, J.S. **Travessias**: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

MEDEIROS, L.S. **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ/UNRISD, 2002.

MEDEIROS, L.S. **Reforma agrária no Brasil**: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente).

MEDEIROS, L.S.; LEITE, S. **Assentamentos rurais**: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004a.

MEDEIROS, L.S.; LEITE, S.P. Marchas e contra-marchas na política agrária no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). In: INESC. **A era FHC e o governo Lula**: transição? Brasília, 2004b.

MELLO, P.F. **Evasão e rotatividade em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul**. 2006. 228 f. Tese (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

MELLO, P.F. Rotatividade em assentamentos rurais. **Raízes**, Campina Grande, v. 25, n. 1/2, p. 55-64, 2007.

MENDONÇA, M.L.; WOLFF, L. **Armadilhas do mercado de terras**. Disponível em: <www.social.org.br/cartilhas>. Acesso em: out. 2006.

OLIVEIRA, M.L.R. **Retratos de assentamentos**: um estudo de caso em assentamentos rurais formados por migrantes na região do entorno do Distrito Federal. 2007. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ.

PEREIRA, J.M.M. A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005). **Revista Nera**, ano 8, n. 6, 2005.

RAMALHO FILHO, Antonio; PEREIRA, Lauro Charlet. **Aptidão agrícola das terras do Brasil**: potencial de terras e análise dos principais métodos de avaliação. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2009. 36 p. (Documentos, 1).

RESENDE, M.; MENDONÇA, M.L. As políticas do Banco Mundial são iguais em todo o mundo. In: MARTINS, M.D. (Org.). **O banco mundial e a terra**: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004. 223 p.

SANTOS, F.; SANTOS, M. **Análise do meio de vida das comunidades rurais do sudoeste do Tocantins**: barranco do mundo. Palmas: Ecológica, 2002. 120 p.

SAUER, S. A terra por uma cédula: estudo sobre a reforma agrária de mercado. In: MARTINS, M.D. (Org.). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.

SAUER, S.; PEREIRA, J.M.M. A reforma agrária de mercado do Banco Mundial no Brasil. **Revista Proposta**, ano 30, n. 107, 2006.

SIGAUD, L.M. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 255-280, 2005.

SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003. 204 p.

TEÓFILO, E. **Brasil: novos paradigmas para a reforma agrária**. Brasília: Cepal/Nead, 2000. (Mimeo.)

VARGAS, L.A.A. Algumas incompatibilidades entre o modelo de reforma agrária de mercado e as propostas de educação do campo. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7, 2006, Quito, Ecuador. **Anales...** Quito, 2006.

VEIGA, J.E. **O que é reforma agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZIMMERMANN, N.C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, L. et al. (Org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994.

ZINGA, M.R.M. **Um estudo de caso sobre as causas da permanência e da desistência no assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, RJ**. 2004. 120 f. Tese (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos de Goytacazes, RJ.